Cauby Dantas

Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho

Cauby Dantas

Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho

Campina Grande - PB
2015

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Antonio Roberto Faustino da Costa | ***Diretor***
Arão de Azevêdo Souza | ***Editor Assistente de projetos visuais***

Design Gráfico
Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Lediana Costa
Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição
Vilani Sulpino da Silva
Danielle Correia Gomes

Divulgação
Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística
Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica
Jane Pompilo dos Santos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

900
D192d Dantas, Cauby.
Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho./ Cauby Dantas. - Campina Grande: EDUEPB, 2015.
2600 kb - 176 p.

Modo de acesso: Word Wide Web
<http://proreitorias.ascom.uepb.edu.br/prograd/?page_id=655>

ISBN 978-85-7879-247-3
ISBN EBOOK 978-85-7879-248-0

1. História. 2. Sociologia 3. Literatura regionalista. 4. José Lins do Rego. 5. Gilberto Freyre. 6. Senhor de engenho. 7. Sociedade patriarcal nordestina I. Título.

21. ed.CDD

A literatura e a arte não pertencem apenas ao domínio da crítica literária ou de arte: incidem também no domínio do sociólogo, do historiador social, do antropólogo e do psicólogo social. Porque através da literatura e da arte é que os homens parecem mais projetar a sua personalidade, e, através da personalidade, o seu éthos nacional. Através das artes eles descrevem as condições mais angustiantes do meio em que vivem e refletem os seus desejos mais revolucionários.

(Gilberto Freyre)

Sumário

Apresentação

Diálogos do Senhor da Casa-Grande com O Menino de Engenho

Por Elizabeth Christina de Andrade Lima

A escrita de um texto, seja com que pretensões forem, é sempre não só um grande desafio, mas uma janela que se abre para descobertas. O texto escrito por Cauby Dantas, que passo a partir de agora a ter o prazer de apresentar é, para mim, e espero que o seja igualmente para o leitor, uma grande descoberta, cercada de inusitados pontilhados que costuram um rendilhado, que até certo ponto poderia, num primeiro momento, parecer confuso ou mesmo desconectado.

O presente livro é resultado de sua dissertação de mestrado, embora não seja uma reprodução da mesma, defendida no ano de 2005, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande, atual Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, intitulada "Diálogos do Senhor da Casa Grande com o Menino de Engenho: Interseção Sociologia-Literatura em Gilberto Freyre e José Lins do Rego", que tive o prazer de orientar.

Como imaginar alguém ter a ideia em pensar a Sociologia de Gilberto Freyre e a Literatura regionalista de José Lins do Rego, principalmente através do diálogo entre ambos? E já vale a ressalva, por meio de um diálogo que não se faz no contato face a face, mas por meio de missivas e de obras dos dois autores?

Para um leitor desavisado no mínimo talvez indagasse: esse autor é louco! Como construir um pensamento e raciocínio sociológico através de trocas de cartas, talvez isso se adequasse bem aos enamorados

e ao estudo sobre, quem sabe, a relação entre o amor e ódio; e entre obras com pretensões e/ou construções tão diversas, a Sociologia e a Literatura? Mas pasmem! Ele o faz e o faz com tal visão e amplitude da importância conteúdistica de tais missivas e obras, que consegue sim, produzir um sério e competente texto sócio-literário.

A grande questão proposta pelo autor é analisar até que ponto Gilberto Freyre influenciou e contribuiu com a obra de José Lins do Rego e até que ponto José Lins influenciou e contribuiu com a obra de Gilberto Freyre. Daí a sua proposta de promover uma interseção entre Sociologia e Literatura e entre o pensamento dos dois.

Até onde começa o Gilberto Freyre, ensaísta, sociólogo e termina o José Lins, escritor regionalista, e vice-versa. O que há do pensamento regionalista de José Lins em Gilberto Freyre e o que há do pensamento sociológico de Gilberto Freyre em José Lins? Essa é a sua questão.

Para responder a enunciada questão, o autor leu e analisou os seguintes romances de José Lins do Rego: *Menino de Engenho* e *Banguê*. De Gilberto Freyre selecionou as seguintes obras que apresentam os temas centrais do seu regionalismo: *Vida social do Brasil nos meados do século XIX*, o *Manifesto Regionalista*, *Nordeste* e o ensaio *Aspectos de um século de transição do Nordeste do Brasil*. Além da consulta, incidental, à sua trilogia *Casa-Grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*.

A outra fonte de pesquisa, as cartas, trocadas entre os dois autores, no total de 238, se revela para o autor como excelente ambiente não só de reflexão mas de sensibilidade. As cartas, ao contrário das obras escritas por ambos, são profundamente intimistas, que "desnudam o ser" sem qualquer vergonha ou tentativa de construções e uso de "máscaras sociais". As cartas entre amigos, não permitem, tão claramente, o jogo de aparências e as pessoas se revelam como elas são, com suas fragilidades e fortalezas, necessidades e autonomias etc. No total, foram lidas e analisadas 116 cartas escritas por Gilberto e 122 por José Lins.

Boa parte das cartas trocadas entre os amigos trataram de diversos assuntos, merecem destaque comentários sobre conceitos, categorias regionais e linhas de interpretação usadas, por um e outro, em forma de conselhos, sugestões, revisões. Outro tema, em menor quantidade, foram as de caráter mais intimista e privado. Chegou-se a tratar de

temas tais como: dívidas contraídas, dificuldades financeiras, sofridas principalmente por Gilberto Freyre, doenças na família, entre outros assuntos.

O presente texto tem cheiro de mato, de canavial, de cozinha e de mesa farta; tem gosto de amizade e devaneios com sinhás-moças e mucamas, tem também e igualmente, a presença contundente do *pater famílias* e do olhar senhorial, imposto arrogante e prepotentemente pelo senhor de engenho, tão bem descrito na obra de José Lins do Rego. Já se disse, e o autor desta obra corrobora com isso, que o olhar de Gilberto Freyre sobre o Brasil Colonial é nutrido por um olhar senhorial; parece ser do alpendre da Casa Grande e da pompa econômica, política e autossuficiência do senhor de engenho que Gilberto Freyre interpreta o Brasil. A obra de José Lins talvez seja um pouco mais dura, até mesmo mais realista, portanto menos romântica que a de seu amigo, por denunciar a loucura, arrogância e violência do senhor de engenho.

Já encontramos aqui uma relação de proximidade no que diz repeito à produção sócio-literária dos dois amigos: ambos possuem uma ascendência senhorial, seus avós foram senhores de engenho. Descrever as experiências, bem como as vivências suas e de seus familiares parece ser o objetivo fulcral de tão intensas e vivas obras. Recuperar esses cheiros, a vida íntima das cozinhas, quartos e salas de estar, marcadas por relações primárias, é o principal intento.

A essa recuperação de um Brasil colonial, misturado com o melaço da cana, da ordem servil e intimidade da família brasileira, presente na obra tanto de José Lins quanto de Gilberto Freyre o autor denominará de “afinidades eletivas”.

Uma outra afinidade é a encontrada na semelhança da temporalidade na qual ambos iniciam suas atividades de escritores, José Lins em 1932 e Gilberto Freyre em 1933. Nas cartas lidas e analisadas pelo autor, bem como na leitura e discussão das obras analisadas do literato e do sociólogo, se configura muito claramente que tal temporalidade não é mera coincidência ou obra do acaso; ao contrário, tais temas, são em grande medida, resultado do burburinho e efervescência de temas discutidos e trocados entre ambos, através das cartas e das conversas em encontros pessoais.

Uma última afinidade destacada pelo autor da presente obra, é quanto a uma certa semelhança do universo temático. A produção de ambos é caracterizada como regionalista, preocupada em destacar aspectos da natureza – dos bichos, plantas e climas –, do cotidiano da família patriarcal brasileira e das relações marcadamente dualistas entre: senhor e escravo, senhor e agregado, marido e esposa, mucama e sinhá moça, dentre outras relações.

Com base no exposto, defenderá o autor, até a última página de seu belo trabalho, que são tais afinidades a principal responsável pelo diálogo entre ambos, bem como pela consequente interseção entre a Sociologia e a Literatura.

O texto, portanto, que apresento, merece ser lido, sem preconceitos ou má-vontade, pois como Gilberto Freyre foi e, em certo sentido, continua a ser lido "atravessado" por uma visão pós-estruturalista ou marxista, pode ser que esta obra incorra no mesmo risco. Pois afinal, alguém poderá afirmar: o que aprender com tal obra que trata muito mais de "enaltecer" uma amizade que produz, a partir de afinidades eletivas, uma série de interpretações culturalistas sobre o Brasil colônia e do início do século XX?

Digo então, como últimas palavras, que é possível se aprender muito. A obra é rica em delicadeza, sensibilidade nutrida por um profundo respeito e até mesmo paixão do autor por esses dois escritores geniais; é um rico exemplo de como é possível, produzir saber acadêmico sem perder a doçura e que igualmente é preciso coragem para assumir a subjetividade presente em todo o texto, a despeito de muitos pseudos cientistas que só sabem se amparar, se proteger no verniz altamente gelatinoso da objetividade.

Quem conhece bem o autor, o nosso querido Cauby Dantas, sabe que o que não lhe falta é ousadia. Ele nunca esteve preocupado com rótulos e sempre assumiu seu ponto de vista, seus amores na música, na literatura, na arte e na sociologia sem preocupar-se como seria avaliado. Essa sua integridade e descompromisso com o julgamento alheio é também um distintivo de sua obra. O seu compromisso é com ele e o seu pensamento; é com ele e com o leitor; é com ele e sua tentativa incansável de dizer em palavras rebuscadas e inteligentes, o que vai em seu coração e em sua mente, profundamente curiosa e criativa.

Boa leitura!

Introdução

Este é um texto sobre amizade e amigos, tanto pela temática que aborda, como pela história de sua publicação. E isso pede uma explicação, em reconhecimento àqueles amigos que nele acreditaram, instando-me a publicá-lo, a tirá-lo da clausura travestida de dissertação de mestrado – a sua origem – defendida em dezembro de 2005.

Eis o livro, versão modificada, expurgada de alguns vícios de linguagem ditados pelo jargão acadêmico – muitas vezes pedante e vazio – do trabalho apresentado ao então Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande. A sua transformação em livro deve-se, sobretudo, à teimosia da professora Elizabeth Christina de Andrade Lima que por razões ainda impenetráveis ao meu escasso escrutínio – a não ser aquelas ditadas ou movidas pela amizade e carinho que nos une desde os tempos da nossa graduação ou, ainda, pelo fato de ter sido minha orientadora durante o mestrado, o que a torna, além de cúmplice, coautora – conseguiu enxergar nele qualidades e méritos que o credenciariam ao prelo, como diriam os mais antigos.

Como se trata de mulher decidida, não ficou apenas nas palavras e intenções. Insistente, e sabendo-me refratário à ideia da publicação, resolveu, sem prévia comunicação, submeter os originais à apreciação e avaliação do Conselho Editorial da Editora da Universidade Estadual da Paraíba. Só fiquei sabendo deste "sequestro" editorial ao receber, com surpresa, um documento assinado pelo diretor da EDUEPB, professor Cidoval Morais, informando-me, "com satisfação", que o livro recebera a aprovação do Conselho, sendo "recomendado para publicação por esta editora".

E foi assim que comecei a virar autor, com direito a nome impresso em capa. E foi assim, ainda, que a extensa fortuna crítica em torno de Gilberto Freyre e José Lins do Rego ganhou mais um livro.

Este trabalho tem, no entanto, uma origem mais antiga, remontando aos bancos escolares do Colégio Moderno 11 de Outubro – com direito a paixões e desilusões amorosas afogadas em álcool, músicas de Roberto Carlos e na leitura de romances – como também, em momento posterior, por reavaliações críticas em torno dos significados e valores da obra de Gilberto Freyre, conforme passo a relatar.

No princípio, o preconceito. Naqueles tempos – anos oitenta do século passado – Gilberto Freyre era uma péssima companhia para a análise sociológica. Pelo menos assim falavam alguns dos nossos professores do curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da então Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande. O autor de *Casa-grande & senzala* era acusado, dentre outros crimes, de haver construído certo "mito da democracia racial" brasileira, que contribuía para a desmobilização das nossas populações negras, condenando-as, assim, a permanecerem ocupando as modernas senzalas e os espaços marginalizados – favelas, subemprego, analfabetismo – de uma sociedade que se modernizara, mas esquecera de romper com suas raízes rurais, dentre elas, o autoritarismo político de suas elites e oligarquias que, em tudo, fazia reviver os antigos senhores das casas-grandes coloniais[1]. Isso era o bastante para a demonização

1 A temática da persistência das "raízes rurais" tem sido recorrente na moderna reflexão sociológica brasileira. Os exemplos a seguir surpreendem essa recorrência em momentos distintos: "No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje" (HOLANDA, 1989: 105).

"Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. (...) Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos deste longo passado colonial" (PRADO JR., 1984: 23).

"Quando a riqueza se modernizou ao longo do século XIX e, sobretudo, nas décadas finais daquele século, não se modernizou por ações e medidas que revolucionassem

do tal "mestre de Apipucos". Como o preconceito anda acompanhado da ignorância, o fato de que – com as exceções de sempre – ninguém verdadeiramente lera nem mesmo a sua obra mais famosa, acima mencionada, não importava muito.

Encontrando-se as coisas neste nível de intolerância ante o desconhecido, eis que chega o segundo semestre do ano letivo de 1988 e, com ele, o curso de *Antropologia do Brasil*, sob a responsabilidade da professora Maristela Oliveira de Andrade. Seria apenas mais uma disciplina dentre tantas postas no caminho da nossa formação. A sua ementa apresentava, no entanto, uma novidade: a presença de textos daquele autor sobre o qual reverberavam anátemas de várias espécies.

O primeiro daqueles textos, o *prefácio à 1ª edição de Casa-grande & senzala*, (FREYRE, 1997), já em sua frase inicial – "Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio" – sinalizava coisas novas. Aquele me pareceu um estranho começo para uma obra que, segundo comentários ouvidos aqui e ali, propunha-se empreender a reconstituição dos séculos fundantes da sociedade brasileira.

Pareceu-me "subjetivo" demais.

Esse prefácio é, em verdade, uma longa exposição do plano geral da obra. O autor esclarece aos leitores que, em seu exílio, estivera (sempre pesquisando) na Bahia, em Portugal, depois na África, Universidade de Stanford, Nova Iorque, Novo México... um verdadeiro périplo.

Lentamente, a leitura vai avançando. E começam a aparecer alguns temas e personagens que desfilarão pelas quase seiscentas páginas por desbravar naquela expedição pioneira: Franz Boas, raça e cultura, miscigenação, índios, jesuítas, pentelhos de virgens d´antanho, traficantes, padres, cronistas, senhores de engenho, sexo, comidas, região, nobreza senhorial, roupas, clima, escravos domésticos, negros, terra, mata, rio, ecologia, família patriarcal, violência, afeto, assombrações do outro

---

o relacionamento entre a riqueza e o poder, como acontecera na história da burguesia dos países mais representativos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho" (MARTINS, 1994: 30).

mundo, religião, trabalho, cana-de-açúcar, casas-grandes com suas senzalas. Uma plêiade de personagens que, em algumas de suas expressões, não pareciam dignos da seriedade exigida pela reflexão sociológica.

Em outras palavras, já nesse primeiro contato, revelar-se-iam ao noviço todo o encanto e poder de sedução característicos do texto de Gilberto Freyre. Os olhos, ávidos e com a ânsia dos prelúdios, quase saltaram em cima de um trecho que parecia expressar uma postura metodológica voltada para a construção de uma sociologia da intimidade. Mas isso só bem depois iria ficar claro. Naquele momento, me chamou a atenção, além da plasticidade do texto, a sensibilidade do autor para com a importância do elemento subjetivo na análise dos processos históricos, que provocara aquele estranhamento acima confessado:

> Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o "tempo perdido". Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos (FREYRE, 1997, p.lxv).

Como no verso de Manuel Bandeira, "foi o meu primeiro alumbramento".[2] Aquele pequeno trecho, depois tantas vezes relido,

2 O verso citado faz parte do poema *Evocação do Recife*, escrito em 1925, a pedido de Gilberto Freyre, para constar do *Livro do Nordeste*, por ocasião das comemorações do centenário do *Diário de Pernambuco*. O trecho é o seguinte: "[...] Um dia eu vi uma moça

estava a me dizer que, assim como os eventos de grande impacto, a vida cinzenta e sem graça do cotidiano era digna, sim, da abordagem sociológica. Começava ali a estilhaçar-se o preconceito, substituído, a partir de então, pelo salutar exercício da leitura sistemática da obra de Gilberto Freyre.

A vivência com os textos de José Lins do Rego começara bem antes. Sendo este autor um dos mais conhecidos representantes da ficção regionalista nordestina – com Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e outros – estivera sempre presente nas aulas de literatura e nos trabalhos escolares do nosso Ensino Médio. Principalmente com a sua obra maior, o romance *Fogo morto*, de 1943. Ademais, seus livros eram sempre bem-vindos porque proporcionavam uma leitura espontânea, envolvente, prazerosa. E este é, a meu ver, um grande mérito. Muitos colegas se iniciaram no mundo dos livros sorvendo as narrativas aparentemente fáceis do escritor de Pilar. À oralidade dos seus romances, acrescente-se o fato de que abordavam um universo que nos parecia muito próximo, em termos espaciais e culturais: o mundo dos engenhos da várzea do Rio Paraíba.

Daí a sensação de familiaridade que senti, e que sobreviveu ao término da leitura, ao ler as primeiras páginas do livro *Nordeste*, de Gilberto Freyre. Aquela abordagem impressionista das relações entre a cultura da cana-de-açúcar e o ecossistema regional em muito se assemelhava – pela temática, pela presença do cotidiano dos engenhos, pelo tom informal – aos romances de José Lins do Rego. Definitivamente, esses textos sugeriam que havia uma conexão entre o romancista e o sociólogo. Começava a nascer, assim, a ideia do presente estudo.

A reflexão aqui apresentada intenta construir um diálogo entre dois autores que, pelas dimensões e prolixidade de suas obras, constituem-se registros clássicos da sociologia e da literatura brasileiras. Sob esta preocupação fulcral, interessa saber em que medida um discurso literário específico – o romance regionalista de José Lins do Rego, elaborado na década de trinta do século passado – reverbera ou expressa influências advindas de um modelo de interpretação sociológica – o

---

nuinha no banho/ Fiquei parado o coração batendo/ Ela se riu/ Foi o meu primeiro alumbramento" (JUNQUEIRA, 1980, p.25).

freyriano – que começa a ser construído no início da década de vinte do mesmo século.

A preocupação em pesquisar as conexões da obra de José Lins do Rego com a de Gilberto Freyre emerge da leitura atenta de alguns dos seus principais textos. Esta leitura traz à superfície, evidenciando-as, algumas "afinidades eletivas" entre o romancista e o sociólogo.

Esta afinidade temática – pode-se levantar a hipótese – talvez expresse, pela via dos textos, a origem familiar, a posição social e a formação intelectual de ambos. Além de representar o desdobramento, em termos afetivos, da profunda amizade que os uniu desde os tempos – início dos anos 1920 – em que não passavam, intelectualmente, de promessas por concretizar.

A formação acadêmica do sociólogo, antropólogo e escritor pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) é essencialmente construída em universidades norte-americanas e percorre o período de 1918 a 1923. É nesse espaço que vamos encontrá-lo – após concluir os estudos secundários no Colégio Americano Gilreath de Pernambuco – bacharelando-se em Artes Liberais, especializando-se em Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Baylor e fazendo, em seguida, estudos de Pós-graduação em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais na Universidade de Colúmbia, Nova Iorque.

Ainda à distância, Gilberto Freyre vai iniciar sua pregação regionalista em artigos enviados ao *Diário de Pernambuco*, publicados na série *Da outra América* (AZEVEDO, 1996, p.26). Em 8 de março de 1923 volta ao Recife e dá início a uma intensa militância intelectual para a organização do movimento regionalista de defesa das tradições e dos valores locais. Em 1924, será um dos fundadores do Centro Regionalista do Nordeste que, em 1926, realizará o 1º Congresso Regionalista do Nordeste.

O escritor paraibano José Lins do Rego (1901-1957), oriundo de poderosa família patriarcal da várzea do Rio Paraíba – origens estas recorrentes em seus romances – então aluno da Faculdade de Direito do Recife, vai ser um dos primeiros a acolher positivamente a pregação regionalista *freyriana*.

Percebe-se, naquele momento, o entrechoque de dois projetos de renovação intelectual do país – o "modernismo" paulista e o "regionalismo" nordestino. Os dois jovens aspirantes à condição de escritor se

conheceram nesse contexto de efervescência cultural. Gilberto Freyre confessa, em *Tempo morto e outros tempos,* publicado em 1975, trazendo anotações feitas ainda na década de 20, o seu débito para com José Lins do Rego, por lhe haver apresentado a vários dos autores "novos", citando, entre outros, Mário e Osvaldo de Andrade e Alceu Amoroso Lima. Nesse mesmo período, José Lins do Rego aprendia inglês, com Gilberto Freyre.

Estava iniciado o diálogo intelectual que o passar dos anos apenas aprofundaria. Definitivamente inscrito na memória de ambos, esse primeiro encontro será posto em relevo em cartas íntimas e em artigos para jornais. Mais tarde, já consagrados, lembrarão aquele alvorecer em seus significados afetivos, existenciais e intelectuais. Citemos alguns exemplos dessa rememoração. Primeiro, Gilberto Freyre:

> Os dois – José Lins e eu – nos completamos em várias das atividades que desenvolvemos e em diversas das tendências que desde 1923 – o ano em que começou nossa amizade – exprimimos com maior ou menor gosto ou ênfase, conforme o temperamento de cada um. [...] Completamo-nos através das influências que eu recebi dele e das que ele recebeu de mim. Sua vida e a minha tornaram-se, desde que nos conhecemos, duas vidas difíceis de ser consideradas à parte uma da outra, um complexo fraternamente simbiótico, de tal modo se interpenetraram, sem sacrifício do temperamento de um ao do outro (COUTINHO; CASTRO, 1991, p. 95-96).

Agora, José Lins do Rego:

> Conheci Gilberto Freyre em 1923. Foi numa tarde de Recife, do nosso querido Recife, que nos encontramos, e de lá para cá a minha vida foi outra, foram outras as minhas preocupações, outros os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos. [...] Para mim tivera começo naquela

> tarde de nosso encontro a minha existência literária. [...] Começou uma vida a agir sobre outra com tamanha intensidade, com tal força de compreensão, que eu me vi sem saber dissolvido, sem personalidade, tudo pensando por ele, tudo resolvendo, tudo construindo como ele fazia (FREYRE, 1968, p.21-22).

Detectadas as origens da relação intelectual (e pessoal) entre Gilberto e José Lins, algumas perguntas podem ser formuladas na tentativa de composição de um roteiro que possibilite o início da compreensão do diálogo.

Comecemos por tentar surpreender em que medida esse encontro – tão sinceramente confessado pelos protagonistas nas citações aqui feitas – foi eternizado em ensaios e romances. Será possível perceber, nos textos, "uma vida a agir sobre outra"? Será José Lins a expressão literária da casa-grande e do mundo dos engenhos? E o "olhar senhorial" (REIS, 1999, p.65) que Gilberto Freyre lança sobre nossas raízes rurais e patriarcais, refletirá, ao nível do discurso antropológico-sociológico, as mesmas origens e concepções de mundo?

Outro ponto a indagar é quanto à presença, na obra de José Lins do Rego, das variáveis fundamentais atribuídas por Gilberto Freyre à sociedade tradicional brasileira: o patriarcalismo, o latifúndio, a presença da monocultura e do regime escravocrata. Como são operacionalizados estes conceitos no romance regionalista do autor paraibano? E, ainda, quais as "coincidências" expressas no tratamento conferido a conceitos como região, decadência, triângulo rural (casa-engenho-capela), entre outros?

FOTO 1 – José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Rio de Janeiro-RJ, Brasil – 1936. Foto-postal

FONTE - Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife- PE

A pesquisa foi conduzida pela vontade de identificar e fazer emergir as conexões entre o texto literário e o sociológico, tendo como matéria prima os dois registros autorais aqui propostos.

Trata-se, portanto, de construir diálogos entre textos. Neste sentido, a hipótese de trabalho é a de que a obra de José Lins do Rego – destacando-se, no seu interior, os romances do chamado ciclo da cana-de-açúcar, [3] que têm como temática central o mundo dos engenhos e da sociedade patriarcal nordestina – pode ser lida como a expressão ficcional do modelo de interpretação e de revisão da vida

3 A expressão *Ciclo da cana-de-açúcar* foi utilizada por José Lins do Rego, em 1936, em alusão aos seguintes romances: *Menino de engenho* (1932); *Doidinho* (1933); *Bangüê* (1934); *O moleque Ricardo* (1935) e, fechando o ciclo, *Usina* (1936) (REGO, 1993, xiii). Esta classificação e terminologia são bastante questionadas pelos estudiosos de sua obra como, por exemplo, José Aderaldo Castelo e Peregrino Júnior.

social brasileira – no âmbito do complexo casa-grande - senzala – construído por Gilberto Freyre.

Como comprovar a veracidade (ou não) desta proposição? Um bom caminho consiste em interpelar um conjunto de obras – selecionadas sob o critério aqui delineado – e, em seu interior, tentar surpreender os filtros ideológicos, condicionamentos sociais e temas sob os quais os intelectuais em foco viveram, conviveram e produziram seus textos. Em cada romance, ensaio ou correspondência pessoal, os autores serão "convidados" a estabelecer, pela via perene da palavra escrita, uma interlocução que faça emergir diferenças, similitudes e interseções. Dito de outra forma: serão lidos em conexão.

O trabalho aqui desenvolvido tem como núcleo a análise de textos. Sempre em construção, é um exercício, a exegese, que, quando bem conduzido, contribui para o desvelar dos mistérios dos textos e dos rostos dos autores envolvidos.

A pesquisa bibliográfica objetiva levantar conteúdos, temas e orientações seguidas pelos dois autores. De José Lins do Rego analisamos, sobretudo, os romances *Menino de Engenho* e *Bangüê*. Perceba-se o critério que norteou a escolha: são estes, certamente, os livros onde o nosso autor, misturando ficção e memória, aborda diretamente o cotidiano do mundo dos engenhos, desde a apresentação inicial do Engenho Santa Rosa, em sua fase áurea, até sua decadência, assinalada pela morte de José Paulino e pela transferência do Santa Rosa das mãos de Carlos de Melo para o tio Juca.

De Gilberto Freyre, foram interpelados os textos que apresentam as matrizes teóricas e os temas centrais do seu regionalismo. Ei-los: *Vida social no Brasil nos meados do século XIX* (1922), o *Manifesto regionalista* (1926 -?), *Nordeste* (1937) e o ensaio *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil*, na versão publicada na coletânea *Região e tradição*, de 1941. Aliás, por sua relevância para a compreensão do regionalismo, esta coletânea será exaustivamente citada no capítulo 2 deste livro. Antecipamos aqui nosso pedido de compreensão aos leitores por essa recorrência, esperando que ela se justifique ao longo da própria exposição do assunto.

Evidentemente, não poderíamos deixar de utilizar, incidentalmente, os livros que compõem a sua *Introdução à história da sociedade*

patriarcal no Brasil,[4] como também a larga fortuna crítica que circunda os dois autores.

Outra fonte particularmente valiosa são as cartas. Gilberto Freyre e José Lins do Rego mantiveram uma intensa e prolixa correspondência, iniciada em 1924, e que se estendeu praticamente até a morte do romancista, em 1957. São, no total, 238 cartas. Destas, 116 foram escritas por Gilberto Freyre, enquanto que José Lins do Rego mandou-lhe 122.

Esse belo instrumento de pesquisa é parte do acervo do Museu José Lins do Rego da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC). Contém valiosas informações, indo da política à reiteração da velha amizade; pesquisas e livros em andamento; muitos comentários sobre livros e autores; assuntos íntimos, relacionados a filhos e esposas; mudanças; questões financeiras. Podemos perceber, por exemplo, ao longo de várias cartas, a angústia de Gilberto Freyre com os atrasos nos pagamentos de direitos autorais sobre seus livros e artigos, estes publicados em jornais e revistas, chegando a pedir dinheiro emprestado ao amigo que, para a inveja dele, Gilberto, dispõe de "vastos dinheiros na Casa Vergara".

Naquilo que nos interessa, algumas correspondências nos revelam algumas matrizes temáticas, em construção ainda, que aparecerão na obra madura de ambos. Serão interpeladas em seu devido momento.

Cartas são, em essência, documentos íntimos. Os interlocutores colocam-se, ao escrevê-las ou recebê-las, numa relação eivada de afeto, circundada pela privacidade. Em nome da confiança mútua, imperam o despojamento e a informalidade do tom. Segundo Gramsci (1986, p.66):

> Há uma diferença de estilo entre os escritos dedicados ao público e os demais, como, por exemplo, entre as cartas e as obras literárias. Frequentemente, parece estarmos a tratar com dois escritores diversos, tão grande é a diferença. Nas cartas [...], nas memórias e geralmente em

4 Esta longa *Introdução* é composta pela trilogia *Casa-grande & senzala* (1933), *Sobrados e mucambos* (1936) e *Ordem e progresso* (1959).

> todos os escritos dedicados a um público pequeno e a si mesmo, predomina a sobriedade, a simplicidade, a imediaticidade, ao passo que nos demais escritos predomina a retórica, o estilo oratório, a hipocrisia estilística.

As cartas aqui perscrutadas representam, portanto, um momento importante "do diálogo entre companheiros de ofício" (LIMA; FIGUEIREDO, 1997, p.15). Custaram-me 15 visitas ao Museu José Lins do Rego, em João Pessoa.

As de Gilberto Freyre – todas no papel em que foram originalmente escritas – tive que transcrevê-las, o que demandou paciência ante o estado de algumas delas, praticamente ilegíveis, efeito inexorável da ação do tempo. São documentos, alguns, escritos há mais de oitenta anos.

As de José Lins do Rego – em verdade, reproduções cedidas ao Museu pela Fundação Gilberto Freyre, Recife – me foi permitido fazer cópias das cópias. Pude, assim, lê-las em casa, de acordo com meu próprio ritmo. E foi aí que surgiu um obstáculo quase intransponível: a letra de José Lins do Rego. Mais correto seria dizer "hieróglifos". A caligrafia deste escritor representa, com efeito, um desafio à paciência e sanidade mental dos seus eventuais leitores. É quase impossível decifrá-la. O que consegui, tratei de registrar logo no computador. Fico a imaginar como deve ter sido estafante para João Conde ou Valdemar Cavalcante, amigos fiéis, o trabalho de "traduzir" e tornar inteligíveis os garranchos impenetráveis, a partir dos cadernos escolares onde, à mão, José Lins escreveu todos os seus livros. Na expressão de Valdemar Cavalcante, os manuscritos de Zé Lins eram "quase indecifráveis". E, no entanto, muito revelaram sobre o mundo dos engenhos e das casas-grandes e sobre o próprio autor, como poder ser percebido no fragmento a seguir:

> Entre José Lins do Rego, como figura humana, e José Lins do Rego, como escritor, havia uma concordância perfeita. Ele pertencia a um tipo de homem de letras que se transfere integralmente para os seus escritos. A palavra que deixava no papel, com a ponta da pena, era a palavra que lhe

> saía da boca, no seu modo natural de exprimir-se (MONTELLO, 1987, p.14).

Este livro estrutura-se em torno de quatro capítulos. O primeiro, conceitual, arrisca algumas reflexões acerca da relação entre literatura e sociedade e em torno da validade, já implícita na própria concepção do trabalho, do uso de uma fonte, a literária, que, ainda que verossímil, desfruta, em sua economia interna, de relativa autonomia estabelecendo, neste movimento, uma relação tensa e dinâmica com o meio externo, circundante. O lastro teórico nos é proporcionado por Antonio Candido e sua concepção de literatura enquanto sistema. Este capítulo traz, ainda, uma leitura dos significados político-ideológicos da obra de Gilberto, centrada em torno de seu ponto de vista "senhorial" da cultura brasileira. O realce aqui é uma noção basilar e emblemática da obra do sociólogo pernambucano, o conceito de "equilíbrio de antagonismos". Para o enquadramento dos seus desdobramentos políticos, revelou-se ainda válida a noção *gramsciana* de intelectual orgânico.

No capítulo 2, vamos às origens, tentar surpreender o conteúdo do regionalismo *freyriano* onde ele foi pioneiramente inscrito, elaborado e apresentado, começando por sua pesquisa de mestrado, escrita originalmente em inglês e publicada em 1922, com o título de *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*. Em 1964 esse trabalho inicial será traduzido por Waldemar Valente e publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atual Fundação Joaquim Nabuco, com sede em Recife- PE. Seu título em português: *Vida social no Brasil nos meados do século XIX.*

Outros textos fundantes aparecem na coletânea de ensaios *Região e tradição*, e, claro, no *Manifesto regionalista*, e em *Nordeste*. Não poderíamos, neste ponto, obliterar o desmonte crítico desse ideário, inserto num conjunto de ensaios – todos de alto nível – que, interpelando-o em seus conteúdos conservadores, apresentam-no como expressão mítico-nostálgica de uma sociabilidade em crise.

Detectados conteúdos e temas, bem como o substancial de sua larga fortuna crítica, mãos às obras: é chegado o momento, neste que será o terceiro capítulo, de surpreendê-los na correspondência entre os dois autores e, no quarto capítulo, nas páginas dos romances de

José Lins do Rego já assinalados. Como são, aí, operacionalizados? Eis a pergunta fulcral, de cuja resposta dependerão o grau de consistência e a substância do diálogo que se busca estabelecer e que é, com efeito, o objetivo precípuo deste estudo. Nas considerações finais, faremos uma breve incursão sobre os sentidos e significados da amizade na obra dos autores.

Com a palavra os leitores – pois eles sempre aparecem sempre que um livro aparece – que haverão de julgar, ao cabo, quem tinha razão: o ceticismo do autor quanto à conveniência da sua publicação, ou a generosidade da professora Elizabeth Christina acompanhada da conivência e beneplácito do Conselho Editorial.

Não dá pra esquecer: este texto é profundamente marcado pela memória de Rosilda Nunes Dantas, que acompanhou todos os passos de sua elaboração. Algumas de suas páginas nasceram na solidão de um quarto de uma clínica psiquiátrica, tendo por testemunhas, ela e eu, na respectiva e igualmente sombria condição de "paciente" e "acompanhante": ambos desesperadamente buscando o reencontro com as luzes.

Rosilda nos deixou em 27 de novembro de 2008. Quanta saudade! Minha e de Hélder e de Tomás e de Miguel (nossos filhos), que ficamos por aqui exercitando os fragmentos da memória familiar da "mainha", da "poposa", "Dinha", tão frágil e amada na fragilidade; tão forte e tão dona de nós quatro que, ao ir embora, nos deixou a todos perplexos, imersos na mais dilacerante tristeza e vagando no abandono.

Capítulo I

> Organizar ruínas de antigas narrativas, as vozes do viver cotidiano anônimo; dialogar com a série literária e com os valores culturais de sua e de outras épocas, para daí compor sua experiência solitária, eis a tarefa do romancista (AMORIM, 2003, p. 20).

Textos e contextos

O sociólogo Octavio Ianni, em ensaio sobre a história do nascimento e consolidação da sociologia, tratou de colocar em destaque o potencial narrativo desta forma de abordagem. A sociologia seria, desde suas origens, inscritas nos textos dos grandes pensadores do século XIX – Comte, Durkheim, Marx, Weber – uma forma de expressão literária – "épica" – informada pelas narrativas de um grande drama: a gênese e o desenvolvimento do mundo moderno:

> É possível constatar que algumas das principais obras da sociologia possuem também conotação artística, seja dramática seja épica, ou mesmo mesclando ambas. O modo pelo qual recriam, compreendem, explicam e fabulam a realidade social, em seus movimentos e impasses, encontros e desencontros, sugere algo nesse sentido. Sim, uma parte da sociologia apanha o Mundo Moderno como espetáculo. E o homem desse Mundo como personagem singular e coletivo, figura e figuração (IANNI, 1989, p.27).

Mesmo considerando-se o contexto de formação da sociologia, marcado pelos ideais epistemológicos de objetividade e cientificidade, a proposição de Ianni é pertinente. É, sim, possível, detectar essa dimensão nos temas e formas abordados pelos autores clássicos. A presença da literatura também marca-lhes o estilo. É, por exemplo, bastante conhecido o gosto de Marx por esse tipo de fonte, a que sempre recorria, citando à exaustão autores de que gostava, o que conferia ao seu texto uma beleza e um sabor não raras vezes incompatíveis com a aridez dos temas tratados. O mesmo poderá ser dito em relação a Max Weber.

Desde então – e legitimados por tão sábias vozes e penas – sociólogos de diversos quadrantes e tendências têm utilizado este tipo de documento em seus estudos acerca da interdependência, da cultura e das relações entre os homens. De tal forma que tornou-se algo axiomático falar-se das interseções entre literatura e ciências sociais. Alguns – é bem o caso de Gilberto Freyre – priorizam os aspectos expressivos do seu trabalho, visando uma maior força de comunicação nos resultados de suas pesquisas. [5] É como se as coisas estivessem no mundo para serem escritas e tudo fosse uma questão de construir textos e intertextualidades.

Refletir sobre a interpenetração literatura-sociedade, o vínculo entre obra e ambiente significa, portanto, tentar relacionar textos e contextos, buscar surpreender a ocorrência dos aspectos sociais nas obras literárias e os níveis desta correlação. A literatura é uma forma de expressão artística que, pela transcendência e transfiguração, favorece a compreensão de realidades e cotidianos sociais, o que não oblitera suas intenções estéticas, expressas pela capacidade inventiva dos autores, na busca do belo e, também, nas emoções e sentimentos

5 Em *Como e porque sou e não sou sociólogo*, de 1968, Gilberto Freyre, exercitando sua imensurável vaidade, afirma: "Digo nome de escritor porque, afinal, é o que principalmente me considero: escritor. Escritor de sistemática formação científica, é certo, e esta de modo específico, a antropológica – a sociológica. Porém escritor a quem, talvez, não faltem características literárias que lhe dêem direito senão ao título, a uma condição que só se atinge através da arte de escrever." O trecho aqui citado encontra-se à página 115 da edição publicada pela editora da Universidade de Brasília.

e mobilizações eventualmente desencadeados pelas representações literárias.

> A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade (CANDIDO, 2000, p. 47).

Antonio Candido destaca alguns momentos reveladores da confluência entre fatos sociais e as artes, particularmente a literatura: a posição social do artista; a configuração da obra (forma e conteúdo), que deixa transparecer as interferências que repercutem a posição social ocupada pelo autor; o público receptor. Nesta relação tríade – autor – obra – público – inscreve-se a substância sociológica da arte. Candido (2000, p.20) resume:

> Sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana, e como tal interessa ao sociólogo. Ora, todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, o seu efeito.

Delineia-se, assim, uma "interpretação dialeticamente íntegra", onde os fatores externos – estrutura social, valores, ideologias, técnicas de comunicação – incidem sobre a composição dos textos, ao mesmo tempo em que se colocam, também, sob os impactos ou mudanças advindos das diversas maneiras pelas quais as obras são recebidas. A isto poder-se-ia chamar de eficácia social da literatura.

O crítico estabelece, portanto, os elementos constitutivos da relação. Este parece ser o momento inicial de uma reflexão que o levará à formulação de um conceito de literatura que, no escoamento dos anos, tornar-se-ia clássico:

> A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a . A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (CANDIDO, 2000, p. 68).

No concernente aos propósitos da nossa leitura, tem-se aí uma elaboração conceitual que, pela organicidade conferida à literatura – "sistema vivo de obras, agindo uma sobre as outras" – parece válida à construção intertextual pretendida. Permite fazer interagir alguns textos de José Lins, acima delineados, com as matrizes temáticas do regionalismo de Gilberto Freyre que informam assuntos tais como decadência, tradição, região cultural, nostalgia, etc.

O conhecimento sociológico é construído sob exigências epistemológicas que passam pela relação sujeito-objeto, métodos, "objetividade" diante dos fatos sociais, elaboração de conceitos e teorias. São entraves à construção de textos com pretensões científicas e que, eventualmente, podem comprometer a capacidade inventiva e o exercício da imaginação sociológica. Um romancista – ainda que esteja sugestionado pelo elemento externo – não se coloca como tarefa a reconstituição ou reprodução a mais fiel possível da realidade. Em sua escrita podem ser contemplados desejos, aspirações, deformações da verdade efetiva, sem que isso altere o sentido de verossimilhança; pode, enfim, expressar ideias, utopias e fins. A reprodução documental do mundo pode até ser colocada como

objetivo – aspiração, por sinal, bastante legítima – mas não como algo ontológico do texto literário. Essa liberdade de transcendência e polissemia é destacada por vários autores. Mais uma vez, Candido (2000, p.13) afirma:

> Esta liberdade, mesmo dentro da orientação documentária, é o quinhão da fantasia que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva; de tal maneira que o sentimento da verdade se constitui no leitor graças a esta traição metódica. Tal paradoxo está no cerne do trabalho literário e garante a sua eficácia como representação do mundo.

Bourdieu, em reflexão acerca da autonomia do "campo literário", vê esta liberdade como seu elemento distintivo. A literatura se insinua e se credencia ante os leitores por sua capacidade de despertar nestes um "efeito de crença":

> A tradução sensível dissimula a estrutura, na forma mesma na qual a apresenta e graças à qual é bem-sucedida em produzir um efeito de crença (antes que de real). E é isso sem dúvida que faz com que a obra literária possa por vezes dizer mais, mesmo sobre o mundo social, que muitos escritos com pretensão científica. [...] O 'efeito de real' é essa forma muito particular de crença que a ficção literária produz através de uma referência denegada ao real designado que permite saber recusando saber o que ele é realmente. A leitura sociológica rompe o encanto (BOURDIEU, 1996, p.48).

Abolindo determinações, sujeições e limites característicos da existência social, a escrita parece querer "sobrevoar em pensamento o mundo social e seus conflitos" (BOURDIEU, 1996, p.43). Escrever seria como buscar um mundo novo:

> Não há melhor atestado de tudo que separa a escrita literária da escrita científica do que essa capacidade, que ela possui exclusivamente, de concentrar e de condensar na singularidade concreta de uma figura sensível e de uma aventura individual, funcionando ao mesmo tempo como metáfora e como metonímia, toda a complexidade de uma estrutura e de uma história que a análise científica precisa desdobrar e estender laboriosamente (BOURDIEU, 1996, p.39).

Mas nem tudo é arbítrio. Entre o real e a sua transfiguração literária há limites, tensões. Escritor e texto colocam-se, com efeito, sob uma rede de interações onde se misturam situação de classe e a posição social ocupada, escolas e prestígio ou ausência deste, mídia, crítica literária, amizade ou inimizade com o editor do suplemento dominical, partidos, ideologias, compromissos. Como, então, diferenciar as coisas, realidade e imaginação, o feijão e o sonho?

> A matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada – em que imprevisível dormita a História – que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados (SCHWARZ, 2000, p.31).

No caso particular de um autor como José Lins do Rego, cujos romances já foram considerados como sendo "muito mais do que um documento sociológico" (REGO, 1994, p. XVII), as fronteiras entre memória e ficção são tênues. Trabalha-se aqui, portanto, com o incerto. É este um limite, um preço a pagar pelo uso da literatura como fonte.

Outro estudioso das correlações entre literatura e sociedade, José Edílson de Amorim, ao abordar a evolução da forma romanesca em geral e, em particular, a trajetória e consolidação do romance romântico brasileiro, no século XIX, aponta os liames entre texto e contexto como elemento estruturante da literatura sendo, no caso do romance, sua vocação:

> Na sua linha de evolução, o romance foi sempre marcado por uma vocação peculiar: seu vínculo com a realidade social. Esse percurso, no entanto, não se deu sem percalços. Assim, podemos constatar entre romance e sociedade uma história de pactos e conflitos a que bem se poderia denominar de as relações perigosas (AMORIM, 2003, p.20).

São estas "relações perigosas" que este autor busca compreender, situando-as na dinâmica social do século XIX brasileiro – marcado pela crise da dominação senhorial, pelo liberalismo de fachada das nossas elites, a persistência da escravidão e movimento abolicionista, crescimento de cidades – e como, nesta configuração, começa a ser estabelecido um pacto entre jornais, romances e leitores. E de como tudo isso vai ser representado na obra de Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar. Trata-se, em verdade, de um bonito exemplo de como se estudar a história de uma sociedade a partir de alguns dos seus principais romancistas.

Seja com o "efeito de crença", de Bourdieu, ou com o "verossímil das relações sociais", de Edílson de Amorim, são os momentos reveladores da ação concreta dos fatos sociais sobre a literatura que vêm a lume. Daí a recorrência, nestes e em outros estudiosos, de termos como liberdade, vínculos, tensão, confluência, função.

As considerações precedentes colocam em relevo as potencialidades do uso da literatura como documento. Há, no entanto, uma tradição nominalista, retórica, que nega as possibilidades deste diálogo e, por extensão, a sua validade epistemológica. Foucault, por exemplo, chega a afirmar: "Não há uma única passagem de uma

obra que possa ser considerada extraída da realidade cotidiana" (MACHADO, 2001, p.144). O pressuposto aqui é a ideia da impossibilidade mesmo de se recriar a realidade, seja pela via literária ou por qualquer outra.

Roland Barthes, importante autor francês, identifica na linguagem o ser da literatura, a sua ontologia. A linguagem constitui o homem. Portanto, o escritor não antecede o texto: nasce com ele. Ganham relevo aqui as noções de texto – entendido como um emaranhado de citações, pois nada é original – e de leitor, o receptor das "escrituras múltiplas" que informam os textos: "O leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino" (BARTHES, 2004, p.64).

Por falar em citações, há um trecho do livro aqui abordado que nos parece expressar lapidarmente todo o ceticismo deste autor em relação ao potencial mimético da literatura:

> Para a literatura [...] a linguagem já não pode ser o instrumento cômodo ou o cenário luxuoso de uma "realidade" social, passional ou poética que preexistiria a ela e que, subsidiariamente, teria a incumbência de exprimir, mediante a sua própria submissão a algumas regras de estilo; a linguagem é o ser da literatura, seu próprio mundo: toda a literatura está contida no ato de escrever, e não mais no de "pensar", de "pintar", de "contar", de "sentir" (BARTHES, 2004, p. 5).

Com efeito, o autor em questão é difícil e vertiginoso é o seu texto. Aqui, a perplexidade e incompreensão exigem que se faça uma leitura de ritmo lento.
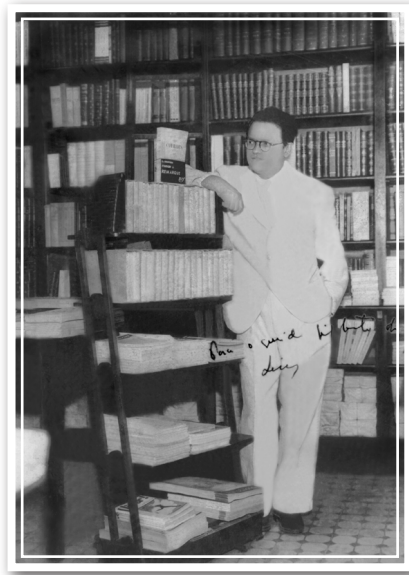
FOTO 2 - autografada “Para o querido Gilberto de Lins”

FONTE - Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife –PE

Voltemos, então, àquela afirmação inserta no trecho acima transcrito e que é feita sob medida para o desconcerto dos olhos e mente do leitor – é bem o caso – eternamente envolto pela sensação de insegurança característica das primeiras leituras: “Toda a literatura está contida no ato de escrever, e não mais no ato de ‘pensar’[...]”. Do alto de nossa perplexidade ficamos a imaginar como será possível tal separação entre palavras e coisas: como escrever sem pensar ou sentir ou querer dizer alguma coisa? Barthes está a sugerir – é o que nos parece – um cisma, a ruptura profunda entre o viver e o contar. [6] Julgamos que tal ruptura, em sendo possível, simplesmente tornaria inviável qualquer aventura em torno da literatura, conquanto faltar-lhe-iam

6 *Viver para contar*: eis o título de um livro do escritor colombiano Gabriel García Márquez. Trata-se de um belo exercício de memória onde o viver, o sentir e o contar fundem-se, magistralmente, em um texto que desnuda uma vida dedicada à literatura, ao jornalismo, ao cinema. García Márquez revela as bases reais e os acontecimentos idos e vividos que forneceram o solo, a régua e o compasso para a composição de temas e personagens dos seus romances.

matérias, temas, conteúdos. Ou seja: morreria de inanição. Barthes nega, ainda, a possibilidade – seria inútil – de se buscar fontes, origens, filiações e influências de uma obra.

Poderíamos arriscar uma pergunta: a que necessidades corresponde o texto literário? Aqui, como antes, as respostas possíveis são múltiplas. Umberto Eco nos diz que a literatura, "este bem imaterial", nos ajuda a constituir nossos patrimônios coletivos, dentre eles a língua que falamos, a nossa identidade e a nossa comunidade. Além disso, respeitadas as intenções de cada texto, funcionaria como um convite à liberdade: "As obras literárias nos convidam à liberdade da interpretação, pois propõem um discurso com muitos planos de leituras e nos colocam diante das ambiguidades e da linguagem e da vida" (ECO, 2003, p.12).

A literatura pode, ainda, ser uma aliada do sociólogo (e também do historiador) por sua capacidade de fazer "reviver" formas pretéritas de sociabilidade. Não se trata de buscar o tempo que talvez nem tenhamos perdido. Mas de nos auxiliar a olhar e identificar, em nossos cotidianos, as marcas, os hábitos, as mentalidades, os modos de vida que, ainda que não percebamos, nos chegam de outros tempos, imemoriais, e estendem suas sombras sobre nossas existências como se fora um fantasma sociológico. Não há como mensurar, na justa forma, o quanto somos marcados por essas reminiscências. A capacidade mnemônica da literatura revela-se, aqui, de grande força não apenas cognitiva, mas, também, afetiva. Quem já leu autores como José Lins do Rego ou Marcel Proust certamente terá experimentado essa sensação de encontro do passado no presente.

> É só no romance assim como nas formas épicas mais próximas dele que intervém a recordação criadora capaz de apreender o próprio objeto e de o transformar. O que faz dessa memória uma realidade autenticamente épica, é a sua aceitação do processo vital, na própria vida. O sujeito pode aqui superar a disjunção entre a interioridade e o mundo exterior no caso de considerar a unidade orgânica da sua vida inteira como a realização

> progressiva do seu presente vivo a partir de um passado cujo fluxo é condensado pela recordação (LUKÁCS, p.149).

Sevcenko (2003, p.29) faz belas reflexões em torno da substância social da literatura e de seu potencial enquanto documento. Nem reflexo, nem autonomia, é uma atividade, a literária, que se abre para um campo de possibilidades, para o vir-a-ser.

> Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o proscênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real.

É hora de encerrarmos o ponto, por sinal, já bastante alongado. Diríamos que há entre os adeptos da mímesis absoluta e aqueles que a negam, um desencontro e uma excludência que parecem infinitos. É o que esperamos ter ficado evidente.

Eis que intervém no debate o historiador paraibano Gervácio Batista Aranha. Em interessante reflexão sobre a mímesis e suas relações com os chamados novos paradigmas da historiografia – micro-história italiana, história cultural americana, história social inglesa, dentre outros – este autor quer encontrar uma, segundo suas próprias palavras, “terceira via”, um “meio termo” que aproxime os dois campos beligerantes. Assim, propõe um repensar da mímesis e do “papel da representação nas ciências humanas”. No lugar da utópica objetividade desejada pelo positivismo – que tinha por corolário a sacralização do documento – ou, no campo oposto, o ceticismo pós-estruturalista – centrado nas ideias de crise da razão e da incognoscibilidade das coisas vividas, a não ser como práticas

discursivas – este historiador desenvolve sólidos argumentos na busca do meio termo já referido, e que, conforme acredita, reside na “noção de verdade expressa em termos de verossimilhança”. Com efeito, em torno dos “fatos sociais”, nenhuma interpretação seria definitiva, completa, a única “verdadeira”; o conhecimento, construído, parcelado, colocar-se-ia sempre sob uma “perspectiva de plausibilidade” (ARANHA, 2004, p.7). Na construção do conhecimento temporalmente situado, o uso da ficção é não apenas possível como também, para Gervácio, desejável, até em função de suas capacidades lúdicas e expressivas. Desde que este tipo de fonte não seja tomado como cópia fiel, objetiva e definitiva dos processos sociais e históricos para cuja compreensão pode contribuir. A sua hipótese é, já, uma conclusão, um juízo:

> As propostas excludentes, do tipo ou nomos ou physis, são epistemologicamente limitadas. E são limitadas porque se é um fato que nenhuma narrativa histórica – hipótese válida para os demais gêneros narrativos, inclusive o ficcional – é capaz de reconstituir a experiência temporal em toda sua extensão e complexidade, também é um fato que nenhuma forma narrativa é completamente autônoma, sem qualquer vínculo extralinguístico (ARANHA, 2004, p. 2).

E no caso desta outra forma de conhecimento, a sociologia, qual seria a sua função? Em termos bem genéricos: sendo narradora e personagem do mundo moderno, seu grande assunto, certamente vem contribuindo para a sua compreensão. E quais seriam os efeitos de suas descobertas e invenções? Uma possível resposta aqui reside na noção de “dupla hermenêutica”, de Anthony Giddens, importante narrador contemporâneo dessa história. Preocupado com a questão da validade prática dos conceitos gerados pela sociologia, este autor afirma: “A ciência social preocupa-se com os agentes que geram e inventam conceitos, que teorizam sobre o que fazem, bem como sobre as condições nas quais praticam seus atos” (GIDDENS, 2001, p.111). O autor acredita na “consciência prática”, na capacidade dos agentes humanos

de interpretar o sentido das interações que estabelecem. Portanto, entre a teoria e a prática percebe um movimento, que vai chamar de "reflexividade", onde se manifestariam os impactos práticos (efeitos) das ciências sociais. Por este ângulo, por exemplo, noções como cidadania, soberania, sociedade civil, movimentos sociais – todas elas engendradas pela reflexão das ciências sociais – seriam subjacentes e consubstanciariam as ações concretas dos agentes, ainda que estes nem sempre tenham o domínio, digamos, técnico, sobre elas. Dito de outra forma: os conceitos, instrumentos de compreensão, ao exercerem e receberem influências da e sobre a realidade, teriam, nesta "dupla hermenêutica", seus significados alterados, ganhando assim uma eficácia prática que em muito viria a ampliar os sentidos que tinham quando teoricamente formulados. Efetivamente, a ideia de reflexividade vem trazer um sopro de vitalidade à sociologia, num momento em que tanto se fala de sua crise e da fragmentação do seu objeto.

> Assim, inevitavelmente, os conceitos introduzidos pelas ciências sociais tornam-se componentes familiares nas teorias e práticas de atores sociais leigos e não permanecem adstritos a um discurso profissional. A ciência social não assume uma posição de neutralidade em relação ao mundo social, como um instrumento de transformação sociológica; o trabalho crítico não pode se limitar à crítica de falsas crenças leigas. As implicações da dupla hermenêutica residem no fato de que os cientistas sociais não podem deixar de permanecer alertas aos efeitos transformadores que seus conceitos e teorias possam porventura produzir sobre aquilo que se propuseram a analisar (GIDDENS, 2001, p. 113).

Lembremo-nos das formulações de Antonio Candido, aqui citadas, quando este autor nos alerta para os efeitos da literatura e de suas confluências com o meio externo. O que nos propomos é contribuir

para uma melhor compreensão destes efeitos e daquela reflexividade a partir dos registros do sociólogo e do romancista aqui interpelados.

FOTO 3 - Gastão Crulz, José Lins e Gilberto Freyre. Déc. 1940

FONTE - Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife – PE

O intelectual orgânico da Casa-grande

> Gilberto Freyre é, em nossos dias, a mais eloquente expressão desta consciência culposa orientada a idealizar a família patriarcal e as relações inter-raciais a fim de ocultar suas lealdades classistas à oligarquia patriarcal (RIBEIRO, 1987, p. 157).

Comecemos, então, por analisar a dimensão política da obra de Gilberto Freyre. Neste sentido, as reflexões aqui propostas têm como objetivo fulcral construir uma articulação entre alguns aspectos conceituais da obra do teórico marxista italiano Antonio Gramsci (1898-1937) e os significados político-ideológicos expressos pelo regionalismo do sociólogo e escritor pernambucano. Em termos diretos,

busca-se mensurar e "ler" os impactos obtidos por este autor na cultura brasileira, à luz das noções gramscianas de intelectual orgânico e hegemonia.

Gilberto Freyre é um caso interessante de desencontro entre forma e conteúdo. É moderno, faz emergir na nossa cultura uma plêiade de fontes e temas sequer imaginados. Outro mérito deste autor – que se considerava, acima de qualquer coisa, um escritor – foi o de promover uma junção criativa entre literatura e ciência social. Deu-nos uma demonstração de que o texto com pretensões "científicas" não precisa ser chato ou mal escrito. Escrevia muito bem e este mérito jamais lhe foi negado. A sua escrita é caudalosa, sensual, coloquial. E prazerosa.

No entanto, usou toda esta modernidade (e sensibilidade) para saudar e fazer reviver formas pretéritas de sociabilidade. Talvez neste desencontro – é uma hipótese a ser perscrutada – residam as suas ambiguidades e imprecisões. Sua obra seria, neste sentido, um exemplo do "equilíbrio de antagonismos" que tantas vezes afirmou ser a marca característica da formação social brasileira.

Delimitando-se os conteúdos, trata-se aqui de apresentar o regionalismo *freyriano* como expressão intelectual, "orgânica", de uma sociabilidade em crise, a do mundo dos engenhos do Nordeste. Sua militância em torno da organização de um movimento regionalista nordestino – a partir dos anos vinte do século passado – e a posterior publicação de obras que sistematizam teoricamente aquele proselitismo, parecem informar uma brilhante resposta intelectual à crise vivenciada pelas oligarquias nordestinas às quais, diga-se, sempre esteve politicamente atrelado. É sob esta perspectiva, a de quem busca construir uma historicidade para uma região em crise, que o "mestre de Apipucos" pode ser considerado o "intelectual orgânico" da casa-grande.

Acompanhando-se a história das ideias talvez se possa dizer que os autores e os textos por eles produzidos, ainda quando considerados clássicos, expressam e reverberam discursos e visões e conflitos característicos do seu tempo, trazendo inscritas nas suas páginas, na sua alma e no seu corpo, as marcas culturais da época e do espaço que lhes foram dados por palco. Poucos autores são, com efeito, tão marcados por suas circunstâncias quanto Gilberto Freyre. O seu livro

Nordeste, de 1937, expressa bem essa vinculação. Muito do encantamento provocado por esta obra deve-se, certamente, à completa adesão e empatia demonstradas por seu autor em torno dos temas que faz emergir.

Hegemonia e intelectuais

O conceito de hegemonia recobre a totalidade das relações sociais. Pode-se afirmar que essa categoria, central para Antonio Gramsci, permite-lhe ampliar as noções marxistas de política e de Estado:

> O conceito de hegemonia, finalmente, representa talvez a contribuição mais importante de Gramsci à teoria marxista. Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia (MOCHCOVITCH, 1992, p. 20-21).

Elemento estruturante da realidade social – centro e alvo da disputa política – a hegemonia "investe o terreno das relações sociais ampliando e definindo os sujeitos destas relações" (NASCIMENTO, 1983, p.40). Esta percepção da multiplicidade dos espaços sociais atravessados pela hegemonia, sua "universalidade", se faz sentir, concretamente, nas interações entre grupos sociais, no interior de instituições como escola, Estado, igreja, etc. Está presente nas relações interinstitucionais, nas relações entre regiões – aqui Gramsci pensa especificamente nas desigualdades entre as regiões norte e sul da Itália, a chamada "questão meridional" – e também nas relações e disputas entre os Estados-nações.

Conceitos como hegemonia, sociedade civil, bloco histórico, correlação de forças, guerra de posição e guerra de movimento conferem à

política uma posição central na reflexão de Gramsci. Aqui os conflitos não são exclusividade da luta de classes. São identificadas, também, disputas hegemônicas de natureza artística, econômica, regional, militar, cultural, etc. Ou seja: a teoria ampliada do Estado – sociedade política + sociedade civil – permite ao pensador italiano promover um deslocamento epistemológico fundamental para a renovação da cultura marxista no século vinte. O autor dos *Cadernos do Cárcere*, teórico da superestrutura, conhece um momento histórico onde parece efetivamente ocorrer uma "socialização da política", expressa no aparecimento de novos atores e processos ligados à sociedade de massa tais como: grandes partidos políticos, sindicatos, imprensa, editoras, universidades, o sufrágio universal, revolução bolchevique, ascensão do fascismo, etc. Sendo, como foi, um intelectual militante, é evidente que suas reflexões haveriam de ser marcadas por essa efervescência. Certamente esse contexto, em que novas "correlações de forças" estavam sendo demarcadas e cujos desdobramentos farão milhões de vítimas, dentre elas, o próprio pensador italiano, vai ser fundamental para a valorização do momento superestrutural por ele empreendida.

Outro momento fulcral da análise *gramsciana* diz respeito às suas considerações acerca do papel dos intelectuais na sociedade moderna. Aqui, dois aspectos parecem ganhar relevo. Como no caso anterior – em relação ao conceito de hegemonia – também se verifica uma ampliação de conteúdos e espaços. Gramsci, com efeito, ultrapassando os limites de uma, digamos, visão iluminista, vai redimensionar o significado da função intelectual: "Em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora" (1982, p.7).

Como desdobramento lógico desta percepção do sentido da atividade intelectual tem-se que: "Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (GRAMSCI, 1982, p.7).

Concomitante a esta ampliação da categoria dos intelectuais, o autor sardo empreende uma reflexão – eis o segundo aspecto acima referendado – acerca das vinculações sociais do grupo. Este exercício permite identificar a organicidade do grupo intelectual e o seu papel. Dito de outra forma, trata-se de uma formação, a do intelectual, que se faz de forma vinculada às concepções e interesses de

grupos sociais específicos e que disputam a hegemonia com outros grupos e classes. Esta vinculação orgânica delimita e informa a atividade intelectual:

> Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1982, p. 3).

Eis aí, em síntese, o conteúdo sociológico (e político) do conceito de intelectual orgânico.

As considerações até aqui têm por objetivo tornar evidentes as implicações político-ideológicas das categorias de hegemonia e intelectual orgânico. É chegado o momento de tentar uma conexão destes aspectos teóricos com a obra de Gilberto Freyre. Nesta empreitada, que é a de situar Gilberto Freyre como intelectual orgânico da casa-grande e do mundo dos engenhos, nos deixaremos conduzir por dois eixos temáticos bem delimitados.

Trata-se de, num primeiro instante, interpelar os significados e conteúdos da noção de cultura veiculada pelo intelectual pernambucano, com especial realce para a ideia de "equilíbrio de antagonismos", ideia e expressão recorrentes na obra *freyriana*. No próximo capítulo, será feita uma breve apresentação dos temas constitutivos do seu regionalismo, através da exposição e da análise dos textos mais intensamente marcados pelas circunstâncias e pelos conteúdos deste ideário.

O Olhar Senhorial

Trata-se agora de tentar explicitar as vinculações orgânicas de Gilberto Freyre e sua obra com as formas de sociabilidade pretéritas

mencionadas alhures. Por este caminho, intenciona-se encontrar os elementos constitutivos da visão senhorial que, ademais, expressariam o lugar social ocupado pelo nosso autor. Sabe-se, desde Gramsci, que os intelectuais não formam um grupo à parte, constituído por espíritos iluminados que, produtores e detentores do saber, estariam acima dos interesses e antagonismos políticos ou de classes. Em verdade, as coisas são muito diferentes e a função (papel) social dos intelectuais expressa os dramas e conflitos, opções, concepções e alternativas de sua época:

> Não terá sido por acaso, aliás, que uma das melhores formulações teóricas de todos os tempos sobre o papel do intelectual proveio de um pensador engajado, como Gramsci, para quem os intelectuais constituem a expressão social concreta do vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura (MOTA, 1990, p.285).

Seria interessante situar o momento em que ganha visibilidade e realce esta construção ideológica que, segundo Carlos Guilherme Mota, é "a ideologia mais forte do século XX brasileiro" (MOTA, 2000, p.3).

Voltemos, portanto, ao começo dos anos trinta do século passado. Veremos aí um momento de crise, assinalado por uma transição que vai impregnar os grandes paradigmas explicativos da cultura brasileira que surgem exatamente neste instante, em livros de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Trata-se da lenta substituição do modelo agrário-exportador – de raízes imemoriais, fincadas no solo da colonização portuguesa do Brasil – por um modelo urbano-industrial que condensa as transformações em curso desde meados do século XIX: fim do trabalho escravo, chegada dos imigrantes europeus, diversificação da economia, instauração da República, crescimento das cidades, etc. São mudanças, estas, que refletem a gradativa ruptura com aquela herança rural. Sintoma desta passagem é a crise vivenciada pelas oligarquias, desde sempre dominantes, que assistem, impotentes e saudosas, à ruína das bases de

um poder que lhes parecia eterno. A decadência é expressa no fim da "República Velha" (1889-1930), na Revolução de trinta, no enfraquecimento de formas tradicionais de dominação – o coronelismo – e pela emersão política de grupos urbanos que irão, nas décadas seguintes, redimensionar o papel do Estado no processo de modernização capitalista do país.

É sob estas circunstâncias que Gilberto apresentará a sua obra mais importante. Lançado em 1933, o livro *Casa-grande & senzala* terá, de imediato, uma grande repercussão. Apresentando uma linguagem nova, que unia literatura e ciência social, significa um avanço em relação às explicações do país feitas até então. É enorme a fortuna crítica gerada por este livro. Portanto, não iremos aqui fazer mais uma resenha ou apresentação. Move-nos apenas o interesse de surpreender, no seu interior, algumas teses centrais que conduzem a longa exposição. São pontos que consubstanciam uma visão da cultura brasileira, um "olhar senhorial" que vai, neste momento de crise, empreender um talentoso mergulho em busca das origens e das raízes do mundo que o português criou. Que vai em busca do tempo e do fausto perdidos.

O nosso autor apresenta uma visão positiva da miscigenação. Esta teria agido no sentido de corrigir a distância social entre a casa-grande e a senzala. E aqui, cabe uma indagação: teria sido esta valorização da miscigenação o ponto de partida para a construção de uma visão idílica da nossa formação, pintada como exemplo de "democracia racial" e de contemporização? Pelo menos esta é a crítica mais violenta e constante feita a Gilberto Freyre. É uma crítica que faz sentido, ainda que expresse, aos nossos olhos, uma meia-verdade.

Em suas ambiguidades e imprecisões, Gilberto Freyre parece o tempo todo querer convencer seus leitores de que, na formação da sociedade brasileira, combinaram-se os mais profundos desequilíbrios com os mais duradouros ajustamentos, a violência mais hedionda – por exemplo, a escravidão – com a doçura dos afetos e contatos corporais. O céu e o inferno.

Importa aqui destacar que esta visão positiva da miscigenação representa um alívio para as oligarquias em crise. Gilberto Freyre lhes propicia a consciência histórica – lastreada em conhecimentos sociológicos e antropológicos – de que necessitam para enfrentar os

novos e difíceis tempos. Culpas são atenuadas. O nosso subdesenvolvimento não seria apenas resultante dos "pecados originais", inscritos ao longo da nossa formação. Pelo contrário. A colonização portuguesa do Brasil – apesar de todos os seus males, reconhecidos pelo autor – parece ter engendrado um novo homem, mestiço, que, desde que lhes sejam dadas condições, pode vir a ser um elemento decisivo na superação daquele subdesenvolvimento.

Outro elemento constitutivo desta visão senhorial da cultura brasileira reside na ampliação dos espaços e funções atribuídos à família patriarcal, considerada como sendo o centro de irradiação cultural (e social) da colonização lusitana no Brasil. Gilberto Freyre, reconhecidamente prolixo, vai reiterar incansavelmente esta centralidade da família e da residência patriarcais:

> A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar (FREYRE, 1997, p.18-19).

A presença marcante da família na obra *freyriana* é destacada por vários dos seus críticos e estudiosos:

> Obras como Casa-Grande & Senzala, produzida por um filho da República Velha, indicam os esforços de compreensão da realidade brasileira realizados por uma elite aristocratizante que vinha perdendo poder. [...] E, posto que o contexto é de crise, resulta o desnudamento da vida íntima da família patriarcal, a despeito do tom valorativo, em geral positivo, emprestado à ação

> do senhoriato colonizador, ação que se prolonga, no eixo do tempo, da colônia até o século XX, na figura de seus sucessores, representantes das oligarquias (MOTA, 1990, p.58).

Aqui chega-se ao cerne do olhar senhorial, inscrito numa elaboração axiológica que "olha" o Brasil e suas origens a partir da varanda da casa-grande. Ao retratar a nobreza e a grandeza dos patriarcas e de suas residências, o antropólogo quer recuperar – e ao mesmo tempo nos fazer lembrar – o passado glorioso da região que ora debate-se em uma crise que parece sem fim.

São temas e enfoques que expresssam a posição social do autor, intelectual moderno, mas comprometido com a velha ordem. Neste sentido, é interessante lembrar que, quando eclode a Revolução de 30, Gilberto Freyre está no epicentro das disputas políticas de seu Estado, Pernambuco. Na condição de secretário particular do governador Estácio Coimbra, deposto pelo movimento revolucionário, o nosso autor vai provar as agruras destinadas aos vencidos. Seu grande livro de 1933 é aberto com uma rememoração daquele momento: "Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio".

O "Equilíbrio de Antagonismos"

"Equilíbrio de antagonismos": eis a ideia emblemática, expressão eivada de significados metodológicos, políticos e intelectuais. Emblemática e recorrente. Talvez a ideia mais constante a circundar toda a obra *freyriana*. Em *Casa-grande & senzala*, para ficarmos apenas com o seu texto mais famoso, nitidamente pontua toda a reflexão, clivando, com sua presença, todos os padrões de sociabilidade ali interpelados, da religião à língua portuguesa, passando pela culinária, pelas relações entre pais e filhos, senhores e escravos, pela correção dos excessos e desmandos da casa-grande em suas relações com a senzala, etc. É uma obsessão de Gilberto Freyre, um desejo assumido: "A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados" (FREYRE,

1997, p.335). As críticas e elogios, os afetos e desafetos, discípulos e detratores que o nosso autor conhece ao longo de sua trajetória são, em grande medida, frutos das diferentes recepções que a noção de "equilíbrio de antagonismos" conhecerá desde sua formulação original, em 1933. A sua presença no processo de construção e explicação da cultura brasileira tem aí um dos principais aportes: "Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura" (FREYRE, 1997, p.53).

Basta lembrar, de passagem, a disputa pela hegemonia das interpretações do Brasil travada entre o "mestre de Apipucos" e a chamada Escola Paulista de Sociologia/ USP – de orientação *marxista*, organizada em torno do sociólogo Florestan Fernandes. Fundamental, aliás, para a consolidação da moderna ciência social brasileira, este debate entre "grandes intelectuais" – no sentido sugerido por Gramsci, de "criadores" de concepções de mundo – busca mensurar (e avaliar) qual teria sido a contribuição de cada um dos competidores para a interpretação e compreensão da sociedade brasileira.

> Quem teria formulado a única e verdadeira interpretação da formação social do Brasil? Quem foi capaz de nos dizer o que somos? Quem melhor apreendeu nosso significado estruturador? Nosso "ethos"? Disputa-se, logo se percebe, o trono de intérprete do Brasil. Sem esta interpretação, dificilmente podemos entender nosso passado e construir o futuro. As relações entre Gilberto e a USP se estabeleceram e podem ser entendidas como disputa teórica sobre esta questão fundamental – quem somos nós? (FALCÃO; ARAÚJO, 2001, p. 131).

O "equilíbrio de antagonismos" e a disputa teórica acima levemente interpelados seriam, na reflexão aqui proposta, ilustrativos das vinculações orgânicas dos grupos intelectuais imersos numa disputa pela hegemonia cultural e política.

A disputa, em muitos momentos, acirrada, foi potencializada por injunções políticas. Autores e obras serão avaliados e lidos em função de suas militâncias e posições político-partidárias, ao sabor das conjunturas. Em relação a Gilberto Freyre, o impacto modernizador das obras dos anos 1930 – principalmente *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Nordeste* – será redimensionado. É claro que o apoio dado pelo escritor pernambucano aos governos militares no pós-64 terá um peso decisivo nesta reavaliação. Os jovens discípulos paulistas de Florestan Fernandes – oposicionistas da ditadura – vão construir a imagem de um Gilberto reacionário, ideólogo *salazarista*. Seria, no máximo, um ficcionista e um ensaísta de talento. Mas não um cientista social. Pior: o charme de sua escrita traria o ovo da serpente de uma visão paralisante da nossa história; sua obsessão em equilibrar antagonismos acabara por engendrar a construção de uma "ideologia da cultura brasileira" de conteúdo desmobilizante, que estaria a encobrir e esvaziar as dominações e as contradições da nossa formação histórica (MOTA, 1990, p.67). Será, então, "silenciado" e banido dos cursos de sociologia de nossas universidades por reacionário e conservador. Responderá apontando – às vezes de forma exaustiva – o prestígio internacional de sua obra.

Hoje os demônios foram, em grande medida, exorcizados e Gilberto "redescoberto" em sua grandeza. Nesta espécie de *glasnost* à brasileira percebe-se o desenvolvimento de um diálogo profícuo entre os dois campos.

Carlos Guilherme Mota, autor de um livro *antifreyriano*, publicado em 1977 é, nos dias correntes, um dos participantes deste diálogo, chegando a dizer que, mesmo no auge da batalha pelo trono das ideias no Brasil, não havia, na USP, intelectual mais importante e interessante que Gilberto Freyre. (MOTA, 2000, p.3). Nesta reavaliação feita pelo autor de *Ideologia da cultura brasileira*, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes aparecem como sendo "os dois principais sociólogos-historiadores brasileiros do século XX, representantes de duas escolas de pensamento distintas e de dois projetos de nação" (MOTA, 2001, p.169).

Diante da repercussão obtida pelo regionalismo de Gilberto Freyre e, ainda, por sua presença nos romances de José Lins do Rego, impõe-se que façamos aqui uma exposição dos seus conteúdos e temas mais

recorrentes, indo às suas origens, interpelando os textos onde aparecem em construção, onde foram expostos como programa, num contexto em que assumem a dupla face de instrumentos de compreensão e preservação de valores culturais e, simultaneamente, expressão do proselitismo e da militância intelectual e política do seu autor. Por esse caráter de manifesto se pode conhecer aqueles conteúdos. É essa exposição que faremos no próximo capítulo.

Capítulo II

> A verdadeira percepção da tradição é algo a que só tem acesso aquele que já leu a respeito dela, ainda que o que esteja em questão seja sua terra natal, à qual ele já está profundamente ligado através da memória e de experiências de outro tipo: uma família e uma infância; uma intensa associação de pessoas e lugares, que formam sua história pessoal (WILLIAMS, 1989, p. 280-281).

"Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade"

A frase que abre este capítulo é tomada por empréstimo a José Lins do Rego e está inserta no belo texto que escreveu em 1940 e que veio a público, em janeiro de 1941, como prefácio de *Região e tradição*. É uma referência ao que acredita ser o caráter orgânico, "profundamente humano" (FREYRE, 1968, p.33) do regionalismo de Gilberto Freyre. Sugere, ainda, ser este ideário o resultado de uma dialética entre o local e o universal que teria sido vivenciada por Gilberto Freyre, principalmente ao deixar o Brasil, em 1918, para estudar nos Estados Unidos.

José Lins do Rego tem razão. Pelo menos é o que sugere a leitura de outro prefácio, de Gilberto Freyre, escrito em 1968, para a segunda edição do referido livro. Trata-se, em verdade, de um comovente exercício de memória em que são repassados fatos e personagens e temas dos tempos pioneiros da militância regionalista de ambos, nos anos 1920, em Pernambuco. Gilberto recorda o amigo, morto em 1957. E o faz motivado pela releitura do antigo texto que este lhe dedicara em 1940, acima referendado. O famoso tom nostálgico que perpassa a obra *freyriana* aqui toma forma e conteúdo, numa tentativa de atenuar, pela

revelação, o vazio e a dor provocados pela ausência do mais querido dos amigos:

> Acaba o autor de reler, com alguma curiosidade, os seus velhos ensaios, reunidos em 1941 neste livro; e, com muita avidez, o ensaio admirável do mais fraterno dos seus amigos de todos os tempos: aquele que, ao morrer, deixou-lhe na vida um vazio que permanece tão profundo que é como se o autor, ele próprio, tivesse sucumbido um tanto com o amigo. Sempre pensou que envelheceriam juntos: o amigo mais dionisíaco; mais exuberante; mais capaz de dar umas tantas cores festivas ao cinzento do envelhecer dos dois (FREYRE, 1968, p.37).

Estes dois prefácios são importantes como testemunhos do início do diálogo entre o sociólogo e o futuro romancista. Por suas linhas somos informados, por exemplo, que muitos dos artigos juvenis de Gilberto Freyre tiveram José Lins do Rego como primeiro leitor; que o jovem paraibano, então um relapso estudante de Direito, em Recife, foi o primeiro a tomar contato com a teoria regionalista: "José Lins do Rego foi o primeiro a inteirar-se; o primeiro a comentá-la; o primeiro a notar possíveis implicações ou projeções literárias e artísticas – os aspectos que mais o seduziam – do seu conteúdo" (FREYRE, 1968, p.42).

Com efeito, os textos iniciais do regionalismo de Gilberto Freyre são tidos, hoje, como a parte mais vulnerável da sua produção intelectual, ofuscados que foram pela repercussão alcançada por sua obra posterior, principalmente os ensaios dos anos 1930. Quem ainda os lê? Entretanto, José Lins do Rego, mais uma vez de forma acertada e com a autoridade de quem lhes presenciou o nascimento, neles identifica, e percebe, de maneira muito convicta, o autor da maturidade: "Todo o seu corpo de idéias de *Casa-Grande* já se esboçava ali. A terra e a gente não como temas, mas como personagens do drama" (FREYRE, 1968, p.33).

Mas nem só por leituras é marcado o início do diálogo. A amizade será consolidada, também, nos passeios que fazem juntos, nas visitas a museus, a rios, a escombros de casas-grandes que lhes sugerem um vasto campo de observação que se revelará bastante profícuo na elaboração futura de ensaios e romances. Numa dessas viagens, à Paraíba, em 1924, José Lins do Rego apresenta ao amigo os engenhos do seu avô, José Lins Cavalcanti de Albuquerque, proprietário de muitas terras:

> [...] e o nosso passeio pelos engenhos de meus parentes. Eu mostrando a minha gente e a minha terra, os partidos de cana, os bangüês, os tios, as tias, e tudo aquilo lhe parecendo melhor do que eu pensava que fosse. Levei-o com medo de que não se desapontasse e, pelo contrário, gostou muito de tudo (FREYRE, 1968, p.26).

Os dois aparecem aí colocados diante de uma matriz temática que será recorrente em seus textos. Apresentando Gilberto Freyre à sua família e ao mundo vivo e pulsante, ainda que decadente, da sociabilidade dos "seus" engenhos particulares, o futuro autor de *Menino de engenho* ainda não sabia – nem tinha como – mas iniciava ali, com aquela visita, uma participação que seria, a partir de então, efetiva e perene nas pesquisas que o futuro autor de *Sobrados e mucambos* ainda realizaria. O leitor privilegiado, amigo e discípulo, torna-se, de certa forma, parceiro.

Gilberto Freyre faz o mesmo, lendo, em primeira mão, a produção textual do escritor que, sob seu estímulo, começava a desabrochar:

> Gilberto Freyre pediu-me para ler os meus retalhos de jornal. Leu as crônicas, os contos, e criticou-os, falando-me de alguns com interesse. Havia nos meus modos de dizer qualquer coisa que o interessava. E a minha aprendizagem com o mestre da minha idade se iniciava sem que eu sentisse as lições (FREYRE, 1968, p.22).

O depoimento de José Lins do Rego é belo, generoso. É impossível exagerar a sua importância para a compreensão da relação intelectual entre ambos. O autor paraibano é explícito em seu reconhecimento, chegando a proclamar: "Posso dizer sem medo que a ele devo os meus romances" (FREYRE, 1968, p.32). Entretanto, parece-me um tanto marcado pelo excesso de reverência e timidez com que se coloca ante o "mestre de Apipucos" que, aliás, daí por diante, passaria a exibir esse depoimento como prova definitiva de sua ascendência sobre José Lins. Nem precisava. Deixemos isso por conta da sua conhecida vaidade.[7] Vejamos o outro lado, mais substancial e revelador: Gilberto Freyre sentia, com toda razão, orgulho por esse reconhecimento, vindo da parte de um escritor àquela altura, 1940/1941, já consagrado pela crítica e pelo público e que há muito aprendera a caminhar com o próprio talento e que, pouco tempo depois, em 1943, enriqueceria as letras nacionais ao publicar sua obra-prima, o romance *Fogo morto*.

Em todo caso, o texto é valioso, trazendo informações sobre a agitação de ideias característica do ambiente intelectual dos anos 1920 em Pernambuco, sobre a disputa com os representantes locais do modernismo, principalmente com o jornalista Joaquim Inojosa e, ainda, sobre a importância de jornais e revistas como meios de divulgação. Mais importante que tudo isso são, a meu ver, as indicações acerca da descoberta (e construção) do sentido regional dos autores. Podemos perceber, por exemplo, que, em Gilberto Freyre, o "ser de sua casa" foi despertado pelo contato com outras culturas, a partir de suas experiências como estudante em terras americanas e inglesas. Na *Introdução* de *Região e tradição*, escrita de maneira impessoal – e mais uma vez comentando o prefácio de José Lins do Rego – afirma que:

7 A vaidade de Gilberto Freyre é lendária, constituindo-se um dos principais traços de sua persona intelectual. A esse respeito, escreveu o historiador Francisco Iglesias: "Se é muito admirado e reverenciado, o certo é ser ele seu mais ardoroso admirador – coisa, aliás, não rara entre artistas e intelectuais, velhos e jovens, só que nele com mais desenvoltura. Por tudo, pela obra e pela personalidade interessante, o 'mestre de Apipucos' é figura única na cena brasileira" (IGLESIAS, 2000, p. 193).

> O longo período de estudos no estrangeiro fê-lo ver sua região e a tradição brasileira não só com a simpatia endogâmica de nativo que regressa, mas com olhos de exógamo: enxergando no familiar certo encanto do exótico e, ao mesmo tempo, vendo-o na sua pureza de linhas e na exatidão de suas proporções (FREYRE, 1968, p. 63).

Essa ideia já aparece em seus escritos da década 1920, textos, inclusive, anteriores ao Congresso Regionalista de fevereiro de 1926. Em artigo publicado na *Revista do Norte*, Recife, em outubro de 1924, onde tece comentários acerca "do bom e do mau regionalismo" – título do artigo – lemos:

> Não há mal algum, antes grande bem ou vantagem, em viver qualquer indivíduo ou grupo em contato com os cartões postais, os figurinos, as fitas de cinema, as revistas, os livros e os jornais estrangeiros. Este contato é fecundante, excitante, estimulante. O perigo está na tirania mística do exótico, em prejuízo ou com sacrifício, às vezes, de tão boas tradições locais, de tão boa prata da casa (FREYRE, 2001, p. 22).

Portanto, a abertura para o outro, para "a humanidade", no sentido da frase de José Lins do Rego, teria sido fecundada por estímulos intelectuais adventícios. Além da óbvia referência ao culturalismo de Franz Boas, temos a presença de Herbert Spencer, que desperta em Gilberto Freyre o interesse pelo estudo do cotidiano e pela ecologia, e a leitura de autores franceses e ingleses e russos. Nesse mesmo artigo já aparece a justificativa para o regionalismo como necessário para a defesa e preservação das tradições e dos valores regionais.

Em seu trabalho de 1922, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, este neto de senhor de engenho se coloca como tarefa a reconstituição do passado mais íntimo de "sua gente." Esta atitude empática em relação aos objetos que aborda será uma marca distintiva de toda

sua obra, o que nos ajuda a entender seu gosto por fontes como, por exemplo, velhos álbuns de família, já fartamente utilizados nesse texto inicial. A perspectiva aqui é dada pela sensação de crise da sociabilidade dos engenhos criada pelos portugueses e que conta com a simpatia explícita do autor. Por isso, deseja compreender o período áureo desse mundo. Gilberto Freyre quer apenas "encontrar-se a si mesmo nos seus avós, nos seus antepassados, nos brasileiros de uma época anterior à sua e à dos seus pais" (FREYRE, 1964, p.63). Ao fazê-lo, encontra as raízes de "sua" região, matrizes essas apresentadas como as mais "legítimas" da nacionalidade. Portanto, já podemos surpreender no texto "do jovem Freyre" aquele sentimento de perda e o tom nostálgico em relação à colonização portuguesa do Brasil que serão exaustivamente assinalados por seus críticos ao longo de sua carreira de escritor. Esta motivação, clivada pela história de vida do autor, é lucidamente resumida pela historiadora Rosa Godoy Silveira, ao analisar as contradições do regionalismo de Gilberto Freyre:

> A preocupação que o orienta, é este mundo em mudança, este mundo de suas raízes familiares, de sua infância, de suas relações sociais. Motivações pessoais e grupais permeiam o seu labor intelectual, combinando sentimentos, reminiscências, busca de uma certa racionalidade que explique a crise regional (DANTAS ; BRITTO, 2002, p. 96).

Motivação idêntica, quanto ao desencadear da produção literária, pode ser observada em relação a José Lins do Rego. Em 1936, ao fazer um balanço de seus primeiros romances, o autor paraibano, nascido no engenho Corredor, nos diz que começara a carreira de escritor "querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida o que eu queria contar" (REGO, 1993, p. xiii).

FOTO 4 - José Lins do Rego, Olívio Montenegro (de pé) e Gilberto Freyre

FONTE: Acervo da Fundação Gilberto Freyre – Recife –PE

Além das motivações político-ideológicas, comentadas, seria interessante, aqui, indagarmos acerca do significado sociológico desse exercício mnemônico. Colocando-se o problema em termos precisos: o que impulsiona alguém a fixar, em textos, pedaços de suas experiências existenciais, transformando-as, assim e ao mesmo tempo, em aventura cognitiva e substância para uma trajetória intelectual e artística prolixa? Esta pergunta nos remete àquele conflito, eternamente renovado, nunca totalmente dissecado, entre o indivíduo e o grupo. Com efeito, a atmosfera de crise, de decadência e o desmoronar de uma ordem de raízes temporais profundas, como era a do mundo dos engenhos, vão afetar a visão de mundo daqueles grupos que, nesta ordem que se dissipa, eram os dominantes.

Mas dizer isso é dizer uma platitude, enunciar um truísmo, nada mais. Descobrir, no entanto, em que medida essa configuração social interveio na produção intelectual de Gilberto Freyre e José Lins do Rego é que já não parece tão fácil de mensurar. Netos de senhores de

engenho, intelectuais, sensíveis, terão tido a clara consciência da crise que os afetava. Terá sido também por isso que ambos pensaram, no início de suas carreiras, em escrever sobre a infância nos engenhos?

É importante registrar aqui o fato de que, na grande reflexão sociológica e histórica que será feita na década 1930, bem como nos romances aí produzidos, podemos sentir a percepção da permanência dos padrões herdados das matrizes rurais da colônia, vistas como a matriz da nacionalidade: "Vê-se, assim, que, na formulação de alguns dos principais autores dos anos 30, o legado das formas de organização social do mundo rural pesa sobre o presente de uma forma bem mais substancial do que uma simples tradição a ser superada" (GARCIA, 2002, p.49).

A destacar em *Vida social no Brasil nos meados do século XIX* dois aspectos temáticos fulcrais da visão regionalista. Somos aí colocados diante de uma boa caracterização da vida cotidiana do engenho e da casa-grande coloniais. Trata-se, efetivamente, de uma sociabilidade que será dissecada por Gilberto Freyre em cada um dos livros que escreveria a partir de então. É nesta sociabilidade que identificará as matrizes regionais, a quem irá atribuir, em seus entusiasmos e arroubos etnocêntricos, uma amplitude espacial que transborda, em muito, os limites do canavial. É dentro do seu cotidiano, sociologicamente irradiador, que situa a comida, a terra, o negro, o sexo, a religião, a miscigenação, a mulher, etc.

Logo no início deste trabalho de estreia podemos surpreender um raro, digamos, desvio hermenêutico, que quase não se repetirá nos textos seguintes. É quando Gilberto Freyre vai, meio de soslaio, voltar os olhos para aquilo que entende ser a "estrutura econômica" da sociedade brasileira do século XIX e, dentro dela, uma divisão de classes: "Analisando a estrutura econômica da sociedade brasileira nos meados do século passado, encontramos, de um lado, uma classe de proprietários de terra e de escravocratas; de outro, a massa de escravos" (FREYRE, 1964, p.80).

A citação serve como registro, feito até com certa curiosidade, deste raro momento em que Gilberto Freyre lança mão de uma terminologia de nítido sabor marxista que, obviamente, não aplica à sua análise. Atribuamos isto a um descuido de autor noviço. Muito mais relevante é a boa, repitamos, caracterização que faz dos engenhos e fazendas, verdadeira base sociológica do seu regionalismo:

> O grande engenho patriarcal ou a grande fazenda brasileira era uma comunidade que se mantinha por conta própria – econômica e socialmente – poucas vezes abrindo para o mundo exterior suas enormes cancelas, por necessidade de caráter econômico. Possuía canaviais ou cafezais e plantações de mandioca, feijão preto e outros produtos, utilizados no consumo interno. A população incluía, além do proprietário e da sua família, feitores ou superintendentes, vaqueiros ou pastores, algumas vezes um capelão e um preceptor, carpinteiros, ferreiros, pedreiros e uma multidão de escravos (FREYRE, 1964, p.96).

À autonomia da produção dos engenhos e fazendas acrescente-se o "estilo feudal" de vida dos grandes proprietários. Aqui, se nos apresenta um ícone, o que nos remete ao segundo aspecto anteriormente mencionado. Com efeito, já neste momento inicial, o senhor de engenho aparece como protagonista do espetáculo da colonização, determinando-lhe o enredo, ocupando-lhe os espaços; civilizando; mandando: "nos meados do século XIX, eram os chamados senhores de engenho os mais poderosos desses senhores de terras e de escravos" (FREYRE, 1964, p.81).

Em outro trecho, o autor apresenta contornos mais precisos dessa estrutura de dominação e de como, em seu interior, o poder era exercitado:

> Os proprietários desses canaviais viviam numa espécie de estilo feudal, formando uma classe homogênea, com os mesmos interesses econômicos; a mesma vida social; a mesma atitude política. Governavam suas propriedades agrícolas e as pequenas cidades em volta dessas propriedades, ou situadas dentro delas, como se fossem feudos. [...] Com eles, os estilos e os costumes aristocráticos tinham a vivência de várias gerações. Descendiam muitos deles de portugueses

> de boa estirpe – as famílias que haviam acompanhado Duarte Coelho e sua mulher, Dona Brites de Albuquerque, quando aquele fidalgo veio de Portugal para o Brasil como donatário da logo denominada Nova Lusitânia; e essa vaga coisa que chamamos cultura, no seu sentido mais restrito, foram esses colonos os primeiros a fazer chegar à América Portuguesa (FREYRE, 1964, p.85-86).

Ficavam assim delineados, inscritos, dois dos mais importantes elementos constitutivos da ideologia regionalista de Gilberto Freyre.

Eram os começos de sua batalha pela preservação dos valores de "sua" província. Em 1936, discursando em um jantar em sua homenagem, oferecido por amigos recifenses, louvará a "intensa personalidade regional" e a "larga sensibilidade humana" – leia-se: apego ao passado – de sua gente. Em parte sente-se, com razão, responsável pelo reforço desse sentido de regionalidade.

Nesse discurso para amigos que o homenageavam, Gilberto, referindo-se a Pernambuco como sendo sua terra, sua província, faz uma telúrica declaração de amor que é, em si, uma espécie de roteiro temático do seu regionalismo:

> Eu amo a minha [*província*] menos por causa de seus cajueiros, de seus coqueiros, de suas mangueiras, de suas jaqueiras, das águas dos seus rios, das suas noites de lua, de seus meios-dias de sol, do que por causa de sua gente e do seu passado e de tudo que a sua gente fez aqui e continua a fazer de expressivo de uma intensa personalidade regional e ao mesmo tempo de uma larga sensibilidade humana: os sobrados, as igrejas, as ruas estreitas calçadas a pedra de Lisboa, as jangadas, os mucambos, os engenhos, a guerra contra os holandeses, a revolução de 17, os hospitais, as escolas, as irmandades, as confrarias, os doces, os bolos, os livros, os quadros, a campanha da

> Abolição, as músicas, os dobrados, as marchas de carnaval, os xangôs, as poesias, os mal-assombrados, os maracatus, as pontes, os jardins (FREYRE, 1968, p.261).

Mas voltemos aos anos 1920, mais precisamente, 1924, por ser este o ano da redação do ensaio *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil*, que seria publicado em 1925, como um dos ensaios constitutivos do aqui já referendado *Livro do Nordeste*, em comemoração ao centenário do *Diário de Pernambuco*. Trata-se de texto fundamental na construção de Gilberto Freyre. Por duas razões principais: a primeira é que, não sendo um "Manifesto", pois este efetivamente só aparecerá em 1952, este ensaio expõe o roteiro temático do seu regionalismo; a outra razão é que, sendo o momento de sua escrita marcado pela militância cultural do seu autor, organizando e institucionalizando o movimento regionalista, talvez nos permita, através de leitura atenta, surpreender, no gesto da escrita, as intenções de quem escreve.

Passemos, então, à leitura.

Começando pelo título, o século de transição a que se refere é o de 1825-1925. As mudanças pelas quais passou a região no período foram profundas. Já na abertura do ensaio, o autor constata: "Comparando o Nordeste de 1825 com o de 1925 tem-se quase a impressão de dois países diversos" (FREYRE, 1968, p.125). Insinua-se, já nesta primeira frase, a busca a ser empreendida, que é a de um tempo quase perdido. Mas a quem inculpar a perda? Aqui, aparece uma expressão da mudança. O autor chama atenção para o predomínio recém-alcançado pela usina na paisagem rural nordestina, que sinaliza, claramente, o despedaçar da herança portuguesa outrora ali fincada.

> Já não se sucedem, entre os canaviais, os casarões vastos de outrora, as casas-grandes de uma alvura liricamente portuguesa de cal e às vezes cor de ocre amarelo ou pintadas de azul, tendo perto o longo telheiro avermelhado do engenho, a casa de purgar, a de farinha e a capela também muito branca de cal, uma ou outra pintada de

> azul. Elevam-se usinas, as maiores arrivistas da paisagem, que dominam com o escândalo enorme de suas chaminés. Usinas, ostentando letreiros de firmas comerciais das cidades; algumas com um ar de quartéis em terras conquistadas (FREYRE, 1968, p.126).

As mudanças do século atingem, portanto, o campo e a cidade nordestinos, modificando-lhes a paisagem social. O impulso é dado por novas técnicas de produção e de transporte, um contato maior com o estrangeiro, secas periódicas e perturbações externas e por guerras que afetam os mercados consumidores dos produtos regionais, principalmente algodão e açúcar.

No amplo painel aqui interpelado ganham relevo as grandes secas de 1825, 1845 e, principalmente, 1877. São vistas como desarranjos, "crise de clima", que cravam no solo da região as marcas da fome, da prostituição e da degradação moral, expressos no "promíscuo das retiradas". A seca aparece como elemento perturbador dos pilares daquela sociabilidade: "A vida de família exige ritmo; exige fixidez; exige condições de permanência e, sendo patriarcal, de hierarquia. E as secas trazem a promiscuidade e forçam a dispersão. Desmoralizam a hierarquia" (FREYRE, 1968, p.128).[8]

Família patriarcal, promiscuidade, seca: o culturalismo de Gilberto Freyre já começa, com efeito, sob o signo da ambiguidade. Mas, pelo

---

8 Esses efeitos degradantes da grande seca de 1877 aparecem em importante romance sobre o conflito de Canudos (1896/1897), escrito em 1981: "Que ao longo de 1877 deixasse de chover, os rios secassem e aparecessem nas caatingas incontáveis caravanas de retirantes que, levando em carretas ou nos ombros seus miseráveis pertences, vagueavam em busca de água e de sustento, não foi talvez o mais terrível desse ano terrível, mas provavelmente foram os assaltantes e as cobras que irromperam nos sertões do Nordeste. Sempre houve gente que entrava nas fazendas para roubar gado, que trocava tiros com os capangas dos latifundiários e saqueava aldeias afastadas, uma gente que as volantes da polícia periodicamente vinham perseguir. Com a fome, porém, as quadrilhas de assaltantes se multiplicaram como os pães e os peixes bíblicos. Caíam, vorazes e homicidas, sobre aldeias e vilas já dizimadas pela catástrofe da seca para se apoderarem do que restava para comer, de utensílios e vestimentas e para matar a tiros os moradores que se atreviam a enfrentá-los " (LLOSA, 1999, p. 29-30).

menos neste texto, por pouco tempo. Algumas páginas são percorridas e logo o critério e o foco mudam. O olhar migra do seco sertão onde, fugaz, estivera, e volta-se para o espaço que realmente deseja, conhece, domina. O texto ganha plasticidade; a análise ganha em densidade. O culturalismo, implícito em *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, torna-se explícito. Os valores que remetem ao cotidiano dos canaviais e cuja preservação impulsiona e justifica o ensaio, são apresentados em suas cores vivas, em seus tons, móveis, ao longo do século. Poder-se-ia dizer que Gilberto Freyre faz – aqui pela segunda vez – um exercício de memória e de história social em torno da região e da tradição. O leitor é, assim, apresentado à tradição da mesa farta das casas-grandes, com suas peixadas, seu arroz doce, com o luxo da porcelana vinda da China; fica sabendo das moças de finas famílias, e de suas mãos maviosas, tocando o seu piano, dando sons às tardes ensolaradas e longas; do desalinho dos trajes caseiros das senhoras do engenho, manhosamente "deixando-se deliciar pelos cafunés, em que eram ligeiros e peritos os dedos das mucamas" (FREYRE, 1968, p.146); das festas e procissões e casamentos; da precocidade sexual dos meninos: "no menino de engenho o instinto sexual assim excitado, desembestava-se sem demora. O menino perdia-se ainda criança" (FREYRE, 1968, p.174); das visitas; dos amores proibidos; etc.

Movem-se as relações entre os senhores e os seus trabalhadores. Nestes cem anos, o crescente assalariamento e a implantação de relações capitalistas – principalmente nas usinas – vêm substituir a mediação paternalista do favor e da "proteção", outrora oferecidos pela casa-grande. Como resultado dessas mudanças nas relações de trabalho temos a quebra da antiga coesão patriarcal, o que é lamentado por Gilberto.

A antiga divisão do trabalho dos engenhos é apresentada. E vêm os escravos domésticos misturados aos escravos do eito (de enxada): eis a maioria daquela população trabalhadora. Vários são os artífices: seleiros, pedreiros, marceneiros, carapinas, caldeireiros, tecelões, sapateiros, doceiros.

> Nos engenhos grandes se fabricavam, além de peças de tornearia e de talha, estribos, candeias, sapatos, tijolos, telhas, arcos de tanoagem, pipas

> para aguardente, bacias, tachos, cochos, caldeirões, cocos para beber água; faziam-se velas de sebo, raspava-se, espremia-se e torrava-se a mandioca; moia-se a farinha; pilava-se o café e pilava-se o milho para o cuscuz, para o angu, para a canjica. Isto sem falar na fiação, no charque e na manteiga, nos vinhos de caju e jenipapo – trabalhos todos caseiros, como também o de rendas, o de bilros e o de preparar pavio para as candeias (FREYRE, 1968, p. 132).

Eis a indústria patriarcal dos engenhos, que lhes dá a autonomia alhures mencionada. Importante, também, são as insígnias de poder que o nosso autor identifica: terra, casa, móveis, número de escravos. A terra é a unidade de riqueza e poder. A luta por sua posse e propriedade desencadeia conflitos, brigas de famílias, tocaias e assassinatos.

Aqui, um parêntese: o tema da luta pela posse da terra será exaustivamente explorado pelos romancistas nordestinos da década de 1930. Lembro-me aqui do olhar marxista do Jorge Amado de romances como *Terras do sem-fim,* de 1943, *Seara vermelha,* de 1946 ou, *Tocaia grande*, de 1984, sendo esta última obra bem menos marcada pelo dogmatismo ideológico. Escritos em momentos distintos, estes romances trazem roteiros idênticos, recheados de coronéis brutais, exploradores, assassinos e lúbricos, digladiando-se em lutas de morte pelo poder e pela terra. Completando o quadro, uma plêiade de miseráveis, composta por jagunços e matadores de aluguel, cangaceiros, beatos, camponeses esfomeados, prostitutas, filhinhos de papai, advogados e políticos inescrupulosos. Em *Seara vermelha*, aparece a figura do militante comunista que virá salvar o mundo de todos os seus males através da ação redentora do Partido. Neste Jorge Amado não há meio-termo. Seu roteiro, impresso de acordo com os matizes do chamado "realismo socialista", é maniqueísta, quase caricatural. Para o leitor interessado nos vínculos sociais dos romances, os exemplos acima trazem, no entanto, uma boa dimensão do ritmo da mudança social (prejudicada, é certo, pelo proselitismo ideológico), principalmente quando o escritor baiano narra, em *Tocaia grande,* a lenta passagem

do rural ao urbano nos quadros de um mundo ainda marcadamente assinalado pelo poder do latifúndio e dos seus coronéis.

Mas voltemos ao regionalismo *freyriano*. Sobre a terra, espraia-se a sombra do dono. A idealização do patriarca, do civilizador, prossegue: "O ambiente era bom ou mau conforme os senhores" (FREYRE, 1968, p.144). Há, nesta afirmativa, o reforço de uma colaboração direta do amigo José Lins do Rego, que se revela interessante para a nossa leitura, não apenas por representar uma futura matriz temática dos seus romances, mas, também, por explicitar a nascente troca de cartas entre os amigos:

> Do velho José Lins, dono na Paraíba de muitas terras, e figura boa de senhor de engenho, escrevia-me recentemente o seu neto, o meu amigo José Lins do Rego: "O meu avô José Lins governou vários engenhos e ninguém jamais viu na sua cinta uma arma qualquer" (FREYRE, 1968, p.183).

A residência é a mais reluzente das insígnias do poder patriarcal. Imponentes, seus móveis de jacarandá, sua larga varanda, suas paredes militarizadas, espalham sombras e recolhem obediência; escravos, agregados, eleitores e homens livres, porém pobres, lhe são submissos, pedem a bênção aos seus senhores.

> O que os velhos casarões de engenho da região – o de Itapuá, por exemplo, na Paraíba – fazem sentir, logo ao primeiro contato, é a idéia de domínio. Eram bem os casarões de homens que sabiam ser donos de suas terras; mandar; multiplicar-se em filhos e escravos; receber à grande (FREYRE, 1968, p.178).

Poder-se-ia dizer, sem exagero, que os comentários e a citação imediatamente anteriores, evidenciam uma apurada percepção que flagra no cotidiano do espaço doméstico, qual seja, na casa patriarcal, as funções e irradiações que esta exerce sobre a vida pública, seja

enquanto instância de domínio ou, enquanto instância econômica (comprando escravos, por exemplo), ou, ainda, em seus desdobramentos culturais enquanto banco, cemitério, escola, hotel, etc. A centralidade ou ubiquidade da casa-grande é outra ideia central do regionalismo *freyriano*.

Mas não apenas dele: a história política do Brasil é clivada por essa presença. Verifica-se secularmente uma nefasta simbiose entre o público e o privado que, trazendo o século XIX ao século XXI, tem a sua face mais visível em práticas fisiológicas, no famoso "balcão de negócios" entre parlamentares e sucessivos governos, nas famílias que se perpetuam no poder, nas concessões de vários tipos, onde ganham relevo interesses particulares e, não raro, inconfessáveis, no compadrio, corrupção e, claro, no nepotismo, nepotismo, aliás, contemporizado por Gilberto Freyre – "Ora, o nepotismo só é inteiramente repugnante quando o exercem elementos de improviso ou acaso" (FREYRE, 1968, p.181). Todas estas práticas são atuais, sendo recorrentes nas páginas dos jornais e nos telejornais diários. São ecos de um passado que teima em ser presente, ainda que à custa do real comprometimento de uma efetiva e salutar construção de uma esfera pública que viesse a ampliar a participação política qualificada entre nós.[9]

A defesa da escravidão é absoluta em *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil*. Há o reconhecimento em torno do caráter estruturante das relações escravistas nos quadros da sociedade colonial; atenua-se, no entanto, a sua precariedade, digamos, ontológica, calcada que está na extrema desigualdade e na mais sórdida exploração. Nos textos posteriores, a visão de Gilberto Freyre será matizada, ganhando em densidade e em visão crítica. Denunciará a violência e a

9 Como exemplo dessa triste permanência, podemos citar texto de conhecido sociólogo brasileiro, publicado em grande órgão da imprensa, acerca das denúncias de corrupção envolvendo altos funcionários e parlamentares da base aliada do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Falando das raízes históricas de fenômenos como corrupção e nepotismo, o autor do artigo conclui lúcido: "Estamos muito longe da sociedade moderna, contratual, republicana e igualitária. Esta é uma sociedade que teve escravidão, em que a dominação decorria do poder pessoal, as instituições eram e de certo modo continuam a ser desdobramentos desse poder" (MARTINS, 2005, p. 3).

degradação física e moral inerentes à escravidão – veja-se, por exemplo, o prefácio à 1ª edição de *Casa-grande & senzala*. Os textos futuros apresentarão, ainda, categorias como "equilíbrio de antagonismos" e "zonas de confraternização", numa tentativa de situar, contemporizando-as, as complexas relações entre senhores e escravos. É por esse meio que aparecerão, em sua obra, as confissões, a bagaceira e as brincadeiras dos meninos de engenho, a alfabetização dos senhores pelos escravos, as relações sexuais, os testamentos, o afeto e, também, a violência de senhores que mandavam matar escravos para, com o seu sangue, fortalecer os alicerces da casa-grande e que, ainda, mandavam matar os próprios filhos para purgar dores de amores traídos. Aqui e ao longo de sua obra, o escravo em relevo é o doméstico, surpreendido em seu cotidiano no interior da residência senhorial. Apenas em *Nordeste*, como veremos a seguir, dará maior ênfase ao escravo do eito.

A abolição, chamada de "violência de 88", assinala, nas páginas de *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil*, o início da decadência da região:

> Foi o Nordeste a parte do Brasil onde se fez sentir mais profundamente o golpe da abolição contra a economia patriarcal-escravocrata e a ordem social, a cultura, a moral, a estética, que sobre ela se baseavam: houve senhores de engenho que se arruinaram de todo. Outros que desapareceram quase por completo ou degradaram-se (FREYRE, 1968, p.197).

No final, aparecem as intenções. Como se ainda fosse preciso, autor e texto, em verdade uma só entidade, explicitam o sabor etnocêntrico da proposta regionalista que vai sendo inscrita. As intenções são conservadoras. São políticas e são ideológicas, portanto.

A centralidade conferida à região, bem como a preservação de sua cultura, implicam, como corolário, a preservação do mando secular das elites gestadas nas entranhas do mundo aqui criado pelos portugueses. As mudanças ao longo do século de transição não podem e nem devem impossibilitar o retorno às matrizes da nacionalidade:

> Mesmo com as alterações sofridas na sua ordem social e que o separam tanto do seu passado, o Nordeste continua a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil; a mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses na América tropical. [...] Não lhe faltam elementos para voltar a ser uma região ativamente criadora dentro da economia brasileira e da cultura nacional e americana (FREYRE, 1968, p.198).

O texto termina com um lamento. É o canto triste de alguém que, olhando o século que finda, percebe o desinteresse da "gente atual desta região" por suas tradições, pelos seus mortos, pelo seu passado. Gilberto desconfia – na verdade, tem certeza – de que essa "independência das tradições" (FREYRE, 1968, p.199) seja capaz de criar valores superiores àqueles criados pelos antepassados.

Treze anos depois, reforçará o ideário regionalista, colorindo-o com o verde da cana e acrescentando-lhe um sabor telúrico circundado por uma pioneira visão de ecologista.

Apresentando a Região

A elaboração de um ponto de vista sociológico regional volta-se para a revalorização do passado, visto como glorioso, abundante, em contraposição à decadência do presente. Esta reconstrução histórica será feita não apenas nos ensaios interpelados no item anterior, como também num livro, *Nordeste*, publicado em 1937, momento que marca a consolidação do projeto varguista de poder, através do golpe que instaura o chamado Estado Novo (1937-1945), intensificando a crise vivida pelas oligarquias de bases agrárias.

Nesse contexto, a região Nordeste é vista como marcada pelo atraso político, econômico e cultural, em contraposição ao Sul e Sudeste, representantes da modernidade, da indústria e da urbanização. Gilberto Freyre – intelectual orgânico do regionalismo – fará a reconstituição histórica de um Nordeste que não seja sinônimo

de seca e atraso, apresentando aos seus leitores “o outro Nordeste”, marcado pela abundância de águas e de terras férteis: o Nordeste da cana-de-açúcar, base inicial da colonização portuguesa do Brasil. O critério central do livro *Nordeste* é o ecológico. Trata-se de um estudo das relações entre a cana-de-açúcar e o ecossistema regional.

Partindo do critério acima mencionado e de uma nítida noção de região, entendida como espaço físico, geográfico e, principalmente, cultural, o autor procura demonstrar o sentido do estudo regional para a compreensão de uma realidade mais ampla, a Nação.

Gilberto Freyre faz distinções intrarregionais, identificando a existência de, no mínimo, dois nordestes: o da cana-de-açúcar, litorâneo, e o nordeste pastoril, dos sertões.

Feitas estas considerações gerais, faz-se agora uma apresentação panorâmica de cada um dos capítulos da obra.

No capítulo I – *A cana e a terra* – o realce fica para os significados e funções atribuídos às terras de massapê, sustentáculo da construção da nacionalidade:

> Durante o período decisivo da formação brasileira, a história do Brasil foi a história do açúcar; e no Brasil, a história do açúcar, onde atingiu maior importância econômica e maior interesse humano foi nessas manchas de terra de massapê, de barro, de argila, de humus (FREYRE, 1985, p. 9).

Dessa forma o nosso autor identifica as bases territoriais do patriarcalismo.

Chega-se ao capítulo II – *A cana e a água*. Verifica-se toda uma mística das águas. O autor é, neste sentido, taxativo: “No Nordeste da cana-de-açúcar, a água foi e é quase tudo” (idem p.19). E passa a destacar a importância dos pequenos rios para a expansão dos canaviais: “Rios às vezes feios e barrentos, mas quase sempre bons e serviçais, prestando-se até a lavar os pratos das cozinhas das casas-grandes e as panelas dos mucambos” (FREYRE, 1985, p.21).

Observa-se que a água, nesta civilização rural, tinha uma multiplicidade de usos: regava os campos; banhava gentes e cavalos; os rios eram “estradas” por onde fugiam escravos e amantes; banhos de rios

com funções profiláticas, etc. Nesse capítulo sobre a importância da água para a civilização do açúcar vai aparecer uma formulação relevante que resume, metaforicamente, a sociabilidade e o regime de mando característicos do mundo dos engenhos, e que Gilberto apresenta como sendo a "geometria da colonização agrária", formada pelo triângulo engenho – casa-grande – capela:

> Esses triângulos logo se tornaram clássicos: engenho, casa-grande (com senzala) e capela. Eles foram quebrando as linhas virgens da paisagem, tão cheia de curvas às margens dos rios, mesmo quando povoadas de tabas de caboclos. E introduzindo, nessa paisagem desordenada, aqueles traços novos de ordem e de regularidade. A geometria da colonização agrária (FREYRE, 1985, p.20-21).

É feita uma crítica contundente ao caráter destruidor da monocultura:

> O empobrecimento do solo, em tantos trechos do Nordeste, por efeito da erosão, não se pode atribuir aos rios, à sua ânsia de correr para o mar levando a gordura das terras, mas principalmente à monocultura. Devastando as matas e utilizando-se do terreno para uma cultura única, a monocultura deixava que as outras riquezas se dissolvessem na água, se perdessem nos rios (FREYRE, 1985, p.22).

Essa crítica prossegue no capítulo III – *A cana e a mata* – onde é denunciada, de modo pungente, a destruição da mata pela queimada, para que a cana pudesse reinar de forma absoluta. "A cana começou a reinar sozinha sobre léguas e léguas de terras avermelhadas pela coivara. Devastadas pelo fogo" (FREYRE, 1985, p.46). Gilberto Freyre exaspera-se ao falar da destruição da mata e da vida animal, da derrubada de árvores nobres para a construção de navios e portas de conventos e igrejas em

Portugal, da insensibilidade e ignorância dos senhores de engenho: "O brasileiro das terras de açúcar quase não sabe os nomes das árvores, das palmeiras, das plantas nativas da região em que vive – fato constatado por tantos estrangeiros. A cana separou-o da mata até esse extremo de ignorância vergonhosa" (FREYRE, 1985, p. 48).

Parte do subdesenvolvimento do presente seria consequência dessa exploração predatória dos séculos fundantes. E arremata: "Não se brinca em vão, ou sem correr algum risco sério, com a vida vegetal de uma região" (FREYRE, 1985, p.50).

A cana e os animais é o título do capítulo IV. Gilberto Freyre propõe uma curiosa transposição interpretativa ao hierarquizar o mundo animal a partir de determinantes sociais e culturais. É assim que o cavalo e o boi aparecem como sendo os dois grandes animais da civilização da cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil, expressando o antagonismo entre senhor e escravo.

Nessas páginas o cavalo é tratado como símbolo do poder senhorial: "Seu trote, o ruído imperial de suas patas, se tem feito ouvir através da nossa história social com a majestade do próprio ritmo da ordem, da autoridade, do domínio" (FREYRE, 1985, p.65).

Ainda:

> O senhor de engenho do Nordeste foi quase uma figura de centauro: metade homem, metade cavalo. (...) O cavalo dava ao aristocrata do açúcar, quando em movimento ou em ação, quase a mesma altura que lhe dava o alto da casa-grande nas horas de descanso (FREYRE, 1985, p. 66).

Essa importância do cavalo como insígnia do poder patriarcal é bem nítida na literatura de José Lins do Rego, em vários romances, notadamente naqueles que têm por temática central a sociedade açucareira. No seu romance de estreia – *Menino de engenho*, 1932 – o leitor encontra a personificação literária do patriarca *freyriano*. Trata-se do coronel José Paulino que, montado em seu cavalo, passeia pelos canaviais supervisionando os trabalhos, dando gritos, berrando ordens, exercendo o poder.

No outro lugar social e cultural vão aparecer o negro e o boi, companheiros inseparáveis na dor e no sofrimento da lida estafante do eito: “O aliado fiel do escravo africano no trabalho agrícola, na rotina da lavoura de cana, na própria indústria do açúcar, foi o boi; e esses dois – o negro e o boi – é que formaram o alicerce vivo da civilização do açúcar” (FREYRE, 1985, p.73-74).

Fica, assim, delineada aquela transposição que sugere a reprodução da estratificação entre os homens também em suas relações com os animais.

Nos dois últimos capítulos – o V e o VI, intitulados *A cana e o homem*, o leitor é colocado diante dos principais tipos humanos engendrados pela sociedade açucareira: o aristocrata da casa-grande, o negro escravizado, o cabra, o mulato, o moleque da bagaceira. Gilberto Freyre refuta a ideia que apresenta o negro como sendo “mau agricultor.” As deficiências do seu trabalho – do negro – são atribuídas aos males resultantes de questões culturais – monocultura e escravidão – e não de questões raciais. Sobre o patriarca da casa-grande, o que ressuma das páginas de *Nordeste* é apenas a reiteração da nobreza da figura do senhor de engenho – “O tipo mais puro de aristocrata brasileiro” – que Gilberto Freyre vinha lapidando desde os textos iniciais, escritos no começo da década vinte, como cremos haver demonstrado no tópico anterior.

Nas páginas finais Gilberto Freyre – ainda uma vez explicitando suas vinculações orgânicas com o seu objeto – quer convencer seus leitores de que, apesar de todos os seus defeitos – violência, masoquismo, sensualidade exacerbada, destruição das fontes naturais, etc. – a civilização do açúcar foi capaz de gerar expressões culturais de grande valor e permanência: faculdades, grandes médicos, poetas, romancistas, ensaístas, pintores, estadistas, músicos, etc.

Diga-se ainda – concluindo esta breve apresentação – que *Nordeste* é considerado o livro mais lírico dentre todos escritos por Gilberto Freyre. Talvez pelo fato, já aludido nestas páginas, de que a adesão do autor ao seu objeto é completa. É um texto feito de impressões e de subjetividade, com açúcar e com afeto. É evidente a sua qualidade literária o que, de resto, é uma constante neste autor que escrevia como poucos sabem fazê-lo. O tom nostálgico perpassa cada parágrafo:

saudade dos engenhos, dos rios de águas transparentes, dos negros fiéis aos seus senhores. É como se o autor quisesse, pela força e brilho da narrativa, garantir a sobrevivência das marcas deste passado glorioso que se desfaz no presente, sob o impacto das mudanças ditadas pela história. Em contraposição ao nordeste sertanejo, seco e miserável de, por exemplo, Euclides da Cunha, o autor sugere a volta ao nordeste litorâneo, "oleoso e gordo" das casas-grandes e do açúcar.

Nordeste pode ser visto como um esforço de síntese das ideias regionalistas espalhadas nos textos da década de 20. Tem-se, aqui, o autor, maduro e consagrado, revisitando os temas que abordara quando jovem e que o acompanharão por toda a vida. A novidade é o revestimento geográfico e ecológico que confere à abordagem.

Podemos dizer, com razoável segurança, que, neste livro e a partir dele, ficam cristalizados temas e concepções que conferem um acabamento final àquilo que o seu autor entendia por região. Manuel Correia de Andrade explicita este aspecto, no seu entender fulcral, em recente estudo feito para a apresentação da 7ª edição, em 2004: "Uma das grandes contribuições do livro *Nordeste* à cultura brasileira, foi a de definir o que é uma região e a sua importância no contexto do território nacional".

Falta-nos abordar o *Manifesto regionalista*. Pelo conteúdo impresso em suas páginas poderia, sem restrições, ser lido como mais um roteiro temático da proposta regionalista freyriana o que, de resto, está implícito na própria noção de manifesto. O problema é que, nos anos 1920, que marcam o proselitismo de Gilberto Freyre em torno da organização do movimento regionalista, o tal *Manifesto* simplesmente inexistiu. Efetivamente, só virá a lume bem depois, em 1952, apesar da versão do seu autor de que o teria apresentado aos participantes do I Congresso Regionalista, em fevereiro de 1926, no Recife.

É o que ficou provado nos anos 1960 quando, Wilson Martins e Joaquim Inojosa, divulgador local do modernismo e rival de Gilberto Freyre nos anos 1920 – só neste momento: o escoamento dos anos e a trajetória intelectual de ambos, principalmente depois de 1933, tornariam evidente o abismo intelectual que havia entre o "mestre de Apipucos" e Joaquim Inojosa – vão colocar em dúvida a publicação, no distante 1926, do *Manifesto*. Voltando à cobertura jornalística

realizada em torno do Congresso, Inojosa não encontrará nenhuma alusão ao tal texto que, caso tivesse sido lido, obviamente não haveria de passar despercebido, pelo simples motivo de que o seu autor foi o principal organizador daquele evento.

Gilberto Freyre queixava-se muito de haver encontrado, na sua volta ao Recife, depois de haver concluído seus estudos nos Estados Unidos, um clima de hostilidade à sua pessoa por parte de alguns militantes intelectuais e jornalistas. Essas queixas estão registradas em seu diário de adolescência, onde também se anunciam os claros sinais de uma vaidade gigantesca e precoce. Daí podemos até imaginar que Gilberto Freyre, tantos anos após e ainda dentro de um contexto provinciano em que enfrentavam-se e queimavam-se vaidades e egos inflados, e, ainda, reivindicando para si a centralidade cultural da "província", simplesmente falseou a data de publicação do seu texto, antecipando-lhe em quase trinta anos. O fato é que, a partir da quarta edição, publicada em 1967, o até então chamado *Manifesto regionalista de 1926* passará a ser apenas *Manifesto regionalista*.

Essa polêmica em torno da data do *Manifesto regionalista* encontra-se fixada, e esclarecida, no trabalho do professor Neroaldo Pontes de Azevedo aqui já citado. Este autor afirma que muitas das ideias de Gilberto Freyre, insertas no texto que presumivelmente seria de 1926, aparecem em artigos divulgados pela imprensa à época do Congresso Regionalista, ocorrido entre 7 e 11 de fevereiro daquele ano. Mas não há alusões à leitura de Manifesto algum:

> Assim, as ideias de Gilberto Freyre, expressas na década de 20, devem ser buscadas nessas colaborações [Refere-se Neroaldo Pontes aos ensaios que Gilberto publicou no *Livro do Nordeste*, de 1925] e não no *Manifesto regionalista de 1926*, que é texto de 1952. Consequentemente, a avaliação do Congresso Regionalista do Nordeste não pode ser feita a partir de um Manifesto que não existiu (AZEVEDO, 1996, p. 154).

Outro pesquisador, Antonio Dimas, no prefácio à 7ª edição do *Manifesto regionalista*, afirma:

> Incorreu em erro Gilberto quando falseou a datação deste *Manifesto*, sem dúvida. Não era preciso lançar mão desse expediente, quem, anos antes, já tinha criado uma das obras fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira, reconhecida por intelectuais de vários espectros ideológicos e de várias latitudes, nacionais e internacionais. [...] Por fim, não era preciso, porque, desde que fora publicado *Casa-grande & Senzala*, em 1933, Gilberto construíra uma carreira que só fizera consolidar seu prestígio intelectual (FREYRE, 1996, p.38).

Polêmicas à parte, de que trata o *Manifesto freyriano*? Em nossa leitura, não encontramos nele muita novidade em relação aos textos da década de 20 aqui já comentados. Caso estejamos certos, representa um esforço de síntese, um exercício de memória, feito com a perspectiva propiciada pelo escoamento de quase três décadas e o prestígio adquirido com a publicação, nos anos 1930, de algumas obras fundamentais para a compreensão da cultura brasileira. Em sua página inicial, podemos ler uma definição do regionalismo, entendido como sendo "um movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais desta parte do Brasil" (FREYRE, 1996, p.47). Os temas e o modo de tratá-los são os de sempre. Podemos sentir o envolvimento pessoal do autor no passado que evoca; reiteram-se as raízes da região cultural; revisita-se a sua história. Mais uma vez, ganha relevo a visão etnocêntrica, autocentrada, que pensa o "seu" espaço como matriz da nacionalidade:

> Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade

> econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores (FREYRE, 1996, p. 52).

Que valores são esses? Velhas ruas estreitas, Igrejas coloniais, a rede cearense, o algodão do seridó, o mascavo dos velhos engenhos, os cavalos de corrida, a rica doçaria das frutas regionais, etc. Como sempre, a preocupação com a casa. Aqui é o mucambo, elogiado como modelar por sua harmonia com a natureza: "Com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional e por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos" (FREYRE, 1996, p.54).

Há sugestões claramente conservadoras, exóticas até, que renderão a esse texto uma desafortunada tradição crítica que lhe adjetivará de populista e reacionário. É o que acontece quando o nosso autor, não contendo o ímpeto passadista, sugere a abertura, no Recife, de cafés e restaurantes onde os eventuais clientes pudessem experimentar a "cor local", que estaria pintada entre palmeiras, gaiolas de papagaios, caritós de guaiamuns e "uma preta de fogareiro, fazendo grude ou tapioca" (FREYRE, 1996, p.68). Aparecem ainda indicações bibliográficas de nítido sabor machista, surpreendentes num autor que, àquela altura, já escrevera este belo ensaio que é *Sobrados e mucambos* (1936), onde aparece um capítulo, sugestivamente intitulado *A mulher e o homem*, em que analisa as funções sociológicas e culturais da mulher nos quadros da antiga família patriarcal brasileira, de maneira que poderia muito bem ser adotada por qualquer intelectual militante do movimento feminista. Mas, no *Manifesto*, o nosso autor sugere às mulheres que leiam atentamente – aliás, única leitura que lhes seria aceitável e recomendável – os velhos livros de receitas de famílias, de receitas de doces e de guisados e livros de missas. Chega a lamentar o abandono, por parte das novas gerações de moças, deste tipo de texto, que, caso lido, contribuiria para reforçar a manutenção da figura feminina ali onde sempre estivera: "O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs, e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional" (FREYRE, 1996, p.67).

De resto, a recorrente exaltação da cozinha regional como elemento estruturante da sociabilidade, desta vez de forma mais direta. Gilberto Freyre alerta para o perigo representado pela descaracterização e pelo abandono dos pratos típicos da velha cozinha dos engenhos. Aguça o paladar dos seus leitores ao apresentar-lhes esses manjares, regalo dos senhores de antigamente, em lauto banquete onde quase podemos sentir o cheiro emanado das tigelas de arroz doce, das peixadas, do pirão, de paca assada, do molho de pimenta, dos quitutes finos, dos doces e bolos, das fritadas de siris, servidas à sombra de paus d 'arco e de mangueiras, do cuscuz, da água de coco verde, etc. Somos pegos pelo estômago. Depois, o alerta: "Toda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste. E uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se" (FREYRE, 1996, p.67).

Alguns trechos são dedicados aos artistas do povo, mestres de música e dança, jangadeiros, negras de tabuleiro, curandeiros que, em sua rusticidade – como no caso dos mucambos, cuja celebração será alvo da fina ironia do poeta João Cabral de Melo Neto, aliás, primo de Gilberto, em poema famoso – estariam contribuindo para a manutenção dos valores tradicionais, reforçando, ainda, a necessária miscigenação de culturas: "Pois o Brasil é isto: combinação, fusão, mistura" (FREYRE, 1996, p.72).

Encerremos esta apresentação do *Manifesto regionalista*. Evitemos repetições. Mas não antes de fazermos, no entanto, uma concessão, ainda que parcial, aos descaminhos cronológicos que circundam a publicação deste texto, e que envolveram-no na polêmica acima mencionada. É claro que antes da existência do *Manifesto regionalista*, já havia toda uma militância e divulgação deste ideário na imprensa de Pernambuco, seja através dos artigos enviados dos Estados Unidos, publicados na coluna *Da outra América*, seja nos artigos numerados, publicados no *Diário de Pernambuco*, entre 22 de abril de 1923 e 15 de abril de 1925, ou, ainda, na criação do Centro Regionalista do Nordeste, em 1924, etc. Admitamos, portanto, que ao menos alguns dos seus trechos tenham, efetivamente, sido lidos aos participantes do Congresso de 1926.

Somente assim estaremos em condições de acolher positivamente o significado que os seguidores de Gilberto Freyre atribuem ao seu regionalismo e, dentro dele, ao *Manifesto*, como um roteiro a ser

seguido pelos intelectuais da região. Manuel Diègues Júnior vê nesse texto “todo um acervo de iniciativas ou de ideias que representariam marcos expressivos no movimento cultural do Nordeste”. Edson Nery da Fonseca vê na grande tradição romanesca da década de 1930 no Nordeste a realização estética do regionalismo de Gilberto Freyre.[10] E apoia sua leitura em depoimentos de romancistas como Jorge Amado e José Lins do Rego. Há mesmo passagens nesse texto que parecem escritas sob medida para a ação de escritores, com nítidas intenções vocativas: “Que é dos poetas do Nordeste que não cantam o vigor regional?” ou, ainda, “que é dos romancistas que não descobrem tais figuras de Dons Quixotes regionais? Dos biógrafos que não as revelam? Dos ensaístas que não as interpretam?”. A última frase é também a repetição do apelo que perpassa os textos da década de 20 aqui resenhados: “É todo o conjunto da cultura regional que precisa de ser defendido e desenvolvido ” (FREYRE, 1996, p.75).

Os textos apresentados neste capítulo sugerem a recorrência de alguns temas que terão um desdobramento nos anos 1930, notadamente nos romances de José Lins do Rego, que significa a materialização, pela via do regionalismo nordestino, de uma interseção entre literatura e sociologia que marcará profundamente as representações acerca desse espaço regional, como também a obra e a percepção dos autores protagonistas da fusão. Portanto, identificar as afinidades eletivas, os temas que aproximam a literatura de José Lins do Rego da sociologia de Gilberto Freyre, nos parece ser o caminho mais interessante para a operacionalização da noção de sistema formulada por Antonio Candido, e, também, para conferir substância ao diálogo.

Começando pela estrutura de dominação presente nos dois conjuntos de textos, nos deparamos com um tema recorrente da sociologia, o patriarcalismo. Na formulação clássica de Max Weber, essa forma de poder se apresenta como a mais ligada à força da tradição, baseada na submissão pessoal ao senhor.

---

10 A citação e a referência ao comentário de Edson Nery encontram-se na 7ª edição do *Manifesto* que utilizamos para esta apresentação, respectivamente nas páginas 105 e 222.

> Dos princípios estruturais pré-burocráticos é o mais importante a estrutura patriarcal de dominação. Em sua essência, não se baseia no dever de servir a determinada "finalidade" objetiva e impessoal e na obediência a normas abstratas, senão precisamente no contrário: em relações de piedade rigorosamente pessoais. Seu germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica (WEBER, 1999, p. 234).

A onipresença do senhor de engenho como elemento estruturante do domínio patriarcal se nos apresenta claramente delineada, nos romances, pela figura de José Paulino, como sugerimos alhures. A sua voz, a sua postura, as relações que estabelece enquanto proprietário do Engenho Santa Rosa (e de outros engenhos) encarnam um conjunto de funções sociológicas que condensam as estruturas de dominação e de apropriação econômica sob as quais atua.

Como não há senhor sem terra, é interessante que busquemos surpreender os significados materiais e culturais que esta assume nos dois autores. Ademais, a própria noção de região que aí é veiculada relaciona-se com um conjunto de características espaciais e físicas e ambientais que informam um perfil regional marcado pelo massapê, pela mata, pela grande extensão de terras. A terra reveste-se de uma gama de representações que vão da vida à morte, passando, claro, pela importância econômica ostentada numa sociedade do tipo rural como a dos engenhos. Há, neste sentido, um belo capítulo em *Menino de engenho*, em que Zé Paulino, embevecido, contempla o mundo, num final de tarde, do alpendre da casa-grande. E, neste mundo, o que vê? Apenas a terra, de onde lhe chegam o poder e a obediência e a submissão de parentes, trabalhadores, eleitores e agregados. O narrador, também embevecido diante daquele poder patriarcal, intervém para nos dizer que "O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras" (REGO, 1996, p. 51).

Do senhor e da terra, e a eles umbilicalmente associado, chegamos ao triângulo rural, casa-engenho e capela. Este é um conceito-síntese, a partir do qual se pode apreender a centralidade e o local privilegiado de variadas ações desenroladas nos romances. Temos aí o cenário: o lugar de morada, o lugar de trabalho e o lugar da oração. Por cada um dos vértices, passeiam inúmeros personagens, circulam bens materiais e espirituais; circulam pessoas; a família se efetiva; a cana vira açúcar; etc.

Outra afinidade eletiva nos conduz à infância no engenho e à vida dos meninos. Sabemos que, neste caso, a ideia de Gilberto Freyre de escrever uma história sobre os meninos dos engenhos terminou concretizada por José Lins do Rego logo na sua estreia como romancista. É, também, uma sugestão temática que aparece nas cartas. Eis mais um daqueles momentos de cumplicidade intelectual entre ambos. A intenção de escrever sobre a meninice brasileira foi um segredo compartilhado desde 1924, como se pode ler nesta passagem do diário de Gilberto, *Tempo morto e outros tempos*, que percorre quinze anos da vida do escritor, de 1915 a 1930:

> Descubro a J. L. do Rego o meu segredo: o livro que, nos meus raros momentos de ânimo, desejo escrever. Um livro sobre a minha própria meninice e sobre o que tem sido nos vários Brasis, através de quase quatro séculos, a meninice dos vários tipos regionais de brasileiros que formam o Brasil. Mostro-lhe as notas que já tenho sobre o assunto. Peço-lhe que guarde segredo (FREYRE, 1975, p. 139-140).

O critério ecológico *freyriano* marca presença nos romances. Cremos ser impossível uma compreensão minimamente consistente da obra de José Lins do Rego sem que sejam interpelados aspectos tais como a relação do homem com a natureza, com as águas, com os animais. A forte presença do Rio Paraíba nestes romances seria o lado mais evidente deste olhar ecológico. É interessante, portanto, que nos preocupemos com o que acontece em suas margens e em seu leito. Inclusive, Gilberto Freyre gostava muito de citar as páginas de

Menino de engenho em que José Lins do Rego descreve uma enchente, como sendo das mais belas e fortes já produzidas em toda a literatura brasileira.

Não poderíamos obliterar, evidentemente, a temática da decadência. Mesmo porque, esta é uma temática à qual estão associados os romances de José Lins do Rego. Há, com efeito, toda uma "fortuna crítica", exaustiva, repetitiva, em torno deste aspecto da produção do autor paraibano. Sendo, como foi, simultaneamente, construção e ruína, a sociedade patriarcal apresenta, já em sua gênese e durante o seu fausto, os sinais da sua lenta destruição.

O lento declínio deste mundo patriarcal, seu outono, é, com efeito, o assunto fulcral de Gilberto Freyre no já mencionado *Sobrados e mucambos*. A análise aqui ainda centra-se na sociabilidade doméstica, no que acontece na casa. Entretanto, esta não é mais apenas a casa-grande rural e patriarcal. Acontecimentos relevantes como as invasões holandesas, a descoberta das minas, o endividamento dos senhores com os intermediários urbanos na compra e venda de escravos e açúcar e, sobretudo, a vinda da família real para o Brasil no início do século XIX, vieram colocar em cena o sobrado e o mucambo como expressões de uma nova realidade que se descortina: a urbanização e a reeuropeização da colônia. Lentamente, a casa-grande vai sendo preterida em suas funções sociológicas, cedendo espaço para novas instituições urbanas como o sobrado, o hotel, a rua, o banco, a praça e a escola, o teatro, a modinha, os romances de José de Alencar.

O estilhaçamento do mundo senhorial tem largos reflexos na família. De patriarcal ela vai, lentamente, transformando-se em burguesa, monogâmica, "romântica"; são reduzidos os poderes, até então despóticos, do *pater famílias*. Entram em cena novas figuras de homens, rivais dos senhores naquele domínio: o médico de família, o confessor, o mestre-régio, o diretor de colégio, o correspondente comercial. Entretanto, não imaginemos que o antigo senhor rural vai sair de cena em nome de tantas e tamanhas novidades. Gilberto Freyre alerta:

> Mas não vá ninguém abandonar-se à idéia de que os grandes proprietários de terra, tão poderosos a princípio, acabaram todos uns reis Lear, sempre traídos por filhos doutores e por filhas casadas

> com bacharéis que abandonassem as velhas casas-grandes de engenho e de fazenda como a navios que não tardassem a naufragar; traídos por el-Rei que dantes lhes fizera todas as vontades e todas as festas; traídos pela Igreja que outrora os adulara. O drama da desintegração do poder, por algum tempo quase absoluto, do pater famílias rural, no Brasil, não foi tão simples; nem a ascensão da burguesia tão rápida (FREYRE, 1996b, p. 19).

Há ainda a presença do sexo, da cozinha, do negro e da mulher, que completam e recortam um conjunto de temas que vão aproximar os dois autores. Em torno destas afinidades eletivas é que podemos ouvir o diálogo entre ambos.

Antes, porém, iremos comentar, em visão panorâmica, alguns estudos onde aparece uma vigorosa desconstrução crítica do ideário regionalista *freyriano* exibido nos textos apresentados. Diante do volume dessa fortuna crítica, podemos apenas passar em revista, muito sumariamente, reconheçamos, alguns destes estudos que se nos apresentam, pela densidade e pela profundidade, representativos dos diversos momentos e das igualmente diversas percepções que o conjunto de textos aqui interpelados vem obtendo pela crítica especializada, ao longo do tempo, seja em ensaios, em teses acadêmicas, etc.

A Fortuna Crítica

Antonio Candido, em ensaio escrito em 1950, faz um balanço da interseção entre o ensaio sociológico e literatura no período de 1900 a 1945, e repõe a noção de "sistema vivo de obras". Nesta reposição, o que é relevada é a forma literária assumida pelo melhor ensaio produzido no Brasil. Forma literária e ensaio, assim misturados, seriam a marca caracterizadora e mais relevante do período, notadamente na década de 1930.

Com efeito, nesse momento podemos detectar as condições mais favoráveis ao aparecimento de todos os elementos constitutivos da definição de literatura enquanto sistema, conforme discutimos no primeiro capítulo deste trabalho. Verifica-se, principalmente nas grandes cidades, com o despontar de camadas médias intelectualizadas, a presença de um público mais amplo, interessado em conhecer os problemas vividos pelo país que se urbaniza e industrializa e que quer deixar de ser apenas uma grande fazenda. Há, também, a criação de universidades – USP, por exemplo – que trazem a possibilidade real de uma pesquisa qualificada acerca do homem brasileiro e os seus dramas: eis o despontar das ciências humanas entre nós; temos estradas, o rádio e, fundamental, as condições favoráveis à criação de um mercado editorial suficientemente encorpado e capacitado para atender à demanda crescente por informações.

O salto qualitativo da cultura nacional no período se traduz no aparecimento de um conjunto de autores e obras que nos permite afirmar – autorizados pela perspectiva histórica e pelos ricos desdobramentos, sobejamente conhecidos – que, raras vezes, assistiu-se no Brasil uma explosão de inteligência quanto esta: culturalismo, missões internacionais de estudos, interpretação marxista da história do Brasil, Weber, romances voltados para a pesquisa humana e social, Sérgio Buarque, Jorge Amado, Graciliano Ramos, etc. Os exemplos são a face mais reluzente a estampar a radicalização de um processo civilizatório que vinha, desde o século XIX, anunciando o lento, porém persistente, rompimento com a "herança rural" portuguesa. Antonio Candido define o período como marcado por "intensa fermentação espiritualista" (CANDIDO, 2000, p.115). Os avanços do ponto de vista "científico", no entanto, não são suficientes para deslocar a centralidade da literatura na nossa vida espiritual, pois, segundo Candido:

> Apesar de a cultura intelectual se haver desenvolvido em ritmo acelerado desde o início do século; apesar da intensa divisão do trabalho intelectual, com o estabelecimento da vida científica, em escala apreciável; apesar do surto das ciências humanas a partir sobretudo de 1930; apesar de

> tudo isto, a literatura permaneceu em posição-chave. [...] Em todo o caso, os decênios de 20 e de 30 ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais (CANDIDO, 2000, p.122-123).

Será este, também, o momento da verdadeira estreia, como autores de livros, de José Lins do Rego (1932) e de Gilberto Freyre (1933). É como se os encontros, as cartas, os artigos jornalísticos, os estudos e as viagens da década anterior, representassem um necessário preparo intelectual ou exercícios preliminares para a construção romanesca e ensaística que farão a partir dos anos 1930 e que ensejará um exemplo particularmente luminoso do encontro entre sociologia e literatura no Brasil. É quando podemos sentir a organicidade de um conjunto de obras que se espelham, refletindo-se mutuamente, agindo uma sobre a outra.

Este conjunto de obras gerou uma rica fortuna crítica. Muitas vezes repetitiva, apresenta percepções diversas que, como sempre acontece, passeiam ao sabor das conjunturas políticas e do livre flutuar das inteligências. Só assim poderemos entender o porquê de, no mesmo crítico, ser possível encontrar – em momentos distintos – avaliações tão dispares, quando não contraditórias, acerca de cada um dos nossos autores. Como exemplo, podemos voltar a Carlos Guilherme Mota. Em seu livro de 1977, mencionado no primeiro capítulo, diz, da sociologia cultural de Gilberto Freyre, entre outras coisas, que ela é, além de ultrapassada, "perniciosa" (p.129). Em reavaliações mais recentes, este mesmo crítico coloca a outrora "perniciosa" sociologia cultural de Gilberto Freyre como a mais importante e interessante do século XX brasileiro, tendo, no entanto, o cuidado de fazê-la acompanhar-se, nesta condição privilegiada, da sociologia de Florestan Fernandes.

Apologética ou restritiva é, no entanto, um instrumento fundamental para a compreensão do universo e concepções abordados por ambos. A nossa abordagem dessa fortuna crítica terá que ser, necessariamente, sumária.

A maioria da crítica reconhece no regionalismo de Gilberto Freyre uma poderosa matriz temática com amplas repercussões políticas e culturais. Em seu trabalho, de 1984, Neroaldo Pontes de Azevedo, baseado em pesquisa documental de largo fôlego, resgata o ambiente intelectual em que é formulada essa proposta. Em texto bem escrito e ágil, que proporciona uma leitura prazerosa, este pesquisador aborda a recessão na vida econômica de Pernambuco, na década de 20, como pano de fundo dos conflitos intelectuais entre modernistas e regionalistas no estado. Percebe aí, nesse quadro de crise econômica e disputas entre grupos oligárquicos, a presença, marcante no campo das ideias, de "um espírito predisposto para a valorização das realidades locais" (AZEVEDO, 1996, p.38), que, aliás, não era novo, pois é possível detectar-lhe a presença persistente ao longo da cultura literária desenvolvida no Brasil:

> A chamada para o regional está presente como elemento constante no processo mesmo de evolução da literatura brasileira. A postura regionalista, sob esse prisma, deve ser vista como uma ideologia que acompanha a literatura brasileira, tendo os seus riscos, limites e valores (AZEVEDO, 1996, p.99).

Em relação ao regionalismo de Gilberto Freyre, Neroaldo Pontes destaca a visão conservadora, latente na predominância do rural sobre o urbano, no tom nostálgico e na perspectiva estática em relação às mudanças mais profundas. É bom registrar, nesse ponto, que os termos com os quais encerra sua crítica são recorrentes na maioria dos trabalhos que abordam o assunto e que, juntamente com as noções de decadência e memória, parecem informar um campo semântico recorrente – "canônico" – e definidor desse ideário.

Em outro trabalho importante, de 1987, Neroaldo Pontes compõe, com a mesma maestria verificada na pesquisa anterior, um quadro geral da trajetória de José Lins do Rego na cultura literária brasileira. A sua abordagem se processa em três planos que mostram, inicialmente, os aspectos biográficos, a vida de José Lins do Rego, bem como "as

fontes de pensamento que virão a alimentar a sua ficção" (AZEVEDO, 1991, p.209); num segundo momento, aborda a sua produção ficcional, a partir do relacionamento desta produção com aquelas fontes e em que medida delas se aproximou ou se afastou; por último, analisa, no conjunto da obra, a pertinência e os limites e precariedades das classificações em torno do que seria ou não seria "regionalismo" no conjunto da obra do romancista paraibano.

Ao longo do texto, podemos acompanhar José Lins do Rego morando em várias cidades e estados: Pilar, Itabaiana, Paraíba (atual João Pessoa), Manhuaçu (Minas Gerais), Maceió, onde escreve seus primeiros romances, e, por último, Rio de Janeiro. Neroaldo reconhece a importância da matriz regional na ficção de José Lins do Rego. Mas condena a recepção – a seu ver equivocada, exagerada – que lê o romancista de Pilar como um mero "produto de Gilberto Freyre", como sugere um certo artigo publicado na imprensa pernambucana, em 1978, cujo título e autor deixa de indicar. Analisando o conjunto dos romances, Neroaldo percebe um crescente distanciamento em relação àquela matriz, expresso na substituição da memória e do subjetivismo por uma observação mais acurada, por uma visão mais tensa e dramática das relações do mundo onde circulam os personagens. Esse "movimento crescente" que, no limite, significa o abandono da visão idílica freyriana, estaria cristalizado no romance *Fogo morto*, de 1943:

> É preciso assinalar o movimento crescente na obra de José Lins do Rego. É a vitória do escritor sobre o homem. Da observação sobre a memória. Do nós sobre o eu. Dos personagens sobre o autor. À medida que os personagens do mundo que ele recria vão adquirindo vez, eles passam a dominar o mundo narrado, fazendo avançar a narrativa, levando o escritor do memorialismo, filtrado pelo eu, ao grande painel de uma ordem social marcada por contradições, tendendo inexoravelmente a desaparecer (AZEVEDO, 1991, p. 223).

Outro trabalho crítico importante é o de Moema Selma D'Andrea, de 1987, intitulado *A tradição re (des) coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*, publicado em 1992. Mesmo reconhecendo o aspecto moderno da linguagem *freyriana*, a sua oralidade e plasticidade, a autora reafirma, desde o início de sua interpretação, as "matizes ideológicas evidentemente conservadoras" (p.11) desse ideário. Em essência, a sua leitura parece retomar a crítica feita por Carlos Guilherme Mota nos anos setenta. Destaca os aspectos ideológicos desmobilizantes e mitificantes veiculados pela sociologia cultural de Gilberto e que lhes parecem encerrar um discurso missionário de defesa da região caracterizado, além do conservadorismo, pelo ressentimento em relação à primazia cultural do modernismo sulista e pelo viés etnocêntrico, expresso no tom de pernambucanidade que surpreende nesse discurso. Sua marca distintiva seria o estar preso a uma ambiguidade crucial entre a experiência da modernidade e o apego ao passado e às tradições, inclusive pelo reforço de mitos edênicos, como o da "boa terra", o do Eldorado, que remontam à carta de Pero Vaz de Caminha. Seria, enfim, uma "metáfora do açúcar", de cunho paternalista, visando apaziguar conflitos e encobrir a existência da diversidade regional.

Em 1998, temos *Era uma vez o nordeste (ficção e representação regional)*, de José Edílson de Amorim que põe em relevo a constante reelaboração da literatura de temática regionalista. Trata-se de uma leitura de dois romances – *Sargento Getúlio*, de João Ubaldo Ribeiro, e *Essa terra*, de Antonio Torres – lançados na década de setenta que, segundo Edílson, representariam uma renovação do regionalismo.

Neste ensaio – que, pela plasticidade e beleza da escrita, bem poderia ter sido produzido por um discípulo de Gilberto Freyre – aquele universo semântico crítico é acrescido de alguns adjetivos em nada lisonjeiros para com o ideário do intelectual pernambucano. Fica evidente o desconforto do autor em relação a essa matriz, ao ser ver, idealizada, populista, oligárquica, astuciosa e pretensiosa, em face de uma realidade de carências materiais profundas. Portanto, é uma matriz a ser abordada, quando muito, como fato histórico e cultural, uma espécie de mal necessário, pecado original a ser evitado, que não se deve repetir, que deve ser abandonado, sob pena de perpetuação da

visão mítica que apenas encobre uma situação secular caracterizada pela desigualdade e autoritarismo extremos.

> O exemplo que nos querem dar de um Nordeste grande não nos serve; foi o modelo patriarcal, fechado e autoritário do passado que nos legou este presente, por isto não vale mais reinventar, lírica e saudosamente como quis Gilberto Freyre, a sua experiência de fato violenta e desastrosa (AMORIM, 1998, p.210-211).

A própria "justificativa" do regionalismo como resposta cultural a uma situação de decadência econômica, lhe parece falha, pelo fato de não acreditar em situações duais de atraso em uma região e desenvolvimento em outra: ambas fariam parte do mesmo modelo perverso e marginalizante. No nosso entender, é muito lúcida essa percepção, parecendo-nos, inclusive, sinalizar certa negação das percepções dos movimentos culturais – modernismo e regionalismo – como sendo expressões culturais de espaços separados pelo desnível econômico, posto que se trata , nessa visão, de um único lugar, assinalado pela precariedade das interações.

Em relação a José Lins do Rego, Edílson percebe, tal qual Neroaldo Pontes, o mesmo e crescente movimento de afastamento em relação à visão "idealizada" dos primeiros romances, o que lhe parece representar um claro sinal de maturidade e adensamento: "E o que era a busca de um tempo perdido, a recuperação de um passado mítico, sua reinvenção edênica, agora somente se revela como impossibilidade. De *Menino de engenho* a *Fogo morto* a distância é enorme" (AMORIM, 1998, p.249).

Definitivamente, temos aí três reflexões sérias, profundas. Neroaldo Pontes, Moema Selma, Edílson Amorim têm razão na crítica que fazem e quanto aos aspectos que enfatizam no regionalismo de Gilberto Freyre, muitos deles, inclusive, já incorporados às páginas deste estudo. Apenas relutamos em aceitá-los de maneira absoluta.

Com efeito, há em Gilberto Freyre uma abordagem que, se, de um lado, privilegia e destaca o passado, até mitificando-o, de outro

parece não abominar por completo o novo. Inscreve-se mesmo num processo de mudanças em que o autor, intelectual engajado, se deixa estar como parte interessada, marcado por sua posição aristocrática, mesmo quando circundada por um discurso populista. Todo o seu regionalismo, na forma e no conteúdo, aborda um processo civilizatório marcado pelo movimento dos padrões culturais e dos costumes que circulam entre a casa-grande e a senzala e, em sua versão urbana, entre o sobrado e o mucambo.

A crítica poderia ser enriquecida, menos intolerante, caso incorporasse as obras dos anos 1930. Ainda que possamos aí encontrar os mesmos temas e percepções dos textos dos anos vinte, como já mencionado, nada impede que possamos, também, perceber mudanças na forma como são tratados. É assim que, por exemplo, o escravo doméstico cede espaço para o escravo do eito em *Nordeste*, o que leva a uma visão mais densa, menos lírica, em torno da escravidão, da monocultura e do patriarcalismo das casas-grandes. Neste texto, Gilberto Freyre chega a referir-se a esse modelo de sociedade através de adjetivos nada idílicos ou açucarados: seria uma civilização artificial (p.134), degradada (p.162), patológica (p.177), etc. Sirva também de exemplo desse deslizamento a crítica severa que faz aos efeitos destrutivos desse modelo de sociedade em relação ao meio ambiente. *Casa-grande & senzala* está repleto de passagens que descrevem, não o paraíso racial identificado pelos críticos, mas um inferno de sadismo, com dentes quebrados e senhores mandando matar os próprios filhos, sífilis, etc. Em *Sobrados e mucambos*, a visão machista, expressa nas sugestões bibliográficas que faz nos textos de propaganda regionalista, dá lugar a sugestões temáticas que conferem novos significados à presença feminina quando transposta para o sobrado urbano, ainda que tolhida pelos limites de uma sociedade ainda patriarcal: permanece na cozinha, junto às mucamas e negras cozinheiras. Mas lê romances e vai ao teatro.

Aliás, esse caráter ambíguo, plástico, é essencial para se entender Gilberto Freyre. Sua concepção de sociedade seria marcada pela transformação e pela continuidade. Sua escrita instável, suas imprecisões conceituais e o seu caráter inconclusivo, parecem querer conferir ao seu texto o mesmo perfil excessivo, caótico e instável que caracteriza

a sociabilidade da casa-grande. É o que percebe Ricardo Benzaquen de Araújo, no bonito estudo que faz sobre a produção *freyriana* da década de 1930:

> O tom de conversa, de bate-papo que ela propicia, parece facilitar sobremaneira que ele arme um raciocínio francamente paradoxal, fazendo com que a cada avaliação positiva possa se suceder uma crítica e vice-versa, em um ziguezague que acaba por dar um caráter antinômico à sua argumentação (ARAÚJO, 1994, p. 208).

Tudo que fizemos até aqui foi preparar as condições para a interseção, buscando esclarecer o contexto, apresentar os temas e textos e matrizes, as afinidades eletivas: aplainar, enfim, o terreno onde fincar o diálogo que, efetivamente, agora poderá iniciar-se de forma consistente, situado que foi, preparado que está.

Indaguemos, pois, as cartas; perscrutemos os romances; façamos falar, agora de forma mais intensa, José Lins do Rego, o grande interlocutor até aqui meio oculto, meio sumido diante da necessidade que sentimos de apresentar a formulação original de Gilberto Freyre.

Capítulo III

O pacto epistolar

A escrita de cartas situa-se na confluência do pessoal com o coletivo. Exercício cultural marcado por intenções subjetivas, implica a existência de códigos e padrões comuns, inteligíveis, bem como a interlocução entre quem escreve e quem lê e guarda o documento. É, também, um meio privilegiado para a formação de uma rede de interações por onde circulam afetos, projetos e ideias pessoais e/ou coletivos. Escrever cartas é desnudar-se, entregar-se numa relação de cumplicidade, em busca de diálogo.[11]

As cartas aqui interpeladas claramente traduzem e expressam essa ideia de pacto. Lê-las é penetrar e descobrir – conduzido, muitas vezes, pela emoção – a riqueza de sentimentos que atravessa uma das mais sólidas e profícuas amizades que ainda marcou o universo intelectual brasileiro no século XX. São textos acentuadamente compostos pela percepção emotiva dos missivistas, que se reconheciam como interdependentes e desejavam expressar esse reconhecimento, fazendo-o com alegria, sentindo-se solidários na empreitada. Há, sim, uma configuração sociológica, que se desnuda por meio de informações que remetem à literatura e a situações políticas concretas. Mas não é isso que determina-lhes o conteúdo. Este é afetivo, sincero, despojado, como devem ser os documentos de caráter privado. Por instantes esquecemos a presença de dois intelectuais, escritores, homens de ideias e livros, para surpreendê-los em sua dimensão humana, comezinha, vivenciando problemas cotidianos e, ainda, em seus defeitos e virtudes de homens comuns, ora preocupados com livros e grandes

---

11 A ideia de "pacto epistolar" nos é sugerida por Ângela de Castro Gomes, e consiste, resumidamente, em "receber, ler, responder e guardar cartas" (GOMES, 2004, p.19).

projetos, ora preocupados com fofocas, dívidas e dinheiro por receber. É perfeitamente possível, assim nos parece, fazer o acompanhamento da vida dos escritores, lendo-se essa correspondência. Os mais de duzentos documentos lidos e transcritos trazem uma multiplicidade de temas que vão da situação política nacional ao crescimento dos filhos, passando por problemas domésticos, questões financeiras, saúde, pesquisas em andamento, etc.

A correspondência entre José Lins do Rego e Gilberto Freyre atravessa um período de 32 anos, sendo a primeira carta por nós localizada datada de 17 de janeiro de 1924 e, a última, de 14 de dezembro de 1956, ambas escritas por Gilberto. Entretanto, há um depoimento de José Lins localizando esse início em 1925, quando o paraibano encontra-se residindo em Manhuaçu, no interior de Minas, exercendo as funções de promotor público. Acreditamos tratar-se de um equívoco do nosso romancista.

Dos 238 documentos examinados, 70 foram escritos no período entre 1924-1934; de 1935 a 1944 encontramos uma maior intensidade na troca de cartas: foram 83. Nos anos seguintes, verifica-se um visível espaçamento entre uma carta e outra.

Esse levantamento da periodicidade da correspondência foi bastante prejudicado pela impossibilidade de detectar, em 77 cartas, a data em que foram escritas. Em muitos casos, principalmente em relação a José Lins do Rego, o missivista simplesmente não teve essa preocupação; em outros momentos, as frágeis condições em que se encontram alguns destes documentos – muitos escritos há mais de setenta e cinco anos – impediram essa identificação. Muitos estão apagados pelo tempo; alguns borrados, riscados que foram pelos próprios emitentes; há cartas totalmente ilegíveis, hostis aos olhos.

Aspecto interessante deste epistolário são os timbres. Aparecem os mais variados, em muitos momentos informando o local onde a carta foi escrita: navio, sede de Embaixada, quarto de hotel, redações de jornais, etc. Encontram-se folhas com timbres de hotéis nacionais e estrangeiros, como o *Avenida Palace Hotel*, em Lisboa, ou o *Grande Hotel*, em Belo Horizonte; aparecem as marcas do *Diário de Pernambuco* e do Gabinete do Governador do Estado de Pernambuco , durante o segundo governo Estácio Coimbra (1926-1930), quando Gilberto

Freyre aí trabalhava; de universidades estrangeiras, como a Stanford University, na Califórnia, Estados Unidos, etc.

Em inúmeras cartas, José Lins do Rego serve-se de papéis com a logomarca da Livraria José Olympio Editora, do seu grande amigo e editor José Olympio. Há, também, o timbre do Gabinete do diretor do Jornal *A União*, na Paraíba; da Aerogramma Via Panair. Pelo menos duas cartas foram escritas em papéis onde aparece a logomarca da Confederação Brasileira de Desportos, o que expressa um lado muito forte e conhecido da biografia do romancista, a sua ligação com a alta cúpula do futebol brasileiro, esporte que foi a sua grande paixão, principalmente quando em campo estava o Clube de Regatas do Flamengo.

Mais importante é, no entanto, que busquemos entender a correspondência entre ambos como momento fulcral para a consolidação da amizade e para o registro, o amadurecimento e a comunicação de planos e projetos mútuos. Não se percebem diferenças entre as cartas dos autores anônimos que eram, nos anos 1920, e aquelas escritas nas décadas seguintes, quando já consagrados pela boa recepção da crítica às primeiras publicações de ambos. O tom, sempre afetuoso; o tratamento, homogêneo. Os temas abordados ampliam-se: com a fama, intensificam-se os convites para conferências e palestras, inclusive em outros países, como Portugal, Uruguai, Argentina, etc; amplia-se, ainda, a atuação editorial, expressa na frequência com que passam a publicar artigos na imprensa; aparece o diálogo, nem sempre pacífico, com os críticos, com outros autores. Toda essa atividade encontra-se sobejamente registrada nas cartas.

Em momentos distintos de suas vidas, os amigos pensaram em tornar pública a correspondência. José Lins do Rego, em 18 de dezembro de 1941, concedeu entrevista ao jornalista Francisco de Assis Barbosa, publicada com o sugestivo título de *Foi a velha Totônia quem me ensinou a contar histórias*, onde, ao falar da amizade com o intelectual pernambucano, refere-se a troca de cartas, àquela altura já intensa, e de seu desejo de revelá-las : “Guardo comigo todas as cartas do meu amigo, e um dia hei de publicá-las.” Mas não chegou a fazê-lo. Três dias após a sua morte, ocorrida em 12 de setembro de 1957, Gilberto Freyre, em comovente artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, deixa no ar a possibilidade de vir a publicar as “muitas cartas” do amigo agora

morto: “É documentação que talvez revele um dia em estudo sobre o escritor brasileiro da minha época que mais intensamente admirei”. Cumpriria parcialmente a promessa cinco anos depois, revelando, e comentando, trechos dessas cartas no ensaio *Recordando José Lins do Rego*, publicado no livro *Vida, forma e cor*.

FOTO 5 - Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo em passeio pelo Rio Capibaribe. Década de 1940

FONTE: Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife –PE

Portanto, a documentação que iremos agora apresentar, é, em grande parte, inédita, o que torna a nossa tarefa ainda mais estimulante. Temos clara a percepção de estarmos diante de textos que, caso bem explorados, de forma criteriosa, e, sobretudo, respeitosa para com a memória dos seus autores, podem contribuir grandemente para um melhor conhecimento de suas vidas e suas concepções de mundo, sobre literatura, etc. Sempre que possível, ou necessário, tentaremos revelá-las, as cartas, numa sequência muito pouco linear ou cronológica, tolhidos que estamos pelas dificuldades acima já assinaladas.

A mudança tipográfica na transcrição das cartas move-se pela intenção de diferenciar os seus trechos, em grande parte inéditos, das citações de livros e ensaios aqui feitas, expressando, ainda, o desejo de reproduzir, minimamente, o aspecto manuscrito característico desse tipo de documento. Procuramos preservar a ortografia observada pelos escritores. Para evitarmos excessivas repetições dos nomes dos missivistas, colocamos, quando necessário, ao lado de cada trecho, apenas as iniciais JLR ou GF, acompanhadas, sempre que possível, da data em que foi escrita a carta em questão.

FOTO 6 – José Lins do Rego, dama desconhecida e Gilberto Freyre

FONTE: Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife – PE

Confissões

Assim, em 25 de junho de 1924, José Lins do Rego escreve para o amigo comunicando-lhe o início de uma nova e, ao que tudo indica, sólida relação sentimental. No pequeno trecho que se segue, a referência às origens aristocráticas da jovem em questão parece sinalizar um dado sociológico importante no momento de escolher uma companheira capaz de levar para dentro do lar e da nova família, a serem formados por um possível casamento, as mesmas origens patriarcais e senhoriais do futuro marido:

> *Acabei com este meu ridículo casamento do Recife. Aqui na Parahyba encontrei uma criatura interessante. E, sobretudo, da melhor família da terra. Família rural dos começos da Parahyba. É uma filha do Senador Massa, homem bom para sogro.*

Quase dois meses depois, em 13 de agosto de 1924, Gilberto Freyre escreve ao amigo:

> *Várias vezes surprehendi em você, desde os nossos primeiros contatos, reações muito vivas a prazeres estheticos: raros tenho encontrado duma plasticidade a esses prazeres iguais a sua. E você vae revelando o senso das belezzas espirituaes, pela via esthetica. Sinto em você influências minhas, não por macaqueação mas por plastização, conservando você certo sabor selvagem de temperamento. Admirando-o e amando-o admiro e amo um tanto a mim mesmo, pelo que encontro em você de mim. Eu não o esquecerei, meu caro, pois o contato com a sua desorientada juventude*

veio em dias muito ruins para mim: de muito amargor. Alguns artigos meus, tenho escrito pensando em você e em raros como você e inteiramente esquecido desse grosso publico que entretanto precisa de quem o salve da absoluta estupidez.

Passados alguns dias, José Lins do Rego volta ao tema e escreve ao amigo para comunicar-lhe a data do seu casamento, a se realizar em 21 de setembro de 1924. Desprendido, cheio de gratidão confessa, ainda, as emoções provocadas pela leitura da última carta recebida:

Quase não respondo a sua carta. Vivi d'ella uma porção de dias. Era o que comia e lia espiritualmente. (...) Você, meu querido Gilberto, tem feito de mim gente. Por você, eu tive a grande vitória sobre eu próprio.

Apenas penetramos as primeiras cartas e já podemos sentir, pelos exemplos, o tom de cumplicidade que as circunda e informa, o afeto em cada linha, as influências mútuas, as afinidades eletivas que vêm à tona. Pelo tom, parece que estamos a surpreender toda uma atmosfera existencial vivenciada por dois jovens candidatos ao honroso título de escritor e que, no entanto, sentem-se inseguros quanto às próprias possibilidades de êxito. É essa a impressão sugerida pela leitura de uma carta onde o missivista, fazendo referência a artigo que escrevera sobre um certo "José de Almeida", também amigo, também paraibano e igualmente candidato a escritor, afirma:

O meu artigo sobre o José de Almeida saiu. Não sei da opinião dos homens da terra. Quero a sua. José de Almeida gostou. Tenho eu um grande descrédito pelo que escrevo. Acredite que estou sendo sincero. Sempre que me leio

acho que podia fazer melhor. O pior é que este melhor nunca consigo (JLR, 15/07/1924).

Na carta de 13 de agosto, já citada, encontramos a opinião de Gilberto sobre o referido artigo. Mais do que uma resposta, parece querer transmitir confiança ao amigo, valorizando-lhe as qualidades e o potencial de homem de letras:

Li (e foi um grande gozo a leitura!) o seu artigo sobre o livro do José de Almeida. Da bem a idéa de sua situação: da transição que V. vae atravessando, sem prejuizo das forças do seu temperamento. (...) E você vae revelando possuir esse difficil sentido do pitoresco e mais que elle: o da belleza.

O artigo de José Lins do Rego, escrito naquele julho de 1924, interpela um livro – *A bagaceira* – que, publicado quatro anos depois, será consagrado pela crítica como iniciador do moderno romance nordestino. No momento da troca de cartas, no entanto, José Américo de Almeida e a sua obra representam apenas uma construção em andamento e pouco mais que um título bonito de romance: ***"Estou ansioso pela Bagaceira. Que título feliz! Um título assim dá sabor a um livro" (GF, 14/06/1924).***

São muitas as impressões sobre livros e autores, nacionais ou estrangeiros. Nada surpreendente, tendo-se em mente os interesses literários dos correspondentes. Neste sentido, são de grande relevo aqueles momentos em que abordam os seus próprios trabalhos, ou projetos, quase sempre apresentados como intenção, como possível realização em tempo futuro, ainda que próximo.

Há momentos de desânimo, de incertezas, onde se pode sentir o desespero dos dois quando postos diante da página em branco, à espera da palavra que não vem, que não quer fazer-se escrita ou, ainda, com a pesquisa que não anda, com o texto que não avança.

> *Por mais que eu regja o homem vazio subsiste em mim. É doloroso confessar estas coisas. O que me falta é força para começar: com o seu contacto eu me havia iniciado. Mas tanto tenho eu capacidade para seduzir-me pelo que vem de você, como não tenho capacidade para um isolamento, para uma prova de fecunda solidão (JLR, 09/12/1924).*

O desânimo talvez se devesse à vida monótona que leva, junto com a esposa, no interior de Minas Gerais, como promotor público, sem a menor vocação ou paciência para a vida de advogado. Distante dos amigos e das conversas sobre literatura e política, é um homem desenraizado que as cartas revelam. Esse desenraizamento aparece de forma explícita em carta de 1 de dezembro de 1925:

> *Custa-me muito caro a vida de reclusão que levo. (...) tudo áspero, uma forçada adaptação a uma vida pela qual sinto nojo, que é a vida de advogado. A cidade onde estou é profundamente estúpida e rica.*

Ainda nessa carta, José Lins do Rego demonstra estar atento à produção intelectual do amigo: *Tenho grande interesse no "Livro do Nordeste"*. Nove dias depois, a resposta de Gilberto Freyre revela a saudade e o vazio deixados pela ida do amigo para os "confins de Minas". É a sua vez de agradecer:

> *Meu caro amigo: depois do seu longo silêncio – a sua carta de 1 de dezembro foi uma grande alegria. Já quase me habituara a sua amizade como uma amizade do passado – a semelhança de*

> ***outras boas amizades que tenho tido na vida e já não tenho.***

Gilberto Freyre sente-se confuso em relação a convite recebido para assumir a chefia de redação do *Diário de Pernambuco*:

> ***Mas meu caro, eu estou muito só e sem companheiro para conversar e comigo gozar todo o ridículo e o pitoresco e a ingenuidade desta vida aqui.***

Em outra carta, de março de 1927, com José Lins do Rego já morando em Maceió, o desabafo de um homem triste e desanimado:

> ***Eu hoje já não me correspondo com quase ninguém, tenho deixado que a distância va empalidecendo muita amizade feita por este mundo afora, onde tenho deixado alguma coisa de mim – pois sou, com todo o esforço em contrário, um mutilado. Se pareço inteiro é a custa de recomposições de borracha (G.F.).***

Apesar de "mutilado", não se esquece de pedir ao amigo para realizar pesquisas que, como veremos em outras cartas, aproveitará em seus ensaios:

> ***(...) adeus, meu caro Lins, e escreva: em horas vagas veja si faz por ahi umas pesquizazinhas de história social: mas só si isto lhe for agradável e não perturbe a produção dos seus muito interessantes ensaios que peço me mandar sempre (G.F.).***

Há momentos em que, ao desânimo, soma-se o desprezo pela própria produção:

> *Parece que vai ser publicada em bôa forma, com certo esmero, a tradução dos meus trabalhos no Livro do Nordeste. Trabalhos de que já gostei – hoje os acho muito sem sal e até safadinhos (G.F., 13/01/1927, grifo nosso).*
>
> *Sempre que vou ler um artigo velho tenho a impressão de coisa comida de bicho, com coisas boas, deliciosamente boas, mas muita coisa estragada. (...) Vejo que não sei porque extranho interesse em mim mesmo, muito escrevi. Talvez por mera e boba vaidade (G.F., 27/06/1927).*

No longo capítulo dos livros, os trechos dedicados à produção "doméstica" são responsáveis por alguns dos momentos mais impactantes da troca de cartas. Permitem sentir, por exemplo, as angústias da criação; conferem, ainda, um ângulo diferente à compreensão do conceito de sistema literário, materializado sob a forma de confissões, no exato instante em que autores e textos acontecem e dialogam. A frase que abrirá *Casa-grande & senzala*, clara alusão aos efeitos das mudanças políticas que obrigaram o seu autor ao exílio , em outubro de 1930, aparece aqui em sua dimensão existencial, humana. A "aventura do exílio", pois é disso que se trata, Gilberto Freyre quer dividi-la com José Lins do Rego. Escrevendo de um quarto de hotel, em Lisboa, pede ao amigo comum, Olívio Montenegro, a quem confiara a entrega da carta, que não a mostre a ninguém que não seja, claro, o destinatário. O conteúdo é melancólico, marcado pela saudade:

> *Meu querido Lins: ninguém mais vivo nas minhas saudades do que você em quem estou sempre a pensar. Espero*

que tudo já lhe esteja correndo bem – o melhor possível. Creio aliás que a você as cousas não chegaram com a violência do Recife" (G.F., 17/12/1930).

Iniciada a carta, feitas as felicitações costumeiras, passa a apresentar as condições sob as quais se encontra no seu exílio europeu. É a tristeza individual marcada pelos reveses das lutas coletivas. Por trás do aspecto subjetivo, do tom confessional, íntimo, podemos sentir a força bruta das lutas políticas, dos conflitos humanos quando desdobrados em dor, desterro, separação e exílio:

Aqui estou como um emigrado qualquer – num exílio com todas as suas características de frio, difficuldade de dinheiro, incertesas. Em Lisboa não faz o frio dos paízes do Norte – mas para mim é peior porque é humida, o que é ruim para os nervos. E meus nervos eu estou admirado de os estar contendo tanto e às vezes penso que já não posso mais. Tenho soffrido de insônia e quando durmo é para sonhar um sonho por cima do outro; sonhos cheios de gente, conhecida e desconhecida, tudo sem nexo. Mas vou atravessando tudo o melhor que posso. Si vem de Deus isso, que se faça a sua vontade, embora às vezes eu me sinta como um personagem collocado por engano do autor – ou de revisão? – num romance sentimental a que não pertence (G.F., 17/12/1930).

Apesar das condições desfavoráveis, encontra tempo para pesquisar, "vendo ruas velhas e nas bibliotecas". É nesse ambiente que amadurece a ideia do livro. José Lins do Rego, à distância, acompanha

o sofrimento do amigo. É, por sinal, uma das poucas pessoas a conhecerem seu segredo e o projeto do tal livro.[12] A carta de 7 de junho de 1932, escrita em Recife, quando já findara o exílio, nos permite conhecer um pouco mais do ambiente físico em que foi redigida a maior parte daquela que seria a obra mais importante de sua vasta e intermitente produção livresca.

> *Meu querido Lins: Olívio veio hoje me ver aqui nesta velha casa sua conhecida, do Encanamento, onde estou sozinho, com um bocado de livros e uns cacos de louça (ilegível) e de móveis. Daqui quase não saio. Estou mais izolado do que nunca – sem ler jornaes nem acompanhar as novidades. Só faço ler e trabalhar no meu livro – o que não é pouco.*

Não demora e logo aparece a obsessão pela casa antiga, como a sugerir uma interferência do próprio ambiente físico, e das memórias ali guardadas, das vidas que ali foram vividas, no conteúdo do livro que está a escrever.

> *Os dias me teem corrido magníficos nessa solidão e nessa tranqüilidade,*

12 Sobre a condição de emigrado em Lisboa, 1931, e o segredo, veja-se este depoimento: "Por mais de um ano, após a vitória dos políticos – uns autênticos homens de bem, outros velhacos fantasiados de catões – que em outubro de 1930 empolgaram o poder no Brasil, estabelecendo um novo tipo de governo, fui obrigado a conservar-me aventurosamente no estrangeiro. [...] Veio-me então a idéia de escrever um trabalho que abrisse novas perspectivas à compreensão e à interpretação do Homem através de uma análise do passado e do **ethos** da gente brasileira [...] mas conservando o meu plano em segredo quase absoluto. Tanto que, no Brasil, apenas o comunicara a Teodoro Sampaio – com quem me correspondera sobre o assunto, depois de ter conhecido pessoalmente tão ilustre mestre – a Manuel Bandeira, poeta, a **José Lins do Rego** (grifo meu) e a José Maria Carneiro de Albuquerque" (FREYRE, 1968, p.126-127).

> ***mas de noite sinto uma certa tristeza – que atribuo mais a certas memórias de que está impregnada esta casa, onde já tanto tenho vivido. Manoel Sant´anna, aquelle negro de engenho, preto retinto, do tempo de Zé Pedro, diz que deram para apparecer aqui uns mal assombrados. Era o encanto que faltava a esta casa.***

Este trecho bem poderia constar do livro, sem nenhum prejuízo de sua coerência temática. O amigo José Lins do Rego, a quem se destina a carta, não poderia, claro, estar ausente da empreitada, como colaborador. Aliás, essa colaboração é vivamente cobrada no final da correspondência. No entanto, fica aqui dúvida sobre o real conteúdo dessa colaboração: que “notas” serão essas? Estaria Gilberto Freyre referindo-se ao ensaio que José Lins do Rego escrevera a seu respeito?

> ***Você vindo ao Recife pode passar uns dias comigo aqui. Minhas notas? Não seja safado: mande as notas. Você não prometeu? Si queria fazer safadeza por que prometeu?***

Depois da publicação de *Casa-grande & senzala*, o romancista José Lins do Rego, que estreara um ano antes, 1932, com *Menino de engenho*, apressa-se em contar ao amigo o que achou do livro, chegando, inclusive, a sugerir-lhe um acréscimo:

> ***Logo no dia em que vocês saíram recebi o seu livro. E com ele me curei das saudades suas. (...) Não sei falar de seu livro porque até hoje não li coisa melhor, nem parecida. Esta é que é a verdade. Lastimo que no Brasil não exista ambiente para elle. Havia uma história***

sobre índio que me contavam eu criança que talvez lhe servisse para o segundo capítulo (J.L.R, 1933).

E passa a contar a história de um índio que desejou furar o céu com uma lança.

Em 29 de novembro de 1938, Gilberto Freyre demonstra estar preocupado com a prolixidade da produção literária do amigo, que, àquela altura já publicara sete romances e parecia dar sinais de esgotamento, latentes na repetição de temas e personagens.

Já lhe devo ter dado minha impressão de Pedra bonita que acho bom, mas não dos seus romances mais fortes – acima de Moleque Ricardo, por certo, mas não no nível de Bangüê – para falar no mais romance dos outros. Si eu fosse V. não me deixaria levar por essa história de fecundidade e me concentraria para a produção mais demorada de um romance onde não houvesse repetição.

Mas o seu amigo, sempre tão receptivo, desta vez não segue o conselho e avisa:

Eu nada tenho feito. Mas preciso não seguir o seu conselho e fazer um novo romance. É preciso aproveitar o resto de mocidade (J.L.R.).

Assim, em 1943, é com orgulho que José Lins do Rego comunica a conclusão de um livro. Parece ter a clara percepção de haver produzido uma obra-prima e não apenas mais um romance. Chegamos aqui, no meu entender, a um dos pontos altos desse diálogo através de cartas. Temos a sensação de que, pela negação, José Lins do Rego parece ter afirmado a sugestão do "mestre de Apipucos", acima transcrita,

realizando-a plenamente. O novo livro, com efeito, vem assinalar certa ruptura com o viés narrativo até então adotado nos textos sobre o mundo dos engenhos. O olhar do narrador, no novo romance, tornara-se menos telúrico ou idealizador; ficara mais denso, dramático, expurgado dos excessos edulcorados do primeiro livro. Eis, enfim, a obra da maturidade, saída da escrita de um homem que, há não muito tempo, confessara ser um homem vazio, incapacitado de realizar qualquer coisa que fosse minimamente séria:

> *Ontem acabei o meu novo romance. Nada lhe posso dizer. Fiz de herói do livro um (trecho ilegível) de engenho, o Capitão Vitorino Carneiro da Cunha, vulgo Papa Rabo. Não sei se consegui vencer as dificuldades mas procurei dar ao meu velho Papa Rabo, um relevo de Quixote dos canaviais. É um tipo que diz tudo o que sente e que de nada tem medo. Tudo se passa no Engenho de Seu Lula, aquele (trecho ilegível) de que falo em "Bangüê" e "Menino de Engenho". O livro se chama "Fogo morto". A sugestão do engenho parado me deu o título.*

Livros, livros. Sempre presentes, comentados, inclusive os alheios, ainda em elaboração: *O Sérgio está escrevendo um livro sobre o Brasil que parece ser bem interessante (JLR, 1936).* Gilberto Freyre afirma querer publicar o tal livro, que não é outro senão *Raízes do Brasil*, como primeiro volume de uma coleção, chamada *Documentos Brasileiros*, sob sua direção, *por ser um estudo intenso, sério e profundo sobre um assunto*.

Em vários momentos é possível encontrar temas e assuntos claramente sugeridos pelas origens sociais e familiares de ambos. Assim, a figura do avô ou do velho tio desaparecido ou, ainda, a perspectiva de tornar-se, por herança, um senhor de engenho, antecipam a matéria

dos romances e ensaios de interpretação sociológica que ainda escreverão. As cartas, portanto, também revelam os estímulos reais da criação literária, aqueles momentos e situações que pedem o registro e a escrita.

Vejamos alguns exemplos. Em carta escrita no dia 29 de maio de 1924, podemos ler uma interessante reminiscência onde quem recorda e escreve parece conduzido pela vontade de contar o que viveu ou, mais precisamente, deixou de viver, apresentando um personagem real que, mesmo ausente – talvez por isso mesmo – carrega um incrível potencial como tema literário.

> *Bôa figura de senhor de engenho deve ter sido aquelle seu avô. Eu não sei qual é o gosto de ter um avô: o materno já era morto quando eu nasci e o paterno morreu quando eu era muito pequeno. O último morreu senhor de engenho. Só tenho recordações da minha avó materna. Tinha 8 ou 9 anos quando ella morreu e chorei muito. Gostava muito della (GF).*

Inevitável aqui a lembrança do romance *Bangüê*, escrito dez anos depois onde, também através de uma carta, vemos aparecer o personagem Mário Santos sugerindo ao narrador, Carlos de Melo, o aproveitamento literário da figura do senhor de engenho: "O assunto é o mais sugestivo" (REGO, 1993, p.23); não esquecer, também, a motivação inicial da dissertação de mestrado de 1922, discutida no capítulo anterior. A presença dos avós, ou de outros parentes mais velhos, principalmente do patriarca dos engenhos, é valorizada em muitos outros momentos:

> *Cuidado com a tendência para glorificar a mocidade e escrever a palavra com m grande. (...) Um mundo sem avós, como uma casa ou uma família*

onde não há avós, é um mundo incompleto (GF, 02/08/1931).

Em outro instante significativo dessa valorização da idade provecta, encontra-se um lamento pela perda de um parente querido, um tio que morreu velho, onde claramente se anunciam a atmosfera de decadência e o clima nostálgico que marcarão os romances do escritor que ,em 1925, se apresentava como uma promessa:

> ***Tenho passado dias bem tristes com a morte do meu tio Henrique. Com ele morre o melhor de minha família, o único que podia continuar o meu avô. Deixa-me uma grande saudade. Você quando o viu já estava ele acabado (J.L.R, 24/06/1925).***

Antes de escrever sobre engenhos, José Lins do Rego viveu a expectativa de tornar-se um respeitável proprietário: ***O inventário do meu avô que será no dia 28 decidirá sobre todos os meus negócios (08/1924)***, ou, em 30 de setembro de 1924, quando, escrevendo da Villa da Cruz do Espírito Santo, anuncia: ***Estou preparando-me para tomar conta do Engenho. Para o ano serei finalmente 'senhor de engenho'***. Em janeiro de 1925, podemos surpreendê-lo indignado com o preço de uma propriedade que pretende adquirir no município de "Areias". Escreve então ao amigo propondo-lhe uma sociedade que venha a viabilizar a aquisição do sítio:

> ***Meu caro Gilberto: anda por aqui o Olívio que me deu notícias suas. (...) Muito me seria agradável a sua companhia para o sítio de 'Areias'. A sua companhia e a sua sociedade.***

Depois, revela-se um comprador duro na queda, regateador, daqueles que realçam os defeitos do bem – no caso, terras – para adquiri-lo por um preço mais convidativo:

> *O pior é que o Horácio de Almeida insiste em não vender o sítio por menos de cento e cincuenta contos. Além de ser um alto preço, acima do valor das terras, a praga já invadiu os cafezais. Entretanto, até cento e vinte contos eu dou.*

Esta não é a única proposta de sociedade que encontramos nas cartas. Outras aparecem bem mais expressivas quando vistas sob o ângulo da parceria intelectual. São constantes os convites para que um colabore na pesquisa do outro, para que participe da redação de um ensaio, que opine sobre o livro que está sendo lido, ou escrito, pelo amigo, que compareça com o empréstimo de uma obra rara, que ajude na busca de uma fotografia antiga, etc.

> *Você costuma ter relações com o Príncipe filho de D. Luís, por intermédio daquele (ilegível). Pois veja si me obtem do fruto de D. Luís cópias de manifestos, cartas e (ilegível) que provem o interesse dele pela questão social no Brasil, seu interesse e sua visão da questão operária, etc; inclusive correspondência com Oliveira Lima, Euclides, etc. Isto para Ordem e Progresso (G.F. 22/09/1947).*

Há uma carta, cuja data não nos foi possível identificar, que revela de maneira lapidar essa presença mútua nas pesquisas. Infelizmente, os muitos trechos ilegíveis do documento não permitem um aproveitamento mais substancial do seu conteúdo. Mesmo assim, acreditamos

ser interessante transcrevê-la naqueles trechos onde ficam mais evidentes as intenções de comunicar os passos de uma viagem de pesquisa que o emissor vinha de realizar. São fragmentos que não estariam deslocados – pelo contrário – se aparecessem no diário de campo de um etnólogo:

> *Fui domingo a Porto Calvo. Uma viagem deliciosa (trecho ilegível) debaixo dos coqueiros e atravessando uma zona muito habitada até Porto de Pedras. De lá a Porto Calvo a estrada atravessa uma região de barrancos e de vales de alagadiços. Porto Calvo fica num alto dominando a confluência de quatro rios perenes. Existe lá, dos tempos coloniais, a Igreja que tem a data de 1610. A cadeia é um prédio muito bonito, de linhas simples e desmentindo os calabouços que dizem ser todas as prisões do interior. As salas do presídio são amplas e bem iluminadas. Fui ao archivo do escrivão José Bonifácio. Do ano de 1850 para cá esta em relativa ordem. O que é mais antigo está uma verdadeira lama, tudo misturado em tulhas de papéis ruídos e apodrecidos. Sobre vendas e (ilegível) de negros há muita coisa. Mandei pedir para os meus parentes a tal carta. Procure (ilegível) que elle tem o livro de notas do meu tataravô, o velho José Lins Cavalcante de Albuquerque (J.L.R).*

No final dessa carta aparece uma referência ao livro *Casa-grande & senzala*, o que permite que possamos imaginá-la escrita ainda na

década de trinta. Provavelmente, José Lins do Rego estivesse atendendo a um pedido que Gilberto Freyre, este pesquisador obsessivo, lhe fizera em carta de 18 de janeiro de 1934, a primeira, aliás, escrita depois da publicação da referida obra: *Veja que informações me dá – informações exatas – sobre o Tabuleiro dos Pretos.*

Na carta seguinte, de 27 de janeiro, ficamos sabendo que José Lins do Rego, desta vez, foi bastante prestativo no atendimento. Mas Gilberto Freyre quer mais:

> *Meu querido Lins: recebi suas duas cartas e as informações sobre o Tabuleiro dos Negros. Antes que me esqueça: qual é aquelle nome pitoresco que os negros dão aos brancos no interior de Alagoas? Não se esqueça de me mandar dizer. Outra coisa: V. tem os annaes do Congresso agrícola de 1878 – do Sul ou do Norte? E veja si obtem a carta.*

Agradecido, Gilberto Freyre coloca sua biblioteca à disposição de José Lins do Rego, para que possa auxiliá-lo em suas pesquisas para o livro que pretendia escrever sobre José Gomes, o grande bandido dos canaviais, conhecido pela alcunha de "O Cabeleira". José Lins do Rego não chegou a concretizar esse projeto, assim como não publicou o estudo – uma biografia – que efetivamente chegou a escrever sobre o amigo. As cartas deixam claro que, neste caso, foi o próprio Gilberto Freyre quem sugeriu a não publicação: pareceu-lhe apologético demais, além de não expressar a verdadeira vocação do amigo, que seria a de romancista.

> *Uma coisa que tenho para lhe dizer é que por aqui começa a se saber da sua biographia adiantando-se até que V. está a publicá-la. Por favor não faça isso, eu lhe peço (G.F./22/09/1930).*

A grande proposta de parceria revelada pelas cartas nos mostra Gilberto Freyre simplesmente convidando o amigo para dividir com ele a tarefa de redação do terceiro volume da série que estava escrevendo sobre a formação da sociedade brasileira, iniciada com o livro de 1933. É uma revelação importante. Gilberto Freyre, doente, escreve *Sobrados e mucambos*, o segundo volume da série. Em 5 de novembro de 1934, queixa-se ao autor e amigo paraibano:

> *Eu continuo com algum olho mau em cima de mim. Depois da doença séria, que me botou de cama e me obrigou a regimem, me apparece agora um furúnculo no braço, que me dói (...) e me atraza no livro terrivelmente. Não esqueça que o próximo livro – o 3º da série – vai ser (ilegível) por nós dois, ilustrações de Cícero. Será o tal estudo sobre o 1900 brasileiro. Vamos ver, entretanto, si consigo este 2º, que está sendo perturbado e atingido de todos os modos.*

Por uma dessas situações a que nos submetemos durante qualquer pesquisa, aqui a carta torna-se ilegível no exato instante em que o remetente esclarece o seu amigo sobre o tal livro, "terceiro da série" e que não deve ser esquecido. Mas não pode haver dúvidas: é um momento eloquente do diálogo entre o senhor da casa-grande e o menino do engenho, e qualquer leitor atento e com um mínimo de conhecimento prévio sobre a obra dos dois escritores terá percebido o convite feito por Gilberto Freyre a José Lins do Rego para escrever o livro que chamar-se-á *Ordem e progresso*. Infelizmente, não encontramos na correspondência do autor de *Usina*, nenhuma referência ao assunto. Ficamos, então, sem saber o porquê da parceria, nesse caso, não ter se concretizado.

Em vários documentos se pode ver a posição assumida quanto a acontecimentos da conjuntura política, como nessa carta de 1924, em que aparece um comentário acerca dos levantes tenentistas ocorridos

no Rio Grande do Sul e em São Paulo contra o governo do presidente Arthur Bernardes:

> *Parece-me um tanto sombria a situação no sul. Leu minha nota sobre a revolta? Parece que perdemos de todo o senso de ordem. Diabo de liberalismo e diabo de espírito de rebelião! A revolução é por certo um direito extremo: porém nunca um direito de militares. Nunca (GF).*

Prenunciavam-se aí, talvez em suas raízes mais tenras, as posições políticas conservadoras que o seu autor ainda assumiria ao longo de sua provecta vida.

Como já mencionamos no primeiro capítulo deste estudo, o escritor Gilberto Freyre e a sua obra terão diferentes recepções em momentos distintos da história política do Brasil do século 20, de acordo com os posicionamentos do cidadão Gilberto Freyre. As cartas, principalmente as escritas durante a década de quarenta, registram de forma recorrente, quase exaustiva, um desses momentos. Durante o Estado Novo (1937-1945), perseguido em Pernambuco como "perigoso comunista", Gilberto Freyre terá artigos censurados nos jornais locais, sofrerá agressões físicas, terá a casa invadida, livros queimados e passará por sérias dificuldades financeiras, tendo, inclusive, em várias ocasiões, buscado o auxílio financeiro do amigo paraibano. Nesse período, até algumas cartas enviadas para José Lins do Rego chegaram a ser censuradas:

> *Querido Lins: recebi hoje carta sua. Não é exato que não lhe tenha escrito: é que os esbirros do amarello comeram a carta. (...) A atitude dos amarelinhos continua igual. Aníbal com ordem de não publicar meu nome. Os outros jornais também. E além dessa ordem, o Jornal do Comércio recebe da própria polícia artigos de insulto a mim com a*

ordem de publicar com urgência (G.F., 25/08/1942).

José Lins do Rego consegue descobrir quem está censurando as cartas do amigo. Em carta bastante agressiva, certamente expressando o momento político violento por que passam – ***Estamos vivendo a guerra*** – o tal censor, cujo nome será aqui omitido, embora esteja bastante legível, é chamado pelo autor paraibano de " boca de latrina". As perseguições culminam no dia 11 de junho de 1942 com a prisão de Gilberto Freyre, juntamente com o seu pai, professor Alfredo Freyre, em Recife.

E quem intercederá em seu favor junto às altas autoridades da república? Claro: o amigo Zé Lins.

Eis outro grande momento da troca de cartas. Ainda que a que vem a seguir não tenha sido direcionada ao interlocutor habitual, que se encontrava preso, revela toda indignação com o fato e, ao fazê-lo, presta solidariedade, tudo movido pelo mais belo sentimento da amizade, como se estivesse a dizer que nem a prisão e o isolamento de um dos interlocutores seriam capazes de interromper o diálogo:

> ***Interventor Cordeiro de Farias (Porto Alegre)***
> ***O nosso amigo Gilberto Freyre foi preso Recife com o seu pai professor Alfredo Freyre, recolhido cadeia pública. Apelo para você sentido corrigir monstruosa injustiça. Motivo prisão seria um artigo publicado Gilberto onde o grande brasileiro chamava atenção para perigo quinta coluna. Envio correio ahi o referido artigo.***
> ***Abraços, José Lins do Rego.***

Eram, aqueles, tempos de ditadura. O governo Getúlio Vargas (1930-1945), nascido de um movimento que deslocara do poder as elites imemoriais das casas-grandes, chamara para si a tarefa

de regulamentar as relações entre o capital e o trabalho. Para isso, criou e controlou sindicatos, fechou associações políticas à direita e à esquerda, criou partidos e instaurou a censura oficial através do famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). É este o contexto que circunda alguns momentos flagrados nas cartas, onde se pode sentir a força de figurações sociológicas sobre a vida do indivíduo.

Eis que mudam os tempos e, dentro deles, os indivíduos. Em outros momentos, quando o mundo criado pelo português , aqui e além-mar, encontra-se, mais uma vez, sob o obscurantismo, o "perigoso comunista" da década de quarenta – em verdade, uma ficção – que escrevia livros renovadores e fazia pesquisas sobre as condições de vida dos trabalhadores das usinas de Pernambuco, por isso preso em junho de 1942, irá emprestar todo o seu prestígio intelectual e a relevância da sua obra a uma ditadura fardada que iria aprofundar um processo de modernização capitalista, chamada conservadora e excludente. É assim que a cultura brasileira passa pelo constrangimento de ver um dos seus principais formuladores atuando como conselheiro de um partido político destinado a conferir laivos de vida política democrática a um dos governos mais repressores da nossa história, o governo Médici (1969- 1974). Sociedade civil e Estado, nesse período, não falam a mesma língua, não dialogam. Mas aí já cessara, também, desde 1957, o diálogo entre o senhor da casa-grande e o menino de engenho, provocado pela morte deste último.

Mas, chega de silêncio. É hora de reinstaurar o diálogo. Voltemos, então, às cartas, mesmo que elas sejam tristes e falem de dores e perdas.

No capítulo das doenças e das mortes, por sinal, bastante longo, sente-se a presença dos amigos em mais momentos de solidariedade. O diálogo, nesses instantes de dor e de perda, torna-se mais prolixo em suas demonstrações, em suas buscas de compensação; ganha em densidade humana.

Querido Lins: recebi hontem sua carta. Há tempo sem carta sua, tenho entretanto pensado muito em V. Nosso querido Ulysses ainda muito mal.

> ***Veja si nosso Silva Mello o salva. Diagnóstico incerto, a pobre medicina no escuro. (...) Será que Ulysses está mesmo se acabando assim estupidamente? É um pensamento terrivel (GF, 14/11/1942).***

O Ulysses em questão é irmão de Gilberto Freyre. Em sua casa, conforme visto anteriormente foi concluída a redação de *Casa-grande & senzala*. A resposta a essa carta vem acrescentar um personagem à lista particular dos doentes de cada um dos amigos:

> ***Meu querido Gilberto: estou há dias para lhe escrever mas sem coragem, sem força. (...) Não pode você imaginar como me abalou a notícia da doença de Ulysses. (...) Eu é que vou mal com a doença de Naná que continua bem doente (JLR).***

Trata-se, no caso, da mulher de José Lins do Rego, Filomena Massa, conhecida por Naná, que irá aparecer ainda em várias outras cartas do marido: ***Naná continua na casa de saúde e a vida para mim cada dia que se passa mais desagradável me fica***. Em outro momento, sãos os gastos com as frequentes internações de sua mulher que o preocupam: ***As despezas são enormes para quem tem três filhas moças e mulher em casa de saúde cara***.

Os dois autores queixam-se muito das próprias doenças. Podemos vê-los acometidos de males do sistema nervoso, dos rins, infecções urinárias, depressão, etc. É claro que os problemas de saúde interrompem, em diversos momentos, a produção de livros e ensaios.

Um dos instantes mais belos e sofridos do pacto epistolar é marcado pela perda de Dona Francisquinha, mãe de Gilberto Freyre. Este escreve em busca de conformação e de conforto; afinal, o amigo para quem escreve era, de certa forma, também ele, filho da falecida:

> *Querido Lins: não sei o que lhe escrever. Só que seu melhor amigo está sofrendo e muito. Mais de quinze dias e não me vem a resignação que peço inutilmente a Deus pela perda daquela que tantas vezes brincando nós chamávamos "velhinha minha mãe". Parece mentira que a tenhamos perdido – ela que de todos nós era a mais moça, a mais cheia de gosto pela vida, a mais animada. (...) É uma dor bruta, grossa. Não sei de amigo meu de quem ela gostasse mais do que de V. (G.F., 17/08/1943).*

Nem só por coisas tristes são inscritas as cartas. Há espaço para a alegria, para a comunicação de êxitos editoriais, convites para festas, viagens, felicitações de natal, o crescimento dos filhos, mudanças de casa, etc. Assim como nos momentos de tristeza, nos de alegria os amigos sentem-se próximos e desejam compartilhá-los; sentem orgulho e prazer com o sucesso do outro. É o que demonstra, por exemplo, a carta escrita por Gilberto Freyre no dia 25 de julho de 1934, em Belo Horizonte, em que comenta o sucesso do amigo:

> *Tenho visto muita coisa de interesse para os meus estudos de história social do Brasil. (...) Mas todos estão cheios de admiração por V. Nas rodas mundanas (ilegível) de uma admiração quasi mystica pelo grande romancista que o norte afinal deu (como era do seu dever) ao Brasil.*

Ou José Lins do Rego, ao voltar de viagem à Argentina, onde pudera sentir, também por lá, o sucesso editorial do amigo:

> *Querido Gilberto: um grande abraço. Aqui cheguei de Buenos Aires e ainda*

não tomei pé nas coisas. (...) Em toda a parte por onde estive na Argentina fui encontrando o seu nome.

As cartas trazem impressões dos amigos sobre as festas populares das quais participam:

> *Amanhã, carnaval. É sempre a coisa mais gostosa da vida neste Brazil. Muitos requintados acham o carnaval uma vergonha. Eu não concordo com isso não. O carnaval mostra que o povo brasileiro é uma gente boa (G.F., 26/02/1927).*

Podemos acompanhar aspectos da vida familiar, do casamento, das preocupações cotidianas dos pais em relação à saúde e crescimento e educação dos filhos:

> *Sonia Maria já é uma companheirinha boa. Dorme bem a noite e de dia o trabalho que dá compensa-o com a alegria de que já enche toda a casa (GF, 05/12/1942).*
> *As minhas meninas estão melhorando de saúde. Estão mais fortes. A sua amiga, a espanholita, muito engraçada. É pena que o padrinho Olívio não se lembre dela para um presente. (J.L.R., 1934).*

A última carta, de 14 de dezembro de 1956, escrita num pequeno pedaço de papel, parabeniza José Lins do Rego por haver tomado posse na Academia Brasileira de Letras: *Ao querido José Lins do Rego, os 5 Freyres de Apipucos, todos seus amigos e admiradores, enviam um grande, enorme abraço.*

Nove meses depois, morria o escritor paraibano. O pacto epistolar estava encerrado.

Ficavam, no entanto, as obras que, muitas vezes tiveram ali, nas cartas, o seu registro de nascimento, o seu primeiro testemunho, às vezes sereno, às vezes tenso, às vezes pessimista. As cartas que viram nascer alguns dos romances e ensaios mais importantes da literatura e da sociologia contemporâneas do Brasil constituem para os pósteros, é o que esperamos haver ficado claro nas páginas precedentes, um momento privilegiado para a compreensão de como se foi constituindo, ao longo dos anos, a vida e a obra de dois grandes nomes dessa literatura e dessa sociologia. Sempre dialogando e buscando ouvir o outro. Sempre receptivos ao outro. Sempre ligados pela imensa amizade – bela, generosa, como poucas de que se tem notícia nesse meio onde, muitas vezes, imperam as vaidades e as disputas mais mesquinhas – que os uniu durante toda a vida.

Ficavam registradas também parte de suas memórias e do solo onde fincaram as raízes e a substância dos seus livros. Livros que são a outra parte desse diálogo, expressão das afinidades eletivas entre os autores, desta feita inscritas em páginas de romances.

É o que veremos no próximo capítulo.

FOTO 7 - José Lins do Rego, Otavio Tarquinio de Souza, Paulo Prado, José Américo de Almeida e Gilberto Freyre. 1938

FONTE: Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife – PE.

Livraria José Olympio Editora

OUVIDOR, 110
23-2389

Telegrammas
JOLYMPIO
RIO DE JANEIRO

1º MARÇO, 13
23-2831

1942

Interventor Cordeiro de Faria
Porto - Alegre

O nosso amigo Gilberto Freyre foi preso Recife com o seu pai Professor Alfredo Freyre, recolhidos cadeia publica. Apelo para você, sentido corrigir monstruosa injustiça. Motivo prisão seria um artigo publicado Gilberto onde o grande brasileiro chamava atenção país perigo quinta coluna. Envio via aereo o referido artigo.

Abraços

José Lins do Rego

IMAGEM 1 - 11 de junho de 1942. Gilberto Freyre é preso no Recife. José Lins escreve ao Interventor Cordeiro de Farias para protestar contra a prisão do “grande brasileiro”

Capítulo IV

> Que surpresa esse José Lins do Rego! Já tinha mais de vinte e cinco anos quando apareceu pela primeira vez no Rio, falando feito cabra de engenho, gaguejando muito, sempre com ar aperreado, e escrevendo esporadicamente umas notas críticas meio bambas e meio erradas. Eu não tinha fé no matuto. Nunca que ninguém tivesse fé, a não ser, talvez, o mestre do Karrapicho, o modesto sociólogo de *Casa-grande e senzala* (BANDEIRA, 1991, p.310).

Afinidades Eletivas nos Romances

O poeta Manuel Bandeira não acreditava. Mas o fato é que, naquele início dos anos 1930, em Maceió, um jovem paraibano, formado em Direito, sem ter a menor vocação para as lides jurídicas e então exercendo a nada literária função de fiscal de bancos, preparava-se para entrar triunfalmente nos salões das letras nacionais. Seu nome: José Lins do Rego. Definitivamente, aquele deslocado burocrata escondia um autor prolixo, de escrita farta, que ainda escreveria doze romances, um volume de memórias, livros de viagens, um livro de literatura infantil, além de crônicas e ensaios. Tudo isso em um período de vinte e cinco anos, se considerarmos como marcos cronológicos o aparecimento do seu primeiro romance, em 1932, e a publicação das suas memórias – *Meus verdes anos* – em 1956, apenas um ano antes de sua morte.

Parte da obra do autor paraibano é, principalmente nos romances iniciais, assinalada pelo aspecto memorialístico, onde, muitas vezes, a voz que narra e o que é narrado se confundem com a vida e a história

do autor, como se percebe pela leitura de, por exemplo, *Menino de engenho* e *Meus verdes anos*. Isso é um aspecto já exaustivamente abordado pela crítica e não precisaremos aqui ficar repetindo o que já foi dito por vozes que são, além de precedentes, mais autorizadas: seria chover no molhado. Apenas gostaríamos de lembrar a importância que tem a figuração social na construção da obra de José Lins do Rego, ora sugerindo-lhe temas e pontos de vista, ora funcionando como estímulo à escrita, conforme podemos ler na apresentação (testemunho) do romance *Usina*, de 1936.

Críticos literários, historiadores e outros estudiosos são unânimes no reconhecimento da crise vivida pela região nordeste no momento em que José Lins publica os primeiros romances. O esvaziamento dos engenhos remanescentes que não tinham sido engolidos pelas usinas, o êxodo de seus trabalhadores, o enfraquecimento do poder coronelístico, a urbanização e a perda de importância econômica são apenas expressões da crise que, transposta para o romance de José Lins do Rego, dará a nota e o tom responsáveis pelo clima de decadência e melancolia, loucura e perda de rumo de algumas das suas personagens centrais.

Aqui, abordaremos de forma direta dois romances: o de estreia, *Menino de engenho*, e o seu terceiro livro, *Bangüê*, publicado em 1934. São textos que surpreendem temas e planos sociais também tratados por Gilberto Freyre em seus ensaios de antropologia social. O sociólogo propõe um recorte regional claramente atravessado pelos aspectos culturais inerentes àquela zona espacial onde foram se instalando os engenhos no período mais profundo da colonização. E, dentro desse espaço cultural, vê a presença da casa-grande como símbolo arquitetônico de poder e irradiação de significados sociológicos e culturais. Há mesmo, no prefácio à primeira edição de *Casa-grande & senzala*, uma passagem que condensa toda essa centralidade:

> A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o

> catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (FREYRE, 1997, p.liii).

Os temas que destacamos nos romances são aqueles que acreditamos poder simbolizar esses planos sociológicos. São motivos assinalados por uma ordem social do tipo rural, patriarcal, marcada pela violência das relações sociais, mesmo quando revestidas de "afeto" ou pelos contatos pessoais e familiares. Acreditamos, portanto, que os universos temáticos dos ensaios e dos romances, compõem um sistema – no sentido proposto por Antonio Candido.

Evidentemente essas afinidades eletivas entre autores e obras não devem nos conduzir a uma leitura – que seria, a nosso ver, totalmente equivocada – que os interprete como almas gêmeas ou como sendo os dois lados de uma moeda que mostrar-se-ia ora sob a face ensaística, ora sob a face romanesca. Nada disso. Essa leitura anularia o diálogo. Se há em José Lins do Rego a inegável presença da matriz regionalista *freyriana*, há, também, momentos de diferenciação, em que sua visão distancia-se da noção de equilíbrio de antagonismos veiculada pelo sociólogo pernambucano. São momentos em que a narrativa evidencia os dramas e os conflitos humanos e sociológicos, engendrados por uma configuração sociológica nova, ainda em construção, ao chocar-se com uma outra, já decrépita, mas que reluta em aceitar como um fato consumado o seu desaparecimento iminente. Com efeito, o senhor de engenho Lula de Holanda Chacon, dono do engenho Santa Fé, ou o Dr. Juca, filho de José Paulino e proprietário da usina Bom Jesus, como vários outros tipos humanos apresentados em *Fogo morto* e em *Usina*, por exemplo, em nada lembram o fausto do patriarca da casa-grande em sua formulação típico-ideal elaborada por Gilberto

Freyre. Quais seriam, enfim, esses temas que assinalariam, no interior dos romances, a presença de uma determinada ordem social? Ou, ainda, que práticas de sociabilidade se deixam surpreender através da e na ficção? É o que veremos na sequencia deste estudo.

O senhor de engenho

Eis uma personagem recorrente na cultura e na política brasileiras sendo detentora, nos quadros de uma sociedade colonizada, rural e escravocrata, de uma posição social a que todos almejam, e a quem os antigos (mas também os novos) escravos eram forçados a emprestar mãos e pés, segundo a famosa formulação do jesuíta Antonil. A figura do poderoso senhor de terras atravessa os limites cronológicos da colonização e chega, ainda que metamorfoseada e sem o antigo fausto, aos nossos dias, ocupando espaços no Congresso Nacional, na mídia (ora como personagem, ora como dono), no cinema e na literatura. Com efeito, é uma das maiores expressões do universo rural brasileiro em toda a sua história.

A estrutura de dominação apresentada em *Menino de engenho* e *Bangüê*, caracteriza-se pela presença, em seu interior, de um espaço predominante bem definido, o engenho, espécie de vértice econômico do triângulo rural *freyriano*. Aí é tecida uma rede de ações e interações entre vários tipos humanos e culturais, postos sob a égide da vontade suprema do herói civilizador, o senhor de engenho, chefe da família e da casa patriarcais, o elemento sociológico da unidade brasileira. Segundo Gilberto Freyre, é esse o ator principal da colonização portuguesa do Brasil, dono da terra e dos homens e das mulheres e de tudo, enfim, que se encontra sobre e sob ela. A aparência de fortaleza das suas casas-grandes militarizadas seria a maior expressão desse poder patriarcal. Portanto, acreditamos que a caracterização desses espaços e desse personagem, ambos fulcrais, seja um bom começo para a compreensão dos romances assinalados.

Já na primeira frase de *Menino de engenho*, nos deparamos com um acontecimento triste e que parece anunciar toda a atmosfera de melancolia e de tristeza da estória a ser narrada: a morte de Dona

Clarisse, filha de senhor de engenho e mãe do menino Carlos de Melo, então com quatro anos, assassinada pelo próprio marido. Quem nos conta o acontecido é o próprio Carlos de Melo, já adulto, que rememora a infância, passada em um dos engenhos do seu avô materno, José Paulino, situado na várzea do Rio Paraíba, para onde é levado, por um tio, três dias após a morte da mãe. Depois de rápidas considerações acerca dos pais e da viagem até o engenho, chegamos ao capítulo 4. Aqui, o menino Carlos de Melo é apresentado ao Engenho Santa Rosa, onde viverá dos quatro aos doze anos. Tudo lhe parece novo, eivado de mistérios, antecipado que foi por uma visão idealizada:

> A minha mãe sempre me falava do engenho como de um recanto do céu. E uma negra, que ela trouxera para criada, contava tantas histórias de lá, das moagens, dos banhos de rios, das frutas e dos brinquedos, que me acostumei a imaginar o engenho como qualquer coisa de um conto de fadas, de um reino fabuloso (REGO, 1996, p. 6-7).

É assim, visto "com olhos de deslumbrado", que o engenho faz sua aparição na obra de José Lins do Rego. Colocado sob os cuidados da Tia Maria, lentamente, o pequeno órfão vai sendo apresentado ao seu novo mundo.

Em verdade, esse primeiro romance, composto por quarenta capítulos curtos, é todo ele uma apresentação do mundo do Engenho Santa Rosa, flagrado em sua dimensão cotidiana. O leitor é gradativamente apresentado aos seus habitantes, aos seus costumes, suas festas, sua fauna e sua flora, suas relações de trabalho, e a sua economia, pautadas na plantação de cana para a fabricação de açúcar. Estamos em um universo rural, agrário, com claros resquícios dos tempos da escravidão, presentes não apenas nos restos da antiga senzala – chamada pelos negros de "rua" – mas personificados nos vários descendentes do antigo regime.

Com a abolição de 1888 e sem muitas alternativas, muitos dos ex-escravos continuaram morando na casa-grande, gravitando em torno de sua cozinha ou prestando pequenos serviços em troca de um

prato de comida, como agregados, etc. Há, no capítulo 22, a descrição de uma antiga senzala que revela a forte presença, nesse texto inicial, da visão *freyriana*, inscrita nos textos da década 1920, acerca do pretenso caráter ameno, de antagonismos equilibrados, da escravidão nos engenhos de açúcar.

> Restava ainda a senzala dos tempos do cativeiro. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão (REGO, 1996, p.38).

Mais adiante, abordaremos essa remanescência. Além dos ex-escravos, aparecem os trabalhadores do eito que, de sol a sol, em jornadas que chegam a mais de doze horas por dia, limpando os partidos e plantando e colhendo os produtos agrícolas – a cana, o algodão e, também, o gado – que fazem a riqueza material do engenho. Muitos desses moradores são foreiros enquanto outros, mais antigos, são dispensados dessa obrigação. Temos, ainda, carpinteiros, tanoeiros, mecânicos, artífices de diversos ofícios, e, no topo dessa divisão do trabalho, o feitor e, na casa do engenho, a figura do mestre de açúcar, responsável pelo processo de moagem e fabricação do açúcar, das almanjarras ao ponto exato que confere a qualidade do cristal. O quadro é completado pela aparição, aqui e ali, de vários meninos, os "moleques da bagaceira", ocupados em tarefas de menor significado como banhar os cavalos, conduzir o gado aos currais, levar e trazer recados, etc.

Acima de todos situa-se o coronel José Paulino, o patriarca e proprietário de nove engenhos. Elemento ativo, de sua vontade e ação, dependem a vida e a morte dos habitantes do Santa Rosa.

São inúmeras as funções desempenhadas pelo senhor de engenho. É ele quem organiza a produção, as relações de trabalho; é ele quem dá proteção aos fugitivos da justiça; quem resolve pendências e conflitos entre os seus moradores; quem os socorre nas tragédias, nas grandes enchentes ou nas grandes secas; quem distribui alimentos; quem pune e castiga; quem compra e vende; quem casa e descasa; quem determina, com sua vontade imperial, quem é merecedor dos votos dos "seus" eleitores, etc. É, enfim, juiz, aplicando a força da justiça privada da casa-grande. Exercita ainda um pragmático tipo de "caridade útil", também destacada pela fria visão de economista que é a de Antonil (apud BOSI, 1992, p.163), que se traduz em fidelidade e em lucros.

Em longos passeios a cavalo, Zé Paulino é a encarnação viva do centauro de que fala Gilberto Freyre. Vejamos uma passagem da narrativa que ilustra bem esse poder:

> O meu avô me levava sempre em suas visitas de corregedor às terras de seu engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor nos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem. Andávamos muito nessas suas visitas de patriarca (REGO, 1996, p.25).

O velho José Paulino gostava de contar histórias da família, relembrar os antepassados, os tempos da escravidão. Com sua ascendência moral sobre os seus familiares e agregados e por ser visto, também, como detentor de experiências, torna-se, de certo modo, um transmissor dessas experiências, narrando-as, sempre à noite, sempre no alpendre da casa-grande, para uma plateia atenta e obediente. É um velho bom, respeitado e temido mais por sua bondade e não apenas pela riqueza material que possui. "O velho José Paulino governava os seus engenhos com o coração" (REGO, 1996, p.49).

Na visão idealizada desse personagem – autêntico patriarca – mesmo quando ele é ríspido com os seus moradores, quando lhes grita palavras duras, parece não ofendê-los, pois todos sabem reconhecer a sua bondade: "O meu avô chamava-os de ladrões, de velhacos e nem mostravam cara de aborrecidos. Parecia que aquelas palavras feias na boca do velho José Paulino não quisessem dizer coisa nenhuma" (REGO, 1996, p.41). Como toda idealização, a essa não faltam também tonalidades seráficas. É assim que, no capítulo 33, este velho latifundiário aparece como sendo um "santo que plantava cana" (REGO, 1996, p.62).

José Paulino aparece, neste romance inicial, no ápice da condição de patriarca, no auge do seu poder. Que parece sólido e eterno como os alicerces profundos da casa-grande, o grande vértice arquitetônico do triângulo rural traçado por Gilberto Freyre.

Mas, apenas parece. Os tempos mudam, a morte e a usina estão à espreita. Alguns anos depois – dez – é um José Paulino envelhecido e decrépito que assiste à decadência dos seus domínios, agravada pela inapetência de um neto que apenas sonha em contar a história gloriosa do avô, a quem admira e ama, e que por isso sofre, sabendo-se e sentindo-se incapaz de repetir-lhe os feitos.

Mas antes da decadência, falemos ainda de outros temas interessantes desse primeiro romance, sob o prisma do poder do senhor de engenho.

Como vimos no capítulo 2 deste estudo, no livro *Nordeste*, Gilberto Freyre estende aos animais as hierarquias inerentes à sociedade dos homens, juntando no mesmo eito e sob o mesmo sol senhores e cavalos, escravos e bois, natureza e cultura. Essa naturalização das desigualdades informa a visão do menino Carlos de Melo. Em verdade, nele é antecipada. Branco e neto de senhor de engenho, nada lhe parece mais natural do que as desigualdades cotidianas que observa entre os homens e os animais do engenho.

> O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo

> um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos (REGO, 1996, p.60).

O quadro se completa com a fina percepção de que os limites e hierarquias que se colocam no caminho dos homens e mulheres da antiga senzala ou do eito, em suas constantes tentativas de aproximação da casa-grande (mesmo que seja pela entrada dos fundos, pela cozinha), também são válidos em relação aos pobres cachorros que, por desavisados ou por insolentes, tentam empreender a mesma aproximação.

Alguns desses cachorros, mais que os seus donos, conhecem o seu lugar:

> Cachorrinhos com barriga partindo, de magros, acompanhavam seus donos para a servidão. Rondavam pelos cajueiros, perseguindo os preás. Porém não pisavam no terreiro da casa-grande. Os cachorros gordos do engenho não davam trégua aos seus infelizes irmãos da pobreza (REGO, 1996, p.59).

Outro dado interessante são os nomes dos engenhos que remetem a significados culturais ligados à religiosidade, às plantas e árvores, rios e animais. Em um levantamento longe de ser considerado exaustivo, anotamos: Santa Rosa; Santa Fé; Corredor; Maravalha; Aurora; Cipó Branco; Jardim; Maçangana; Beleza; Gameleira; Vigário; Outeiro; Santo Antônio: Fazendinha; Anta; Itapuá; Melancia; Pacatuba; Novo; Santana. Gilberto Freyre lista, em *Nordeste*, vários outros nomes de engenhos antigos, principalmente aqueles que trazem sugestões da água, a sua poetização pela gente dos canaviais, segundo o autor: Poço Sagrado, Águas Belas, Riacho-do-Padre, etc.

Menino de engenho nos apresenta muito acerca do cotidiano do Santa Rosa, sendo rico em indicações de práticas de sociabilidade, que vão daquelas propriamente ligadas ao mundo do trabalho – plantação, moagem da cana – àquelas de significados mais culturais ou simbólicos: festas, visitas, práticas sexuais, aprendizagem das primeiras letras, banho de rio. Os espaços onde ocorrem essas práticas são os mais variados: sala e alpendre da casa-grande; cozinha; nos restos da senzala; no rio; no curral, etc.

Mas em todos os momentos, paira no ar a presença da casa-grande, potência ante a qual até a Igreja se curva. Assim, por exemplo, uma visita da família da casa-grande a um parente distante será sempre vista, por este último, como motivo de orgulho, sinal de consideração por parte da família poderosa; há uma cadeira especial, na escola, para Carlos de Melo, um copo e um tamborete de palhinha só para ele; os meninos do engenho, mesmo na intimidade propiciada pelas brincadeiras de criança, sabem perceber as diferenças que os separam de Carlinhos, expressas na melhor qualidade de suas roupas, nos cuidados com sua saúde, alimentação, etc.

O grande momento festivo revelador do poderio da família é o casamento da Tia Maria. Muito mais que a realização de um sacramento, é festa para durar vários dias, propiciando à família Paulino exercitar e mostrar toda a pujança de sua condição social. Não é todo dia, afinal, que se pode assistir ao casamento de uma filha de senhor de engenho. Então os preparativos são demorados, muitos os convidados. A citação a seguir expressa bem a grandeza da festa:

> Na casa-grande do Santa Rosa não havia mais cômodo para tanta gente. Armavam redes pela casa de farinha e no sobradinho do engenho. E ainda chegariam convidados no dia do casamento. O meu avô ficava em palestra com os mais velhos. Os perus-de-roda e os capões gordos morriam aos magotes na cozinha. Vinha um caixão de gelo e outro de frutas estrangeiras, da Paraíba. A música da polícia estaria ali no trem das dez. Pelo alpendre da casa-grande só se via gente falando. Os

> moleques a cavalo, em osso, levando e trazendo recados do Pilar. O vestido da noiva chegaria de tarde, do Recife (REGO, 1996, p.72).

Carlos de Melo, doente, sente-se, com o casamento de sua tia Maria, solitário. Quem, a partir de então, irá cuidar dele quando chegarem as terríveis "crises de puxado" que lhe sufocam o peito e colocam limites às brincadeiras ao ar livre, aos banhos de rio com os outros meninos do engenho? De certa maneira, é como se estivesse perdendo a segunda mãe. Tudo que sabe lhe veio dos oito anos passados no engenho. É um menino rude ao aprendizado das primeiras letras. A tia Maria tenta, mas logo desiste. A pobre professora Judite, a quem fora atribuída a missão de ensinar-lhe a ler e escrever, até que tem melhor sorte. Consegue ainda, porque é mulher bonita, despertar-lhe a concupiscência:

> "Foi ali com ela, sentindo o cheiro de seus cabelos pretos e a boa carícia de suas mãos morenas, que aprendi as letras do alfabeto. Sonhava com ela de noite, e não gostava dos domingos porque ia ficar longe de seus beijos e abraços" (REGO, 1996, p.23).

E isso apesar de ser a bela Judite uma mulher casada que, inclusive e de quando em quando, apanhava do marido.

Menino danado esse Carlinhos! Nele, a precocidade sexual típica dos meninos de engenho anuncia-se de forma muito premente. Gilberto Freyre já nos falava, desde o ensaio de 1924 – *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil* – dessa precocidade, incentivada pelo clima de excesso sexual de que estava impregnada aquela sociedade falocrática. No Engenho Santa Rosa, os meninos cedo se acostumavam com esse dado, vendo os animais no curral pegado à casa-grande em sua "promiscuidade selvagem", vivamente descrita no capítulo 15. Alguns meninos transavam com as vacas e cabras do engenho. Eram meninos aqueles que cedo tomavam conhecimento de doenças-do-mundo e de prostitutas e de moradoras sendo defloradas pelos senhores ou por seus filhos. Carlinhos dispõe, ainda, das revistas

proibidas do tio Juca, dos “ensinamentos” de Zé Guedes. E até inventa uma paixão pela priminha Maria Clara, menina da cidade grande, em visita ao engenho. O exemplo dos excessos sexuais vinha de cima, dos adultos, senhores polígamos que, nas senzalas, buscavam as negrinhas (mais tarde, as filhas dos seus moradores) com que satisfaziam sua luxúria. Gilberto Freyre nos fala no ambiente de “intoxicação sexual” de que estava impregnada aquela sociedade, favorecido que era pelo que chama de plasticidade do português e pela situação ambígua de uma sociedade que, extremamente desigual e violenta em suas relações de trabalho, sabia “equilibrar” na cama, de forma nada pia ou seráfica ou, ainda sob o império dos sentidos, na cozinha e na mesa, os seus antagonismos: miscigenação é isso aí.

Era inevitável e aconteceu. A negra Zefa Cajá, conhecida prostituta do engenho, será a sua grande mestra desses assuntos de entre-pernas: “Tinha uns 12 anos quando conheci uma mulher, como homem” (REGO, 1996, p.78). Igualmente previsível, o neto do senhor de engenho, menino de grande voracidade sexual e nisso seguindo uma quase que tradição familiar, acaba contraindo uma daquelas doenças-do-mundo. Passados o escândalo e a surpresa iniciais provocados na casa-grande, logo a notícia se espalha e o menino vira alvo da admiração dos machos da família, por tão candente demonstração de precocidade. Carlos percebe e aproveita:

> E comecei a envaidecer-me com a minha doença [...] Era uma glória para mim essa carga de bacilos que o amor deixara pelo meu corpo imberbe. Mostravam-me às visitas masculinas como um espécime de virilidade adiantada. Os senhores de engenho tomavam deboche de mim, dando-me confiança nas suas conversas. Perguntavam pela Zefa Cajá, chamavam-na de professora: - Puxou ao avô (REGO, 1996, p.78-79).

Em breve estará indo para o colégio. É um menino perdido, com “um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e uma alma mais velha do que o meu corpo”, como se lê no capítulo final do romance.

Com doze anos e uma doença venérea, já é hora de alargar seus limites e entender que o mundo não se resume ao Engenho Santa Rosa e ao Coronel José Paulino, por maiores que estes sejam. Carlinhos sente medo do colégio para onde será mandado logo após o casamento da tia Maria. Conforme lhe disseram várias vezes, sempre em tom de ameaça, o colégio é local onde os meninos "perdidos" como ele são "amansados", a custa de uma pedagogia sádica, pautada no uso frequente de muita palmatória e caroço de milho nos joelhos, transformando os colégios em verdadeiros centros de tortura, como podemos ver em *Sobrados e mucambos*.

E assim chegamos ao final do livro, com a ida do menino Carlinhos para o Instituto Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana, do temido professor Maciel.

Dez anos depois, Carlos de Melo, bacharel em Direito, retorna ao Santa Rosa. Mas, aí, os tempos serão outros, de crise do mundo dos engenhos.

E aqui nos colocamos ante um eixo temático que exige uma pequena digressão em torno do conteúdo da categoria "crise. É evidente que, sendo uma crise do setor agrícola, ou seja, justamente do setor preponderante da economia e da política brasileiras até então, é justo que busquemos a compreensão de suas causas ou efeitos. E estas causas parecem remontar aos ajustamentos internacionais de uma economia capitalista que, desde a primeira revolução industrial, tinha seu eixo econômico baseado na produção industrial voltada para os centros urbanos. No caso brasileiro, acrescentem-se, do ponto de vista da tradicional agricultura de exportação, os efeitos desagregadores que sobre ela terão acontecimentos como a abolição da escravatura em 1888, a queda dos preços dos produtos exportáveis (café, açúcar e algodão) e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

São esses os elementos de uma crise que, no limite, colocará em movimento as aspirações dos produtores (cafeicultores, pecuaristas, produtores de grãos, etc.) em busca da institucionalização dos seus interesses junto ao Estado republicano, o que, de forma paradoxal por ocorrer em momento de crise, reforça o cânone da vocação eminentemente agrícola do país. São assim óbvios os significados ideológicos (e práticos) desse discurso, quando traduzido em políticas públicas

voltadas para o setor e ao confundir os interesses das chamadas "classes produtoras" com os de toda a sociedade.

Transposta para o romance de José Lins do Rego, a crise vai engendrar o aparecimento de tipos que serão deslocados pela nova ordem, como o pobre seleiro José Amaro – que provavelmente nunca terá ouvido falar de reprodução ampliada do capital – literalmente colocado à margem, à beira de uma estrada que não tem volta.

Muito bem. Voltemos a José Paulino e Carlos de Melo. Segundo a frase de abertura do romance *Bangüê*, de 1934, o neto se afastara "uns dez anos do Santa Rosa". E agora volta, depois de haver concluído os estudos, com a intenção de assumir o comando dos negócios do avô, na condição de herdeiro. O engenho não lhe desperta mais o mesmo alumbramento de quando o viu pela primeira vez, aos quatro anos de idade. Pelo contrário, parece-lhe pequeno: "O mundo cresceu tanto para mim que o Santa Rosa se reduzira a um quase nada" (REGO, 1993, p.5). É a partir dessa percepção reduzida do engenho que o narrador vai lentamente erigindo a consciência da inexorável decadência daquilo que um dia lhe parecera ser, além de eterno, a versão terrestre do paraíso.

Nesta construção desnuda-se, igualmente inexorável, a decadência física de José Paulino e da ordem social cujo mando simboliza. Carlos de Melo se angustia:

> Via a sua caminhada para a morte, sentindo que todo o Santa Rosa desaparecia com ele. Uma vez até pensara em escrever uma biografia, a história simples e heroica de sua vida. Mas o que valeria para ele uma história, o seu nome no papel de imprensa? Oitenta e seis anos, a vida inteira acordando às madrugadas, dormindo com safras na cabeça, com preços de açúcar, com futuros de filhos, com cheias de rios, com lagartas comendo roçados (REGO, 1993, p.7-8).

A decadência física do patriarca – "o seu grito de mando não ia tão longe" – é a decadência de uma época, é a metáfora da perda. A

casa-grande deixara de ser o centro, a escola, o banco, o cemitério, a Igreja: “A casa-grande, cada vez mais, perdia as vozes de antigamente, silenciosa a todas as horas do dia” (REGO, 1993, p.172). Ali perto, cresce a sombra absorvente da Usina São Félix; e dentro de alguns anos, não mais existirá o Santa Rosa. No seu lugar, depois de muitas idas e vindas e fracassos do neto herdeiro e incompetente, forçado a vender o engenho onde o avô passara toda a sua vida, teremos a usina Bom Jesus, que desaparecerá também, sob o peso de dívidas impagáveis e mergulhada, literalmente, nas águas do Rio Paraíba.

No capítulo 4 da segunda parte de *Bangüê*, temos a narração do episódio central dessa dissolução do paraíso: a morte e o enterro de José Paulino:

> De longe esperava que cavassem os sete palmos. Não queria ver o fim. Mas tinha que ver. Todos os parentes ficaram com ele no último encontro. O padre fazia o sinal-da-cruz. A chuva fina não cessara de vez. Ouvi batuque de pás de pedreiro e a queda do caixão no fundo da terra. Tinham plantado meu avô (REGO, 1993, p. 102).

Aqui uma pergunta: nesse desencontro entre o bacharel e a terra, entre o neto e o avô, o filho e o pai, não terá se originado muito daquela revolta de herdeiros abastados contra os seus próprios pais e a favor dos negros, de que fala Gilberto Freyre, chamando-os de “desertores” e dando como exemplo Joaquim Nabuco? Talvez sim. São atitudes rebeldes – “deserções” – em grande parte germinadas sob o impacto dos conhecimentos adquiridos pelos filhos abastados da casa-grande que saíram para estudar na capital ou na Europa, daí voltando com novas ideias, com valores e padrões urbanos, muitas vezes em desacerto com os valores ditos arcaicos de um mundo rural. É essa uma das mudanças principais do Brasil do século XIX, analisadas em livros como *Nordeste* e *Sobrados e mucambos*, onde podemos assistir à ocupação de cargos públicos de importância por homens da cidade, jovens bacharéis recém-formados e ainda imberbes, para o espanto dos antigos ocupantes desses cargos, velhos patriarcas, agora com “olhos já

cansados de tanto ver, mas não se deixando iludir pelas aparências, os ouvidos já ficando moucos de tanto ouvir, mas não se deixando nunca emprenhar pelas palavras de intriga ou de enredo" (FREYRE, 1996, p.86).

Mas não é esse o caso de Carlos de Melo.

Mesmo depois de morto, o velho patriarca continuará a fazer-se presente, pela força do seu exemplo e de sua memória, na vida do engenho e nas memórias do seu neto. Na nossa leitura, essa permanência póstuma é um dos grandes momentos da representação da decadência dos engenhos. Entregue à própria sorte, o pobre Carlos de Melo se deixa assombrar por fantasmas ora reais, ora apenas fruto de sua falta de iniciativa e de sua vontade eternamente em crise. E vêm a desilusão amorosa e o desespero, provocados pelo retorno de Maria Alice aos braços do marido; e vem a ascensão do negro Zé Marreira, esse antigo cabra da bagaceira, roubando-lhe terras e moradores; e vem o medo das tocaias; e vêm as dívidas; e vem o desejo de escrever um livro sobre o avô, conforme sugestão de Mário Santos, e que ele sabe que jamais escreverá. Nesse quadro de desintegração, até uma velha foto na parede, o assusta:

> Saí para a sala de visitas e lá estava o retrato do meu avô pendendo da parede. A cara boa do meu avô, os olhos mansos, todo o velho Zé Paulino ficava vivo na moldura. E se fosse vivo e forte, o Santa Rosa não seria entregue a ninguém. Seria dele. Não devia, e lavradores não se atreveriam a fazer-lhe sombra. Eu não podia com o seu cacete. O seu sangue não estava no meu. Eu era de outra raça, era neto de outro (REGO, 1993, p.161).

Não poderia ser outro o desfecho. Os seus dias de senhor de engenho estavam contados, como reconhece no capítulo 18 da terceira parte de *Bangüê*. Atolado em dívidas e vendo o engenho saqueado por antigos moradores, só resta ao bacharel Carlos de Melo a alternativa da venda do Santa Rosa ao Tio Juca, o que representa ao menos o consolo de manter o engenho nas mãos da família, com direito a um "enterro de luxo" (p.177), de trezentos contos de réis.

É assim que findam o Santa Rosa e Carlos de Melo, o menino de engenho que virou bacharel e que um dia desejou ser um senhor de engenho.

FOTO 8 – Casa-Grande do Engenho Sapucagi, Escada-PE

FONTE: Acervo da Fundação Gilberto Freyre. Recife –PE

Memórias da Escravidão

A ordem social que ressuma das páginas de *Menino de engenho* e *Bangüê* é informada pela condição agrária, de um ruralismo semi-feudal, segundo a compreensão de Gilberto Freyre. Trata-se de um tipo de sociedade que tem na propriedade territorial seu quase único padrão ou unidade de riqueza, dividindo os homens em senhores e servos a partir da forma como se relacionam com esse meio de produção. É sobre essa base territorial que serão erguidos os triângulos rurais compostos pelo engenho, pela casa e pela capela, característicos da "geometria da colonização agrária". Sob esse ponto de vista, o engenho e o seu senhor representam o vértice de poder político e econômico do triângulo; a terra, a base ao mesmo tempo física e econômica onde aquele poder é exercido.

Quase podemos sentir certo sabor medieval na reconstrução dessa ordem, acentuado pela percepção – cuja face feudal não se dilui ainda quando extintas suas bases materiais – de que não há senhor sem terra, nem terra sem senhor. Eis um cânone que atravessa de cima a baixo o poder da casa-grande e a força do seu dono. Eis um dogma que parece orientar toda a construção da figura de José Paulino, dono de nove engenhos.

Um outro aspecto interessante, denunciador das permanências e longas durações, é assinalado pela presença, nos romances, dos resquícios e da memória do antigo regime de trabalho servil. E não apenas nos restos da antiga senzala, como já aludimos. A escravidão teima em se fazer presente, seja na condição de agregadas vivenciada pelas velhas negras da cozinha do Santa Rosa, seja pela sua recorrência como motivo principal das conversas noturnas do velho José Paulino.

Vejamos alguns momentos reveladores dessa presença. No capítulo 18 de *Menino de engenho*, vemos o cabra Chico Pereira no tronco, mandado para lá pelo coronel José Paulino, supostamente por haver deflorado uma filha de uma moradora do engenho; descoberto o verdadeiro autor do defloramento – que não fora outro senão o Juca, filho de Zé Paulino – o cabra é retirado do tronco; há ainda o caso do escravo que tinha uma banda-forra e que só era chicoteado na outra banda, pertencente a seu senhor (cap.33, p.61); etc. Em vários momentos da narrativa, são elaboradas reminiscências em torno do passado escravocrata, sempre destacando-lhe a "proteção" e os cuidados oferecidos pelo patriarcalismo aos seus escravos, antes de 1888, data da abolição. Isso para evidenciar a situação dos agora ex-escravos, que pretensamente estariam vivendo em piores condições, com "o engenho, na festa das 12 horas da moagem. O povo miserável da bagaceira compunha um poema na servidão" (REGO, 1996, p.69).

Não custa aqui relembrar que essa ideia já aparece nos textos de Gilberto Freyre da década de vinte – em sua dissertação de mestrado e no ensaio sobre o século de mudanças no Nordeste – conforme já visto. Aparecerá, um ano depois, no prefácio de CGS. O regime escravocrata recebe condenação não em termos morais ou humanitários, mas pela sua ineficiência econômica e pelas despesas que gerava aos senhores

com a manutenção dos negros escravizados. Passemos a palavra para José Paulino:

> Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros (REGO, 1996, p.61).

Interessante esse exercício de memória feito por José Paulino no alpendre de seu palácio rural: lamenta o destino dos ex-escravos ao mesmo tempo em que se vangloria pelos lucros auferidos no pós-1888.

E aqui a ficção se junta à memória de José Lins do Rego, com registro documental, inclusive. Em carta endereçada a Gilberto Freyre, provavelmente escrita em 1926, surpreendemos a mesma percepção quanto aos efeitos econômicos da abolição, desta feita por intermédio da lembrança da fala do velho José Lins Cavalcanti de Albuquerque, conhecido por Bubu, avô do romancista:

> *O seu artigo de domingo esteve muito curioso. A propósito de escravos serem melhores cuidado de alimentação que os nossos trabalhadores de eito eu dou-lhe um documento vivo: o meu avô sempre dizia que não conseguira coisa nenhuma na escravidão, porque todo o dinheiro que pegava era para dar de comer e vestir aos negros que ele tinha. E de facto só com o trabalho livre conseguiu fortuna.*

Em *Bangüê*, os resquícios da escravidão são ainda mais evidenciados, como que querendo assinalar, pelo tom de nostalgia com que se apresentam, a atmosfera de inevitável decadência que perpassa a narrativa: "Sempre era agradável, no Santa Rosa, ver-se a senzala cheia de negras conversando em voz alta" (REGO, 1996, p.92). Ou, mais adiante: "No Santa Rosa as negras foram ficando a trabalhar pelo que comiam e vestiam, como antes de 88. Comiam bem. Os filhos se criavam na fartura e era tudo para elas" (REGO, 1996, p.93).

Como vimos, os senhores de terra monopolizam também as propriedades mnemônicas, pois, nesta sociedade, eles é que podem lembrar e dar voz à memória. Deixemos agora, no entanto, as memórias senhoriais acerca da escravidão. Vejamos a força telúrica que circunda a ordem social aqui interpelada. Falemos de terra e água e de suas interações com os ricos e os pobres do Engenho Santa Rosa.

A Força Telúrica: Terra e Água

Gilberto Freyre, no seu livro de 1937, apresentado no capítulo dois, nos fala de uma região Nordeste e, dentro dela, de uma sociedade patriarcal dos engenhos, como sendo circundadas por uma natureza exuberante, de solo fértil (massapê), de águas abundantes e límpidas, de sol abrasador e chuvas regulares; com uma grande variedade de espécies animais e vegetais; um ecossistema regional e cultural tingido pelos triângulos rurais característicos da colonização portuguesa. Tudo isso, porém, prejudicado pela monocultura que faz reinar, sozinha, a cana e pelo desapego dos senhores às matas dos seus engenhos, impiedosamente derrubadas para o plantio de novos partidos. Gilberto Freyre, defensor desse modelo de colonização não esquece, porém, de assinalar os seus efeitos deletérios do ponto de vista das relações homem-natureza.

Com efeito, as interações entre a natureza e a cultura se processam, nessa sociedade, em nome dos interesses mercantis dos produtores e comerciantes situados nos engenhos daqui e nos entrepostos comerciais da Europa, resultando em um processo de degradação ambiental que levará à morte dos rios, à destruição da mata e ao empobrecimento

da terra. Principalmente depois da absorção dos engenhos pelas usinas, com suas "caldas fedorentas", conforme souberam realçar os nossos dois autores. Registremos aqui, em relação à ficção, o apego de Zé Paulino às matas do Santa Rosa, nisso se diferenciando dos outros potentados da terra:

> Ninguém lhe tocava num capão de mato, que era mesmo que arrancar um pedaço de seu corpo. Podiam roubar as mandiocas que plantava pelas chãs, mas não lhe bulissem nas matas. Ele mesmo, quando queria fazer qualquer obra, mandava comprar madeira nos outros engenhos (REGO, 1996, p.27).

José Lins do Rego, antecedendo em cinco anos o livro de Gilberto Freyre, já mostrara, nas páginas de *Menino de engenho*, várias nuanças da relação homem-natureza no mundo dos engenhos, a começar pelos significados de que é revestida a terra, como insígnia de poder político e de riqueza material, poder esse potencializado pelo aspecto agrário dessa ordem social.

A compra de terras é o motor das ações de José Paulino. Cada engenho comprado significa a ampliação do seu poder, o alargamento do seu fundamento real. A força que lhe confere a propriedade de terra é revestida pela natureza telúrica desse personagem. O trabalho que nela realiza, por suas próprias mãos ou pelas mãos dos outros, dos seus servos e foreiros, parece impregnar-lhe a personalidade, o seu jeito de ver o mundo, as suas relações com a família, com os seus pares, com as árvores dos seus engenhos, etc. Ilustremos essa afirmação com um trecho do romance *Bangüê*, onde o ocioso bacharel Carlos de Melo, em seu eterno desencontro com a terra e com a condição de herdeiro, lembra do velho José Paulino, então já perto da morte, como que para realçar, pelo contraste, a sua própria inaptidão para as lides agrárias: "Só se botava à Paraíba para vender açúcar, comprar enxadas. Homem fincado na terra como uma árvore, deitou raízes, espalhou seus galhos. E nunca se ouviu falar que árvores tivessem férias, descansassem um momento. Não fora feliz com os parentes" (REGO, 1993, p.10).

Senhor feudal que governava com o coração, José Paulino sente com muita clareza e para além de possíveis razões afetivas ou propriamente telúricas, a consciência da posse da terra como sendo parte indissociável da sua condição de senhor, razão de ser da autoridade moral de que desfruta. Por isso, quanto mais, melhor:

> As terras do Santa Rosa andavam léguas e léguas de norte a sul. O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas (REGO, 1996, p.51).

Dentro da paisagem humana das terras do massapê, movem-se diversos tipos. Além do aristocrata da casa-grande: cabras de engenho, mulatas, negros, moleques da bagaceira, sertanejos fugitivos da seca, prostitutas, bacharéis, mascates, etc. Destaque para os loucos e os cangaceiros. Gilberto Freyre nos fala no bandido Cabeleira, assombro dos canaviais no século dezenove; José Lins do Rego, pela boca do adulto Carlos de Melo (mas não exclusivamente por ele) nos fala do fascínio e do medo exercidos junto aos meninos do engenho pela figura do cangaceiro Antônio Silvino. Sinal dos tempos: Gilberto Freyre nos fala, em *Sobrados e mucambos*, das invasões policiais aos engenhos em busca de criminosos protegidos pelos senhores como sendo um claro sinal de decadência destes que, em tempos áureos, jamais haveriam de passar por tal constrangimento; José Lins do Rego, em vários momentos, nos fala de invasões aos engenhos por parte das volantes policiais, em busca de coiteiros; nos fala também das investidas dos cangaceiros aos engenhos.

Neste sentido, é antológica a cena da invasão do engenho Santa Fé pelo grupo de Antônio Silvino, como forma de pressionar o decadente Lula de Holanda Chacon a aceitar a permanência em suas terras – sem

pagamento de foro – do mestre José Amaro, homem ligado ao temido chefe cangaceiro.

O caráter agrícola do trabalho reforça a dependência dos homens em relação aos elementos naturais. É perceptível essa dependência quando, na narrativa de José Lins do Rego, ou nos ensaios de Gilberto Freyre, surgem as cenas descritivas das atividades propriamente produtivas, quase todas desempenhadas ao ar livre, sob um sol ou uma chuva igualmente intensos. Sol e chuva que parecem ditar o ritmo dessas atividades, fecundando, molhando ou fazendo crescer a cana nos vastos partidos.

Ou destruindo tudo, pois, no princípio, tudo era exuberante, mas desequilibrado e primitivo, hostil. Temos aqui, com efeito, uma visão muito pouco idílica quanto às relações do homem com o meio natural. É que, com o reino da mercadoria – a célula da sociedade que aqui se anuncia em torno dos engenhos e suas casas-grandes – modifica-se o meio. Nesse movimento, até se pode ouvir e sentir e respirar aquela nota sádica que vibra das relações entre os homens, entoando "aquele exercício brutal de crueldade a que o capitalismo arcaico submete a natureza e o homem" (BOSI, 1992, p.170).

Nada a ver, portanto, com a fertilidade e equilíbrio inscritos na famosa carta de Pero Vaz de Caminha.

Com a palavra, Gilberto Freyre, no capítulo primeiro do seu livro mais famoso:

> Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes – tal o regime de suas águas (FREYRE, 1997, p.15).

Temos ainda vermes, larvas e insetos e cobras passeando pelos telhados, e que caem, as cobras, nas camas de couro cru e os homens, pela manhã, são surpreendidos, ao calçarem as botas, com sua peçonhenta presença. Eis o quadro de insalubridade que o colonizador português e o negro africano encontraram nos trópicos. Uma situação ecologicamente insalubre que nos faz lembrar, ainda uma vez, dos romances de Jorge Amado sobre os pioneiros desbravadores da zona sul da Bahia – isso já nos séculos XIX e XX – derrubando a mata, enfrentando onças e sendo mordidos por cobras venenosas e matando e morrendo nas tocaias, tudo fazendo e sofrendo em luta ensandecida pela posse das terras boas para plantar cacau, mesmo quando adubadas pelo sangue dos homens que a "civilizam".

Voltemos aos romances do paraibano. Passemos agora da terra à água: eis aí um tema que parece escorrer pela narrativa de José Lins do Rego, pois, fluente como esta narrativa, só as águas que correm pelo leito do rio Paraíba.

Gilberto Freyre vê na abundância das águas, um sinal distintivo da civilização do açúcar. Nem sempre, como já mencionado, são águas amigas dos homens. Por vezes se revoltam: e vêm as enchentes com o seu caudal destruidor. É bastante expressivo, neste sentido, o final que José Lins do Rego dá ao seu ciclo da cana-de-açúcar, fazendo desaparecer sob as águas do Paraíba, no último capítulo de *Usina*, a usina Bom Jesus, que sob a direção do Dr. Juca, filho de Zé Paulino, se espalhara pelas terras do antigo (e finado) Santa Rosa.

Apesar das irregularidades que alternam períodos de escassez com períodos de excessos, as águas do Rio Paraíba e dos pequenos rios e riachos têm uma multifuncionalidade na vida do engenho. Além da óbvia irrigação dos vastos canaviais, podemos surpreender as pescarias, os banhos de animais (principalmente os cavalos), os banhos matinais que, aos domingos, se transformavam em verdadeiros momentos de sociabilidade entre membros de várias famílias senhoriais; em suas vazantes, a plantação de batata-doce para os pobres, e as pequenas cacimbas que, no período da seca, serviam para o "abastecimento de gente que vinha das caatingas, andando léguas, de pote na cabeça" (REGO, 1996, p.17); ainda temos, em suas margens, o capim para o gado; os banhos e as brincadeiras infantis; os passeios de canoa; as serenatas; etc.

Pelos exemplos, podemos entender o rio – esse "caminho que anda e vai resmungando talvez uma dor" da bela definição do cancioneiro popular [13] – como um grande espaço onde acontecem diversas práticas de sociabilidade e de cultura. Quem mora em suas margens, mesmo que seja pobre, pode contar com sua providencial ajuda em momentos difíceis. Deixemos falar José Lins do Rego: "Os da beira do rio eram mais felizes. O Paraíba dava-lhes tudo: banho para os meninos, piaba para as moquecas e vazantes para a batata-doce crescer e o jerimum enramar" (REGO, 1993, p.69).

Os resmungos do rio aumentam com a chegada das chuvas, ansiosamente aguardadas por aqueles homens e mulheres tão dependentes dos elementos naturais. Para os pobres, o bom inverno significa fartura de batata-doce e feijão verde, além da certeza de trabalho; para o senhor da terra, a garantia de renovação dos partidos de cana que faziam sua riqueza: "O meu avô ficava pelo alpendre a olhar o céu, batendo com a vara de jucá pelas calçadas. Era a sua grande alegria: a bátega d´agua amolecendo o barro duro dos partidos, a enverdecer a folha amarela das canas novas" (REGO, 1996, p.74).

Época de inverno é sinônimo de muito trabalho, de doze horas no eito, enxada na mão, sob a supervisão do feitor exigente. De vez em quando as águas do Paraíba transbordavam e invadiam os partidos de cana, os roçados, as casas, as capelas e os engenhos construídos às suas margens, perturbando os aparentemente sólidos pilares daquela organização social e ameaçando, momentaneamente, os símbolos de sua riqueza, mas sem ameaçar a sua estrutura de dominação. Era a força da natureza agindo sobre a cultura.

No capítulo 13 de *Menino de engenho*, reiteradamente elogiado pelo amigo Gilberto Freyre em seus ensaios, temos a impactante descrição de uma enchente e das alterações que traz à rotina do engenho. O relato começa com a observação dos relâmpagos nas cabeceiras do Paraíba, prenúncio de chuvas iminentes: "Era inverno na certa no alto sertão" (p.17). Os pobres começam a arrancar as batatas e os jerimuns

13 Essa definição aparece na bonita canção *Eu e o rio*, do compositor Luiz Antônio, gravada pelo cantor Miltinho.

plantados nas vazantes. A enchente é aguardada como alguém que vem de longe, há muito esperado:

> O povo gostava de ver o rio cheio, correndo água de barreira a barreira. Porque era uma alegria por toda parte quando se falava da cheia que descia. E anunciavam a chegada como se se tratasse de visita de gente viva: a cheia já passou na Guarita, vem em Itabaiana... (REGO, 1996, p.18).

Não se fala de outra coisa no engenho. O menino Carlos sonha com a chegada da cabeça da enchente. É a primeira vez que vai ver uma. As canoas já estão preparadas para o transporte dos moradores em sua fuga para áreas mais distantes das margens. Até que, numa tarde, um dos moleques do engenho avisa que a cheia já atingiu o engenho de Seu Lula: "-É água muita! O rio vai às vargens. Vem com força de açude arrombado" (p.18).

Com a cheia, a narrativa atinge o ápice, tornando-se tão intensa quanto o que está sendo contado, em perfeita sintonia entre estilo e conteúdo. O leitor parece ouvir o barulho das águas:

> O povo a gritar por todos os lados. E o barulho das águas que cresciam em ondas nos enchendo os ouvidos. Num instante não se via mais nem um banco de areia descoberto. Tudo estava inundado. E as águas subiam pelas barreiras. Começavam então a descer grandes tábuas de espumas, árvores inteiras arrancadas pela raiz (REGO, 1996, p.18).

E vêm os animais mortos, restos de alpendres e cumeeiras de casas, madeira: tudo boiando. Muito barro e, à noite, a cantiga dos sapos. Distribuição de bacalhau para os desabrigados. Para os meninos do engenho tudo é festa. José Paulino, vendo a cana submersa e a safra perdida, calcula os prejuízos. Mas não se lamenta, pois sabe que, passadas as águas, a terra estará pronta para receber e fazer germinar as novas sementes: "- Gosto mais de perder com água do que com sol"

(p.20). E recorda enchentes passadas e toma providências para socorrer seus moradores.

Se em *Usina* a enchente significa o fim total e irreversível, em *Menino de engenho* é apenas um transtorno passageiro, que causa prejuízos, é verdade, mas que, ao fim e ao cabo, e retornadas as águas ao seu leito natural, tudo fica igual como era antes e restabelece-se a ordem social, com seus dominantes e dominados, senhores e servos em harmonia. Antagônicos, porém equilibrados.

A enchente no Rio Paraíba, com toda a desordem momentânea que provoca, nos leva de volta à noção de equilíbrio de antagonismos, emblemática da visão freyriana acerca da formação brasileira. Por quê?

Creio que podemos começar a responder a essa questão introduzindo uma outra formulação de Gilberto Freyre, "zona de confraternização", bem menos conhecida que a anterior e que, assim nos parece, pode conferir uma maior substância empírica àquela noção inicial, já exposta em *Casa-grande & senzala*. Ao menos gostaríamos aqui de propor essa leitura.

Com efeito, nesse ensaio inicial, Gilberto Freyre se deixa conduzir por uma célula explicativa cujo núcleo é composto pela família patriarcal, com sua casa e sua senzala, seu engenho e sua capela, advindo daí todo um conjunto de ações de sentido sociológico e cultural voltadas para as tarefas de colonização sob bases agrárias. Estamos ainda no mundo dos engenhos, circundado pelos desequilíbrios ambientais, pelos excessos sexuais e pela precariedade das relações entre brancos, negros e índios. São esses antagonismos que o nosso autor deseja equilibrar.

No ensaio seguinte – *Sobrados e mucambos* – o núcleo continua sendo a família e a residência, mas agora com uma diferença substancial: não se trata mais da família rural dos engenhos, mas daquela residente nos sobrados urbanos. A análise parte do início do século XIX, em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, acontecimento que vai desencadear um conjunto de mudanças culturais, a que Gilberto Freyre chama de processo de reeuropeização. A rua vai lentamente substituindo a casa, a praça ao engenho, o sobrado urbano ao sobrado rural, etc. Em verdade, Gilberto Freyre narra,

neste livro de 1936, a revolução burguesa no Brasil, ainda que não a situe nestes termos.

Na rua ocorrem a despersonalização das relações entre senhores e escravos e a desintegração de valores de cultura inerentes ao mundo rural em declínio. Neste momento, Gilberto Freyre introduz a noção de "zona de confraternização" como sendo uma espécie de versão urbana do "equilíbrio de antagonismos". A rigor, as duas noções se combinam e se completam quanto ao objetivo de construir uma interpretação minimamente harmônica acerca dos excessos e desequilíbrios profundos que marcaram a formação da sociedade brasileira.

Com as zonas de confraternização Gilberto Freyre enriquece sua análise e premia seus leitores com uma maior visibilidade (concretude) dos fatos culturais que quer ver equilibrados. E reforça a presença do cotidiano na abordagem culturalista que constrói em torno de seus (do cotidiano) elementos empíricos.

No mundo da casa-grande, a zona de confraternização era a bagaceira dos engenhos, onde os meninos brancos e senhoris podiam brincar com os filhos da senzala. No mundo das cidades esses momentos de confraternização se ampliam. E temos as festas de igreja, com violões e modinhas, as procissões, o entrudo e o carnaval; depois, as rodas de samba, a sorveteria, todos esses momentos significando a vitória crescente da rua sobre a casa (FREYRE, 1996, p.XLIII).

Voltemos, agora com o olhar revigorado por essa noção complementar, ao episódio da enchente. A precariedade e o caos por ela provocados na rotina do engenho aparecem, na narrativa, como desencadeadores de expressões de solidariedade e de confraternização que parecem unir – equilibrar – ainda que sob o signo da precariedade e do efêmero, os ricos e os pobres daquela ordem. Materializam-se a "proteção", o "equilíbrio" e as "confraternizações" possíveis numa ordem atravessada pelo autoritarismo e violência de suas relações de trabalho, com ou sem escravos. E vem a força das águas alterar o ritmo da ordem social, pondo entre parêntese suas diferenças, colocando em suspenso as desigualdades nesse momento de medos e de fugas:

> Nós, os da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela pobre gente do eito.

> E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio. E almoçamos com eles a boa carne-de-ceará com farofa. [...] Depois chegou do engenho o mantimento que tínhamos esquecido com as pressas (REGO, 1996, p.21).

Nos distantes ermos para onde a cheia os impeliu, ainda assim, há obrigações a cumprir, em socorro dos pobres, esses eternos refugiados.

E chegam do engenho os mantimentos para aplacar a fome dos fugitivos:

> E a minha tia Maria distribuiu com aquela gente toda a carne-de-sol e o arroz que nos trouxeram. Eles pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com o seu destino. A cheia tinha-lhes comido os roçados de mandioca, levando o quase nada que tinham. Mas não levantavam os braços para imprecar, não se revoltavam. Eram uns cordeiros. –O que vale é a saúde e a proteção de Deus – diziam sempre. Mas, coitados, com que saúde e com que Deus estavam eles contando! (REGO, 1996, p.21).

Fora desses momentos excepcionais e dentro da mais absoluta rotina do engenho, uma outra situação se nos apresenta como expressiva zona de confraternização e de equilíbrio: o momento das refeições, quando Zé Paulino comanda lautos almoços e jantares, sempre contando com um número expressivo de comensais das mais diversas estirpes: "Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição" (REGO, 1996, p.8). A cozinha é outra zona de confraternização bem delineada na narrativa deste livro de estreia do romancista paraibano. É sintomático que seja este o espaço onde costumeiramente vão aparecer, no enredo, os ex-escravos. A confraternização não seria, com efeito, suficiente para fazê-los frequentar espaços mais nobres da casa-grande.

> Nas cozinhas das casas-grandes vivem as brancas e as negras, nessas conversas como de iguais. As brancas deitadas, dando as cabeças para os cafunés e a cata dos piolhos. E as negras vão lhe contando as suas histórias, fazendo os seus enredos, pedindo os seus favores (REGO, 1996, p.71).

Esses seriam os momentos mais expressivos do ponto de vista das interdependências "fraternais" entre dominantes e dominados nos romances aqui interpelados. Em *Sobrados e mucambos* há uma maior presença de situações desse tipo: no banho de rio entre senhoras e suas escravas, estas ensaboando aquelas, onde o sociólogo claramente insinua a ocorrência, não de todo rara, de casos de lesbianismo; na alfabetização dos senhores pelos escravos vindos de áreas mais desenvolvidas do continente africano (Bantu ou Sudaneses), etc.

Os padres contam com a ajuda de Zé Paulino na organização das festas religiosas ou, ainda, com a madeira do engenho para as reformas no prédio da matriz. No Santa Rosa, no entanto, não existe capela e sim o quarto dos santos. Essa dimensão religiosa do triângulo rural se apresenta de forma atenuada nos romances, *Menino de engenho e Bangüê*, principalmente na primeira obra. Não dá pra sentir, por exemplo, aquele clima de intimidade doméstica com os santos e de religiosidade exacerbada de que fala Gilberto Freyre em vários textos. Talvez pela indiferença de Zé Paulino em relação às questões de ordem mais transcendental que material. O fato é que as práticas religiosas e orações não ocupam um lugar de relevo na narrativa. Sente-se, inclusive, um olhar nada seráfico do tema, no registro dos meninos ao se depararem com um menino Jesus que lhes chama a atenção apenas por apresentar "por debaixo de suas vestes uma rolinha bicuda de criança" (REGO, 1993, p.28).

No capítulo 17 ficamos sabendo que só em ocasiões especiais, como a semana santa, era aberto o quarto dos santos para quem quisesse visitá-lo, as velas eram acessas e a casa-grande fazia a distribuição de bacalhau e farinha para o jejum dos moradores. Em *Bangüê* o quarto dos santos é apenas o local onde se refugia Carlos de Melo em seus inúmeros momentos de agonia e de desespero. Nada mais que isso.

É durante uma semana santa que vai aparecer pela primeira vez no engenho a velha Totonha (ou Totônia), contando em versos a Vida, a Morte e a Paixão de Cristo, deixando o menino Carlos de Melo encantado com a sua narrativa.

No capítulo 21 vemos novamente em ação a contadora de estórias, desfiando o seu repertório para uma plateia atenta, composta pela meninada do engenho. Sem dentes e analfabeta, Totonha vem, com suas estórias fantásticas de reis e rainhas, de madrastas malvadas, de homens inocentes condenados à forca sendo salvos na última hora, de bichos falantes e outras lendas, ampliar a imaginação do menino Carlos, tirando-o da rotina de menino asmático e cheio de medos, não apenas dos castigos da Tia Sinhazinha, mas de lobisomens e papa-figos e de mal-assombrados. É uma espécie de meta-narrativa que aqui se configura. Com efeito, pela voz de Totônia podemos sentir a escrita de José Lins do Rego. No mesmo capítulo 21 aparece um comentário do narrador-adulto que nos parece bastante expressivo como caracterização do estilo narrativo e do universo temático do próprio romancista paraibano:

> O que fazia a velha Totonha mais curiosa era a cor local que ela punha nos seus descritivos. Quando ela queria pintar um reino era como se estivesse falando dum engenho fabuloso. Os rios e as florestas por onde andavam os seus personagens se pareciam muito com o Paraíba e a Mata do Rolo. O seu Barba-Azul era um senhor de engenho de Pernambuco (REGO, 1996, p.35).

De certa maneira, a velha Totônia antecipa a consciência literária do escritor José Lins do Rego. Essa meta-narrativa fica mais evidente em algumas passagens do romance *Bangüê.*

Aí, é um angustiado Carlos de Melo que surpreendemos fazendo comparações entre o mundo à sua volta e o mundo que observa nas páginas dos romances que lê (na maioria das vezes, apenas folheia) nas suas longas horas de ócio. A comparação entre o real e a sua representação literária claramente se lhe apresenta como um contraponto que lhe esclarece acerca da decadência inevitável da aristocracia rural

a qual pertence, personalizada na crescente decrepitude do seu avô, José Paulino.

Lembrando do colega de boemia no Recife, Mário Santos, sempre a lhe sugerir a escrita de um livro apologético sobre seus familiares, o bacharel se angustia por não mais observar no engenho para onde voltou os sinais da antiga grandeza, por perceber que o velho que morre um pouco a cada dia, na sua frente, não se parece com um personagem de romance: "Ele não era de romance. A sua existência não dependia da imaginação de ninguém" (REGO, 1993, p.20). Portanto, além da disposição, falta-lhe a matéria viva – aquele necessário vínculo com a realidade social de que fala o professor Edílson – para a composição do tal livro, pelo menos nos termos de nobreza que lhe sugere o colega. Tudo então se perde nas intenções vagas, como palavras que entram por um ouvido e saem pelo outro: "A literatura me cantava aos ouvidos a vida larga dos engenhos, o austero regime patriarcal, a grandeza moral das famílias, todo um mundo de dignidade e nobreza; e o que eu estava vendo não era nada disso" (REGO, 1993, p.14).

Carlos de Melo resolve encerrar o livro que não escreveu mandando-o para o inferno: "nem livro, nem engenho."

Entre *Menino de engenho* e *Bangüê* José Lins do Rego narra, em *Doidinho*, o cotidiano do menino Carlos no Instituto Nossa Senhora do Carmo em Itabaiana. Em *O moleque Ricardo*, conta as aventuras e desventuras de Ricardo, padeiro na grande cidade, Recife, habitando os seus mocambos e entregando pão nos seus sobrados, distante do Santa Rosa; e nos fala também do seu envolvimento com o movimento operário e as greves, envolvimento que vai lhe custar a prisão, em Fernando de Noronha. Nesta obra o engenho é apenas uma sombra que se desnuda em algumas reminiscências e num raro encontro, de longe, com o antigo colega de brincadeira na bagaceira, Carlos de Melo, então estudante de Direito. Em *Usina,* estamos sob o império das relações capitalistas, impessoais, distantes, portanto, do mundo dos contatos primários e diretos dos engenhos, com suas casas e capelas e bagaceiras; a cana invade até as ribanceiras de um poluído Rio Paraíba e agrava a miséria dos pobres acostumados a delas se servirem. A nota aqui dominante é a mais completa desintegração da ordem senhorial, anunciando, também na ficção, o final que

já fora imposto pelas forças econômicas e políticas postas em marcha desde a última quadra do século XIX. José Lins do Rego voltaria aos engenhos sete anos depois, com *Fogo morto*, narrativa desenvolvida em três planos que se interpenetram para nos mostrar, pelas ações de suas personagens centrais – Zé Amaro, Lula de Holanda e Vitorino Carneiro da Cunha – os desencontros e alienações e deslocamentos psicológicos desencadeados pelo avanço do fim daquela herança rural portuguesa, desde longe inscrita nas casas-grandes senhoriais e na figura de seus senhores e seus escravos, mulheres e agregados e que, então, se desmanchava no ar, espalhando os fragmentos desse mundo português que não tinha mais como contar com os precários antagonismos em equilíbrio, num instante em que as relações entre os homens começam a ser determinadas pelos laços frios (e precários) do pagamento à vista.

Considerações Finais

> Escrevo sobre ele, e quase falo de mim mesmo, tanto me sinto obra sua, tanta influência exerceu sobre a minha pobre natureza, tão sujeita aos ventos e aos tormentos das tempestades (José Lins do Rego sobre Gilberto Freyre). [14]
>
> Sempre que nos reuníamos sua voz era uma festa para mim. Sua voz, sua palavra, suas risadas, seus gestos - tudo nêle era festa para mim. Sua presença era das que traziam bom ânimo aos amigos (Gilberto Freyre sobre José Lins do Rego). [15]

Francisco Ortega (1999, p.156), em seu estudo sobre as concepções de Foucault acerca da amizade, apresenta alguns traços usualmente vistos como característicos desse tipo de interação: confiança, espontaneidade, reciprocidade simétrica, etc. Mais importante que essas características é o entendimento da amizade como um tipo de interação que significa a possibilidade de se buscar novas formas de vida, como uma compensação àquilo que acredita ser um fenômeno típico do mundo moderno, a falência de "vínculos orgânicos" como a família, o matrimônio, a escola. Ortega privilegia a dimensão social da amizade, em detrimento do seu aspecto privado.

Isso nos leva a pensar, ainda uma vez, nos vínculos sociológicos que propiciaram aos dois autores aqui interpelados a construção de uma amizade tão duradoura quanto intensa. Circundados por uma mesma origem familiar e envolvidos que estavam com a militância intelectual, e, ainda, atuando em uma mesma faixa de ideias e concepções, na mesma cidade, estavam como que predispostos ao estabelecimento de uma interdependência marcada, sim, pelo pessoal, pelo afetivo, mas claramente movida por planos e projetos de fundas repercussões sociológicas, ligadas ao trabalho intelectual e a agitação de ideias.

14 FREYRE, 1968, p.34.

15 FREYRE, 1957, s/p.

A relação de amizade parece ser aqui a substância a potencializar e incentivar esses interesses, colocando-se como intermediário entre o individual e o coletivo. Quando transposta para o plano material das realizações a que se propuseram os amigos, irá aparecer nas obras, nas escolhas temáticas: nas afinidades eletivas, enfim.

Assim, somos levados de volta ao começo. Os ensaios, cartas e romances que forneceram a matéria-prima da abordagem aqui feita de parte da produção de Gilberto Freyre e José Lins do Rego e de suas interações, expressam a organicidade e a substância inerentes à noção de sistema literário registrada no primeiro capítulo. Viemos, pois, acompanhando esse conjunto de textos nos colocando sempre, na travessia, sob a cobertura dessa noção, que se nos apresenta como instrumento privilegiado para a compreensão do diálogo e do quadro de relações inferidos a partir dessas fontes e desse material. Então busquemos como tarefa conclusiva e tentativa de síntese, os pontos que, na nossa leitura, caracterizam esse sistema.

Gilberto Freyre e José Lins do Rego chegam à produção de romances e cartas e ensaios movidos – não exclusivamente – por uma intensa e profunda necessidade de contar, pela escrita, as vivências e experiências suas e de seus familiares. E o fazem numa perspectiva que valoriza, nesse passado, a vida íntima de família, o que acontecia no espaço doméstico e no cotidiano de uma sociedade marcadamente clivada por relações e contatos primários.

Gilberto Freyre, por exemplo, escreve uma dissertação de mestrado para reencontrar os modos de vida dos seus avós no Brasil dos meados do século XIX. José Lins do Rego quer apenas contar as memórias do seu avô materno e escreve todo um grupo de romances que trazem à tona a sociabilidade dos engenhos, do apogeu à decadência. Ou seja: partindo de um desejo de fixar as memórias idas e vividas, de sabor acentuadamente autobiográfico, nossos autores trouxeram para a literatura e para a sociologia brasileiras todo um painel que reproduz os séculos fundantes do mundo aqui criado pelos portugueses. Essa afinidade eletiva nos parece poder ser colocada como a origem, o verdadeiro elemento desencadeador do diálogo e das relações entre ambos. Contar para entender o vivido que se fazia história: eis o que

ainda lhes coube e lhes aproximou. O resto são os frutos luminosos dessa origem comum.

A relação entre José Lins do Rego e Gilberto Freyre sempre esteve aberta aos projetos e planos mútuos, revelados inclusive nas cartas, conforme procuramos mostrar no capítulo terceiro. Os anos de convivência e descobertas, as leituras, as viagens e pesquisas que juntos realizaram representam a necessária preparação conjunta que lhes credenciará para a escrita das experiências que queriam transformar em texto. Dito de outra forma: nossos amigos, quando jovens, tiveram a consciência nítida da reciprocidade como meio de adquirir o capital cultural de que necesssitavam para tornarem-se escritores. Ilustra bem essa organicidade o fato de que ambos se lançaram como autores de livros de forma quase simultânea, José Lins do Rego, em 1932 e Gilberto Freyre, em 1933. Isso não terá sido uma mera coincidência do calendário, mas sim a materialização de um estilo e de temas que resultam das experiências e dos ensinamentos compartilhados.

Portanto, a amizade torna-se fulcral na avaliação desses dois autores. Alimentada que foi por afetos, livros e ideias, resultou, quando impressa em cartas, ensaios e romances, em uma perfeita materialização daquilo que Antonio Candido chama de sistema literário.

Outra afinidade eletiva que salta aos olhos de quem os lê – além do já registrado aspecto biográfico de ambos – é quanto ao universo temático que abordam em seus livros. A preocupação com a residência como algo eivado de significados sociológicos e emocionais; os aspectos telúricos ou ecológicos, expressos na presença dos animais e da terra e da água; a valorização da infância, a construção da figura do patriarca como grande ator do processo civilizador; as relações entre este e os seus agregados, escravos ou ex-escravos; a preocupação constante com o sexo, a loucura (principalmente José Lins do Rego); e, aspecto substancial da interseção, o recorte regional que se depreende de seus romances, ensaios e cartas, dão a configuração narrativa e o universo com que trabalham. Além de temas comuns, há uma marcante presença da oralidade e do tom coloquial em ambos os autores, que vêm a facilitar a comunicação com os seus leitores, sendo, muito provavelmente, um dos principais motivos da popularidade do

romancista e do sociólogo, cujas obras, por muito bem aceitas no mercado de livros, são permanentemente reeditadas.

Os enfoques, no entanto, nem sempre coincidem. José Lins do Rego nos parece expressar uma visão bem mais pessimista do que Gilberto Freyre. Mesmo quando edulcora suas narrativas falando, por exemplo, de santos que plantavam cana ou que governavam seus negros com o coração, podemos sentir a atmosfera de crise e de desencontro reinante em sua narrativa, cheia de loucos, doentes e, para usar uma expressão cara a Gilberto Freyre, "náufragos sociais". A rigor, é apenas em relação a *Menino de engenho* que se pode dizer que o romancista paraibano apresenta uma visão mais idealizada do mundo rural e isso porque o foco narrativo que predomina aí é ditado pelo olhar de uma criança, embevecida com a figura do avô. Pouca diferença faz se quem está a narrar é o menino feito homem.

Outro momento fluido da interseção reside num deslizamento do conceito de triângulo rural, que não aparece, de modo explícito, nos romances. Aí quase não aparece a capela, substituída pelo quarto dos santos. Esfuma-se, assim, o vértice religioso, ao menos nos dois romances que interpelamos mais diretamente.

Talvez possamos falar desse vértice, com mais relevo, no romance *Fogo morto*. Entretanto, mesmo aí, a figura do coronel Lula de Holanda Chacon, com sua loucura, expressa na problemática relação que mantém com as rezas e os santos, ambos exaustivamente evocados – o que nos parece querer encobrir uma situação de inevitável decrepitude física e moral que vivencia – funciona melhor como uma metáfora de uma crise de raízes mais profundas onde, evidentemente, aqueles triângulos rurais que Gilberto Freyre apresenta, em *Nordeste*, como característicos do apogeu da colonização agrária (a sua geometria) não mais têm os mesmos significados sociológicos, desprovidos das bases que, nos tempos áureos, lhes deram substância. Não caberia, nesse caso, uma leitura baseada em um conceito voltado para uma outra configuração social.

Gostaríamos, neste momento em que nos aproximamos do final, de contrair mais uma dívida, desta feita com o escritor inglês Raymond Williams, tomando-lhe por empréstimo a noção de "estrutura de

sentimentos" (1989, p.124), que vem colocar em relevo as experiências e a história social dos escritores.

Em Gilberto Freyre e em José Lins do Rego, se pode perceber um conjunto de sentimentos que vai amalgamar a consciência da crise da ordem senhorial e das mansões rurais a que estavam vinculados por suas origens familiares, com certa dificuldade em perceber ou denunciar a brutalidade e a violência características dessa ordem. Temos denúncia, sim, como em *Fogo morto*. Mas temos a idealização, como em *Menino de engenho*; temos a violência senhorial, sim, narrada em detalhes no *prefácio à 1ª edição de Casa-grande & senzala,* sem que possamos, no entanto, esquecer da visão idealizada dos textos freyrianos da década de 1920. E temos a nostalgia, o sofrimento, o exílio, as doenças, tudo aquilo que as cartas nos revelam. Temos ainda arte, ciência, impressionismos e antropologia. Por tudo isso, acreditamos que, neste momento, a noção de "estrutura de sentimentos", como sinônimo de valorização das experiências seja mais útil do que, por exemplo, ideologia, ainda que aquela não exclua de todo esta.

Pairando acima de tudo, a amizade mais sincera.

Nem a morte de José Lins do Rego, em setembro de 1957, conseguiu interromper o diálogo. Haveria, ainda, um último eco, um comovente texto de despedida, de rara eloquência. Trata-se do belo depoimento de Gilberto Freyre, aqui reproduzido na íntegra – não faria o menor sentido recortar tão comovente hino à amizade – escrito e publicado no *Diário de Pernambuco,* em 15 de setembro de 1957, ou seja, três dias após a morte do romancista, e que reverbera uma infinita riqueza de sentimentos que parece sugerir que, mesmo irremediavelmente ameaçado pela perda do amigo maior, o diálogo pede para perdurar só mais um pouco, o tempo suficiente para que Gilberto Freyre expresse sua dor e que, ao fazê-lo, possa retomar a necessária motivação para continuar escrevendo, mesmo que não possa mais contar com os ouvidos e os olhos atentos do amigo que, em tantas oportunidades, foi o seu primeiro leitor.

É texto para ser lido sob o crivo da emoção e da sensibilidade. Se for possível, tentemos esquecer, ao lê-lo, os discursos sociológicos e literários aos quais se liga a imagem pública dos escritores. Terminada

a leitura e nunca mais poderemos ler-lhes os ensaios, as cartas e os romances da mesma forma que antes. Porque agora já saberemos da profundidade do diálogo que fecundou e circundou esse sistema, ao qual tanto devem a literatura e a sociologia brasileiras:

JOSÉ LINS DO RÊGO

A noticia da morte de José Lins do Rego chega-me aos ouvidos como o mais brutal dos absurdos. Nunca me pareceu que êle pudesse ser senão vida. Transbordamento de vida. De modo que não consigo imaginá-lo morto. Morto como qualquer outro homem. Morto do fígado e dos rins num quarto de hospital.

Sua vida transbordou de tal maneira na minha que desde que o conheci deixei de ser um só para ser quase dois. Nunca ninguém foi mais meu amigo. Nunca ninguém, sendo do meu sexo, mas não do meu sangue, me deu mais compreensão e mais afeto. Compreensão e afeto nos momentos mais difíceis para uma amizade no Brasil: país de muitas camaradagens fáceis, mas de raras amizades profundas.

Sempre que nos reuníamos sua voz era uma festa para mim. Sua voz, sua palavra, suas risadas, seus gestos - tudo nêle era festa para mim. Sua presença era das que traziam bom ânimo aos amigos. A todos os seus amigos. A Cícero Dias, a Olívio Montenegro, a José Olympio, a Antiogenes Chaves, a Gastão Cruls, a José Américo, a Valdemar Cavalcanti, a Silvio Ribeiro, a Odilon Ribeiro, a João Condé, a Tiago de Melo. Mas com relação a mim era mais do que isto: era uma presença que me completava.

Sei que influi e muito sôbre êle: e ninguém o confessou mais insistentemente do que o próprio José

Lins em palavras, em cartas intimas, em artigos: o que se disser em contrário será vã ou inócua tolice. Mas sei também que fui influenciado por êle e que sem sua compreensão e afeto eu dificilmente teria vencido a acídia que no meu regresso ao Brasil, da Europa e dos Estados Unidos, se apoderou durante algum tempo de mim. Pois nunca um nativo regressou à sua terra, mais repudiado de que eu pelos mandões dessa terra, mais hostilizado pelos seus literatos, mais negado pelos seus moços. José Lins do Rego foi com Anibal Fernandes, Carlos Lyra Filho, Olívio Montenegro, José Tasso, Odilon Nestor, Pedro Paranhos, uma das raras exceções. Devo-lhe muito. Devo-lhe tanto que, sabendo-o morto, sinto-me como que ferido de morte. E com certeza, incompleto. Com êle morto, sou um vivo incompleto.

A perda que sua morte representa para o Brasil – esta é na verdade imensa. Ele era ainda um homem no viço do poder criador. Capaz, portanto, de nos dar outro *Fogo Morto*, escrito quando alguns supunham finda a sua obra extraordinária de evocação e de interpretação da vida das casas-grandes do Nordeste, nos dias de decadência dos velhos engenhos. Ou esgotado seu gênio, ainda no esplendor, de intérprete dêsse passado, por êle próprio vivido na meninice.

Suas memórias, apenas em comêço – *Meus Verdes Anos* – talvez se intensificassem, na evocação da sua mocidade no Recife e da sua idade madura no Rio de Janeiro, num depoimento de importância máxima, quer para a revelação da sua personalidade, quer para a clarificação de aspectos obscuros das relações dêsse autêntico homem de gênio com o meio. Seriam a "confissão" com relação à "ficção" a que se refere a propósito de

> Graciliano Ramos, o admirável critico literário que é o paulista Antonio Candido. Tenho do grande amigo, agora morto, muitas cartas que esclarecem alguns desses aspectos. Também respostas a umas perguntas que uma vez lhe dirigi sôbre assuntos relacionados às suas idéias e às suas crenças de homem então próximo dos cinquenta anos. É documentação que talvez revele um dia em estudo sôbre o escritor brasileiro da minha época que mais intensamente admirei, contente de que êle fôsse também o melhor, o mais íntimo, o mais fraterno dos meus amigos. O mais constante, o compreensivo, o mais leal dos meus companheiros de geração. Aquele a quem mais me abandonei e aquele de quem mais recebi. Aquele em que mais confiei e aquele que mais confiou em mim. Aquele em quem eu mais me senti e aquele que mais se sentiu em mim. Aquele que, vivo, era parte da minha vida e morto é o começo da minha morte. Mais do que isto: o começo da morte de toda uma geração. São vários os que começam a morrer com a sua morte.

A reflexão aqui feita pretendeu apenas fazer ouvir um fio da nossa voz em torno de uma melhor compreensão desta relação. Talvez seja, ainda, uma tentativa débil e canhestra de participar do diálogo. O que não nos parece ser de todo irrelevante. Mesmo porque, ao fim e ao cabo, e descontados os inúmeros erros e fragilidades e considerando-se possíveis acertos estaremos, quem sabe, contribuindo para o desvelar de novos conhecimentos acerca de uma sociologia e de uma literatura que, nascidas em grande medida sob o signo do amor e da amizade mais puros, tanto contribuíram, com seus erros e acertos, para uma melhor compreensão do Brasil.

É uma forma, portanto, de manter vivo o diálogo do senhor da casa-grande com o menino do engenho.

Referências

ACERVO DA FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE – Recife – PE.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

AMADO, Jorge. **Seara vermelha**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____________. **Tocaia grande:** a face obscura. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, s.d.

_____________. **Terras do sem fim**. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

AMORIM, José Edílson de. **Romance à brasileira:** literatura e sociedade no século XIX. João Pessoa: Bagagem, 2003.

_____________. **Era uma vez o nordeste:** ficção e representação regional. João Pessoa, 1998, 286p. Tese (Doutorado em Letras) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

ANDRADE, Manuel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 7. ed. revista e aumentada. São Paulo: Global editora, 2004, p.13-36.

ARANHA, Gervácio Batista. **Realismo X nominalismo e a escrita da história:** questões para o século XXI. Campina Grande (PB), 2004 (mimeo).

ARAÚJO, Gilberto de Couto. **Fogo morto**: mundos solitários – o distanciamento entre o mundo dos homens e o das mulheres. Campina Grande,

2004, 65p. Monografia (Especialização em Letras) Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz:** casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo:** os anos 20 em Pernambuco. 2. ed. João Pessoa/Recife: UFPB/UFPE, 1996.

_____________. José Lins do Rego: trajetória de uma obra. In: CASTRO, Ângela Bezerra de; COUTINHO, Eduardo F. **José Lins do Rego**. João Pessoa, FUNESC; Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1991. (Coleção Fortuna Crítica, v.7.), p.208-224.

BANDEIRA, Manuel. Evocação do Recife. In: JUNQUEIRA, Ivan (org.). **Manuel Bandeira:** testamento de pasárgada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.24-26.

_____________. Ciclo da cana-de-açúcar. In: CASTRO, Ângela Bezerra de; COUTINHO, Eduardo F. **José Lins do Rego**. João Pessoa, FUNESC; Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1991. (Col. Fortuna Crítica, vol. 7.), p.310-311.

BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco:** uma interpretação. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. [Tradução de Carlos F. Moisés; Ana Maria L. Ioriatti]. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSI, Alfredo. Antonil ou as lágrimas da mercadoria. In: **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.149-175.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. [Tradução de Maria Lucia Machado]. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

CARPEAUX, Otto Maria. O brasileiríssimo José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p.XIII-XVIII.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego:** nordeste e modernismo**.** 2. ed. refeita e ampliada. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre:** uma biografia intelectual. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Nacional, 1993.

D'ANDREA, Moema Selma. **A tradição re (des) coberta:** Gilberto Freyre e a literatura regionalista. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

DIMAS, Antonio. Um manifesto guloso. In: FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Organização e apresentação de Fátima Quintas – 7. ed. Recife: FUNDAJ, Ed.Massangana, 1996, p.23-44.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 13. ed. [Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz]. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

ECO, Umberto. Sobre algumas funções da literatura. In: **Sobre a literatura**. [Tradução de Eliana Aguiar]. São Paulo: Record, 2003. p.9-21.

FALCÃO, Joaquim. A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de (orgs.). **O imperador das idéias:** Gilberto Freyre em questão**.** Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2001, p.131-167.

FIGUEIREDO JR., Nestor Pinto de. Gilberto Freyre no texto epistolar. In: DANTAS, Elisalva Madruga; BRITTO, Jomard Muniz de (orgs.). **Interpenetrações do Brasil:** encontros & desencontros. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002, p.37-46.

FONSECA, Edson Nery Da. **O grande sedutor:** escritos sobre Gilberto Freyre de 1945 até hoje. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2011.

FONSECA. Edson Nery Da. Aventura e rotina das amizades: Gilberto Freyre, José Lins do Rego e Odilon Ribeiro Coutinho. In: Dantas, Elisalva Madruga & BRITTO, Jomard Muniz de (orgs.). **Interpenetrações do Brasil:** encontros & desencontros. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002, p.25-35.

FOUCAULT, Michel. Linguagem e literatura. In: MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.137-174.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____________. **Sobrados e mucambos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

_____________. **Nordeste.** 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife, Fundarpe, 1985.

_____________. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

_____________. José Lins do Rego. In: **Diário de Pernambuco**. Recife, 15/set. /1957.

_____________. Como e porque escrevi Casa-grande & senzala. In: **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Brasília: Ed. UNB, 1968, p.115-143.

_____________. Recordando José Lins do Rego. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Orgs.). **José Lins do Rego**.. João Pessoa: FUNESC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p.93-108. (Coleção Fortuna Crítica, v. 7)

_____________, Gilberto. Aspectos de um século de transição no nordeste do Brasil. In: **Região e tradição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1968, p.125-199.

_____________. Regresso à província. In: **Região e tradição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1968, p.255-261.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Org. e apresentação de Fátima Quintas. 7.ed. Recife: Fund. Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 1996b.

_____________. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. [Trad. Waldemar Valente]. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.

_____________. **Antecipações**. Org. e prefácio de Edson Nery da Fonseca. Recife: EDUPE, 2001.

_____________. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930). Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GALVÃO, Ana de Oliveira. **Amansando meninos :** uma leitura do cotidiano da escola a partir da obra de José Lins do Rego (1890-1920). João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia:** ensaios, interpretações e tréplica**s**. São Paulo: UNESP, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 2004, p.7-24.

GOMES, Heloisa Toller. **O poder rural na ficção**. São Paulo: Ática, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

RAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

_____________. **Literatura e vida nacional**. 3. ed. [Tradução de Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. In: São Paulo: **Tempo Social**, USP, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil:** capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

LIMA, Sônia Maria Van Dijck; FIGUEIREDO JR., Nestor. **Cartas de Gilberto Freyre**: correspondência passiva de José Lins do Rego. João Pessoa: FUNESC, 1997.

LLOSA, Mario Vargas. **A guerra do fim do mundo**. [Trad. Remy Gorga]. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUKÁCS, Georg. **Teoria do romance**. [Tradução de Alfredo Margarido]. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lent**a**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____________. A república por baixo do pano. In: **O Estado de São Paulo**. Caderno Aliás, 05/06/2005, p.3.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Viver para contar**. [Tradução de Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MONTELLO, Josué. O romancista José Lins do Rego. In: **José Lins do Rego/ Ficção completa**, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar S.A., 1987, p.13-46.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974** (pontos de partida para uma revisão histórica). 6. ed. São Paulo: Ática, 1990.

____________. Revisitando o mundo que o português criou. In: **Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos**. Recife, 21 a 24 mar. 2000.

____________. A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de (orgs.). **O imperador das idéias**: Gilberto Freyre em questão**.** Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2001, p.168-182.

MÜLLER, Heloísa. **Literatura e sociedade em Dom Casmurro:** a medida do impossível. João Pessoa, 1998, 101p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE – Fundação Joaquim Nabuco – Recife – PE.

MUSEU JOSÉ LINS DO REGO – Fundação Espaço Cultural – João Pessoa – PB.

NASCIMENTO, Elimar. **A universalidade de Gramsci**. Campina Grande/Recife, 1983.

ORTEGA, Francisco. Ética e política da amizade. In: **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999, p.151-172.

PINHEIRO, Hélder (org.). **Pesquisa em literatura**. Campina Grande: Bagagem, 2003.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REGO, José Lins do. Prefácio de José Lins do Rego. In: FREYRE, Gilberto. **Região e tradição**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1968, p. 21-35.

REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 67. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

_____________. **Doidinho**. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

_____________. **Pedra bonita**. 13.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

_____________. **Cangaceiros**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

_____________. **O moleque Ricardo**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____________. **Usina**. 13.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____________. **Fogo morto**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

_____________. **Bangüê**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____________. **Meus verdes anos:** memórias. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC**.** Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1999.

ROLAND, Maria Inês de França. **Gilberto Freyre**. São Paulo: Ícone, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na primeira república. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Nordeste e contradições. In: DANTAS, Elisalva Madruga; BRITTO, Jomard Muniz de (orgs.). **Interpenetrações do Brasil:** encontros & desencontros. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002, p.93-101.

TRIGO, Luciano. **Engenho e memória:** o nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

TORRES, Antônio. **Essa terra**. 16. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2004.

VENTURA, Roberto. **Casa-Grande & senzala**. São Paulo: Publifolha (Folha explica), 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. [Tradução de. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.]. Brasília: Ed. UNB, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. [Tradução de Paulo Henriques Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Gilberto Freyre é o principal formulador do ideário regionalista nordestino. Nos textos de interpretação sociológica que produziu desde o início da década de 1920, já aparecem as matrizes temáticas que estarão presentes nos romances de José Lins do Rego, escritos na década seguinte, consubstanciando, assim, um rico desdobramento estético daquele regionalismo e, ao mesmo tempo, uma interseção entre sociologia e literatura que abordamos a partir de ensaios, romances e cartas destes dois autores onde sociologia e romance, conceitos e afetos e ideologias se fundem na compreensão, ora empática, ora nostálgica, ora dramática, de uma sociabilidade que remonta às raízes imemoriais de nossa sociedade.

ISBN 978-85-7879-247-3
9 788578 792473